

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM TEOLOGIA

JÉSSICA LAIS KRIESE DUFFECK

**RETRATO DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ESTUDO TEOLÓGICO,
HISTÓRICO E DOCUMENTAL DA ICAR, IECLB E IEAB**

São Leopoldo

2020

JÉSSICA LAIS KRIESE DUFFECK

**RETRATO DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ESTUDO TEOLÓGICO,
HISTÓRICO E DOCUMENTAL DA ICAR, IECLB E IEAB**

Dissertação de Mestrado Acadêmico
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Teologia Prática

Orientadora: Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D856r Duffeck, Jéssica Lais Kriese
Retrato da família no Brasil : um estudo teológico,
histórico e documental da ICAR, IECLB e IEAB / Jéssica Lais
Kriese Duffeck ; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck. –
São Leopoldo : EST/PPG, 2020.
120 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa
de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2020.

1. Famílias – Aspectos religiosos – Cristianismo. 2.
Famílias – Brasil – História. 3. Casamento – Aspectos
religiosos – Cristianismo. 4. Casamento – Brasil – História. 5.
Sexualidade. I. Streck, Gisela I. W. (Gisela Isolde Waechter),
orientadora. II. Título.

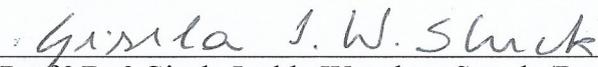
Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JÉSSICA LAIS KRIESE DUFFECK

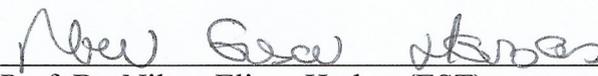
**RETRATO DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ESTUDO TEOLÓGICO, HISTÓRICO
E DOCUMENTAL DA ICAR, IECLB E IEAB**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Teologia Prática

Data de Aprovação: 11 de março de 2020



Prof.^a Dr.^a Gisela Isolde Waechter Streck (Presidente)



Prof. Dr. Nilton Eliseu Herbes (EST)

Prof. Dr. André Sidnei Musskopf (UFJF)

*Dedico este trabalho a quem me deu a
Ruah da vida e continua me inspirando e
animando diariamente.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela criação do mundo e pela vida.

Agradeço ao meu marido, Odilon Duffeck, que esteve sempre ao meu lado e que me acompanha na jornada.

Agradeço a CAPES, visto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil

Agradeço a Marcela, Sabrina, P. Fernando pela ajuda, apoio, força e amizade.

Agradeço a Professora Gisela e ao Professor André por me orientarem.

A Faculdades EST por todas as vivências e aprendizados.

E a todas as pessoas que sonharam e acreditaram que era possível,

Meu muito obrigada!

“Fechar os olhos diante do próximo nos torna cegos também diante de Deus.”

Papa Bento XVI, 2005

RESUMO

A família é uma das formas primárias de organização humana. Construída socialmente, transforma-se conforme especificidades culturais, políticas e históricas. Relações de poder relacionadas a categorias como gênero, raça, classe, orientação sexual influenciam diretamente tanto na forma quanto nas compreensões acerca do que é família. Na história do Brasil, a forma como o grupo familiar foi moldado para ser construído e praticado está diretamente relacionado com a religiosidade trazida pelos portugueses e, posteriormente, mesclado com as outras culturas que emigraram ou já existiam no Brasil. Desta forma, buscar-se-á trazer um retrato histórico da família no Brasil em conjunto com a visão da Igreja. Buscar-se-á também, apresentar a ideia de família disposta em documentos de três Igrejas Cristãs, sendo elas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Episcopal Anglicana no Brasil. Diante desse contexto, o objetivo do presente trabalho é desenvolver uma revisão histórica e teórica sobre a família, na tentativa de impulsionar à reflexão da forma como a Igreja tem se posicionado frente ela. No processo histórico da família a mulher sempre foi a mais afetada dentro do grupo familiar, precisando lutar pelo seu lugar e pelos seus direitos que lhe foram negados por séculos. Esta pesquisa está dividida em dois capítulos. O primeiro traz a revisão histórica da família no Brasil. O segundo uma revisão histórica das Igrejas pesquisadas, além de apresentar os últimos documentos disponibilizados sobre a temática da família das igrejas supracitadas. Percebe-se um amadurecimento frente aos discursos usados pelas igrejas para com as pessoas e uma responsabilidade social frente as suas pessoas membros, na busca por mais igualdade, dignidade e justiça.

Palavras-chave: Família. História. Brasil. Igreja. Casamento. Sexualidade. Grupo familiar.

ABSTRACT

The family is one of the primary forms of human organization. Socially constructed, it is transformed according to cultural, political and historical specificities. Power relations related to categories such as gender, race, class, sexual orientation directly influence both the form and the understandings about what family is. In the history of Brazil, the way the family group was shaped to be built and practiced is directly related to the religiosity brought by the Portuguese and, later, mixed with the other cultures that emigrated to or already existed in Brazil. In this way, we will seek to bring a historical portrait of the family in Brazil together with the vision of the Church. We will also seek to present the idea of family presented in documents of three Christian Churches, namely: Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil, Roman Catholic Apostolic Church and Episcopal Anglican Church in Brazil. Given this context, the objective of this paper is to develop a historical and theoretical review of the family in an attempt to encourage reflection on the way the Church has positioned itself in relation to it. In the historical process of the family, women have always been the most affected within the family group, needing to fight for their place and for their rights that have been denied for centuries. This research is divided into two chapters. The first brings the historical review of the family in Brazil. The second is a historical review of the churches surveyed, in addition to presenting the latest documents made available on the family theme of the aforementioned churches. A maturing process is perceived in the face of the pronouncements proffered by the churches towards the people and in the social responsibility towards their members, in the search for more equality, dignity and justice.

Keywords: Family. History. Brazil. Church. Marriage. Sexuality. Family Group.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FLM	Federação Luterana Mundial
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Pessoa responsável pela família– 2000/2010	43
Gráfico 2 Distribuição das famílias únicas e conviventes 2010	47
Gráfico 3 Distribuição das famílias formadas por casal com filhos e filhas	47
Gráfico 4 Distribuição das pessoas responsáveis, segundo a idade	48
Gráfico 5 Relação de parentesco com a pessoa responsável pela família	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 FAMÍLIA.....	25
2.1 O QUE É FAMÍLIA?	25
2.2 BRASIL COLÔNIA	27
2.3 A SEXUALIDADE HUMANA RESTRINGIDA.....	33
2.4 CASAMENTOS POR AMOR – FAMÍLIAS POR AMOR?	35
2.5 FAMÍLIA NO SÉCULO XX	39
2.6 FAMÍLIA NA MODERNIDADE	42
3 IGREJAS E DOCUMENTOS.....	57
3.1 IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA	58
3.1.1 Evangelização na América Latina pelo catolicismo	60
3.1.2 Igreja Católica no Brasil	61
3.1.3 Documento ICAR	63
3.2 IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL.....	75
3.2.1 Formação da IECLB.....	79
3.2.2 Documento da IECLB.....	82
3.3 IGREJA ANGLICANA	88
3.3.1 O Anglicanismo no Brasil	92
3.3.2 Documento IEAB.....	94
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A – DIRETRIZES PARA OS PROCEDIMENTOS E PARA O DIÁLOGO	111
ANEXO B – DIRETRIZES GERAIS	115

1 INTRODUÇÃO

Começo esse trabalho definindo que esta pesquisa foi realizada sob a minha perspectiva, ou seja, de uma mulher branca, heterossexual, luterana e que a partir das minhas experiências me desafiei a questionar sobre os pressupostos que envolvem o conceito de família e sua relação com grupos religiosos. É através das minhas experiências familiares cotidianas que posso afirmar que por eu ser mulher o papel que me cabia ocupar na estrutura familiar já estava definido e legitimado por valores religiosos e sociais antes mesmo do meu nascimento.

E, nos últimos anos no Brasil, o termo família tem se constituído como um instrumento fundamental de disputa política e cultural em diferentes esferas e entre diferentes grupos da sociedade. Dentre esses grupos, destaco aqueles ligados a denominações cristãs conservadoras, que defendem o conceito de família “tradicional”, cuja forma de organização parte de um sistema patriarcal que se legitima através de uma associação com um suposto projeto de Deus. Assim, diante dessa problematização, através da análise teológica, essa dissertação apresenta a ideia de família disposta em documentos de três Igrejas Cristãs - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Episcopal Anglicana no Brasil - e como estas concepções se inter-relacionam com as formas como se dão os arranjos familiares na sociedade brasileira atual.

No Brasil a maioria das pessoas vive alguma forma de religiosidade, institucionalizada ou não, em seu dia a dia. O Brasil é considerado um país majoritariamente cristão, fazendo com que o cristianismo tenha um peso importante na vida dos brasileiros e das brasileiras, direta ou indiretamente. A religiosidade se dá normalmente no seio do grupo familiar e lá se aprendem condutas éticas e morais. As Igrejas Cristãs elaboram documentos sobre temas específicos na tentativa de esclarecer as pessoas membros dúvidas recorrentes, portanto, família tem sido um tema bastante discutido no momento. A igreja influencia a vida dessas pessoas, pois está presente em suas vidas desde o início, trazendo respostas aos seus questionamentos internos.

Já a família, é uma das formas primárias de organização humana. Por ser um construto social a sua função, modelo e estrutura se transformam conforme

especificidades culturais, políticas e históricas. Relações de poder relacionadas a categorias como gênero,¹ raça, classe, orientação sexual influenciam diretamente tanto na forma quanto nas compreensões acerca do que é família.

João Paulo II, por exemplo, na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, escrito em 1981, faz um apelo para que as pessoas voltem a se unirem em torno da “família tradicional”. Esse apelo ao “tradicional” se refere a uma forma de organização familiar baseada na união heterossexual e na ideia de uma sexualidade voltada para fins apenas reprodutivos. Essa visão dada por ele é a mesma dada por outros discursos religiosos e políticos no Brasil, o que pode inviabilizar e restringir o espaço para outras formas de grupo familiares.

Segundo o livro *Família e Religião*², vive-se um individualismo hoje, no qual as pessoas dizem não precisar mais de família e de religião, onde tudo se pode fazer por conta própria e sem a necessidade do outro. Na prática, percebemos que essa individualização não é tão individual. As pessoas continuam a buscar referências para se relacionar e algo em que acreditar. Durante séculos a Igreja principalmente a Igreja Católica teve certo “poder” sobre o grupo familiar, porém, parece que a Igreja vem perdendo credibilidade com algumas formas de arranjos familiares, ao lado que ganha adeptos fervorosos do outro. Necessário, portanto, é que as pessoas se vejam representadas e acolhidas em suas comunidades com os seus arranjos familiares. A representatividade promove confiança, autoestima, dignidade para a vida humana.

O ser humano aprendeu logo a viver em grupos como uma forma de preservar a vida. A família, portanto, assume a tarefa de assegurar a perpetuidade da espécie. Dentro da família, a mulher enquanto mãe desempenhava a maior parte das funções de cuidado e proteção. Por sua vez, o homem enquanto pai era superficial e incidental, contrapondo o papel da mulher que era fundamental e supremo.³ O início do patriarcalismo se tornou fatal à vida da mulher. A prole e ela passaram ambas a serem

¹ Segundo Scott, entende-se gênero nesta pesquisa como uma categoria de análise, “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Historicamente as construções e consolidações nas estruturas de poder utilizam-se dos marcos de gênero como uma afirmação de controle ou força sobre as mulheres. *In*: SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: out. 2019. p.21.

² DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Família e religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

³ DURANT, Will. **Nossa Herança Oriental**: Uma história da civilização do Egito e do Oriente Próximo. Rio de Janeiro: Record, 1963. p. 22.

escravas do pai, do irmão e posteriormente do marido. A mulher é levada ao casamento exatamente como uma escrava é levada à feira.⁴ “O casamento começou como forma da lei de propriedade e parte de instinto de escravidão.”⁵

O cristianismo adotou o matrimônio como normas civis a partir do século IV. Desde então o casamento tornou-se necessário para a instituição familiar, pois uma família nova só pode ser criada após esse rito. A Igreja passa a ser a responsável pela forma de viver das famílias, ditando regras e costumes. Trazemos resquícios dessas regras e costumes e que mais fortemente voltam a ser colocados em pauta atualmente. Formas conservadoras e fundamentalistas buscam manter uma forma tradicional de família se baseando em textos bíblicos, esquecendo-se de analisar o contexto e de fazer a atualização necessária. Família é uma instituição historicamente construída, não podendo ser descrita como algo estático, com características específicas e universais, mas sim vividas através de modelos plurais e diversos. Família não se restringe apenas a um modelo nuclear, mas são diversas as formas de estrutura e funcionamento familiar, pois esta instituição se modifica de acordo com a história e com a cultura. A organização familiar também é fruto do seu tempo.

A família pós-moderna tenta hoje se emancipar de tantos traços dos últimos séculos, busca se defender das pressões e moléstias sociais, investe seus esforços para que as pessoas membros de sua casa possam ter a capacidade de fazer escolhas. Graças a sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver, a despeito das intensas crises sociais. Ela é ainda uma das matrizes mais importantes do desenvolvimento humano e também a principal fonte de saúde de seus membros. A família passa por diversas transformações durante toda a história, e o entendimento de família dos avós não é a mesma dos pais e não será a mesma dos filhos e filhas, e assim por diante.

Por questões de organização na exposição de ideias, este trabalho está dividido em dois capítulos: O primeiro capítulo intitulado Família, traz uma revisão histórica da família no Brasil, iniciando pela chegada dos colonizadores Portugueses e com a constituição do Brasil Colônia. Esse ponto apresenta informações sobre a transformação do grupo familiar e como ele foi sendo definido com o passar dos

⁴ AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. **O Oriente e a Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 93.

⁵ DURANT, 1963, p. 25

séculos. Também, resgata a história da “tradicional família brasileira” tão discutida atualmente.

Inicialmente a igreja católica, depois outras denominações que vieram com imigrantes, missionárias e missionários, desempenharam um papel significativo na padronização das famílias no Brasil. Esse assunto será tratado no segundo capítulo, com um breve resgate histórico das três denominações pesquisadas nesta dissertação. O objetivo é relembrar o percurso que cada uma trilhou até hoje no recorte da temática da família. Optou-se por essas três denominações religiosas principalmente por serem históricas e possuem documentos, embora bastante diferentes em sua forma, mas que tratam sobre a temática da família. Portanto, neste capítulo também se apresentará os documentos das igrejas pesquisadas. Sobre a Igreja Católica Apostólica Romana, o documento analisado será a Exortação Apostólica Pós Sinodal - *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco. Esse foi o último documento emitido por esta Igreja sobre o tema da Família. Sobre a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), será apresentado o material da Federação Luterana Mundial, “Matrimônio, Família e Sexualidade Humana”. E sobre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil o documento Indaba de 2014 intitulado “Famílias e Diversidade Sexual”.

Diante desse contexto, o objetivo do presente trabalho é dissertar uma revisão histórica e teórica sobre as famílias e a forma como as Igrejas tem se posicionado frente elas.

2 FAMÍLIA

“Este retrato de família, está um tanto empoeirado”.⁶ Com a primeira linha do poema “Retrato de Família” de Carlos Drummond de Andrade, de 1945, inicio a pesquisa sobre família no Brasil, resgatando o que a história guardou, um tanto empoeirada.

2.1 O QUE É FAMÍLIA?

“Familia eh, família ah, família!” Assim fala a letra da música da banda brasileira dos Titãs. De letras de músicas a livros, enredos de teatro e filmes, muito se fala sobre família, mas afinal de contas, o que realmente é família? A palavra tem origem do latim *Familia* era usada para denominar um conjunto de criados de uma casa, ou um grupo de gladiadores, por exemplo. Mais tarde passou a ser usada para denominar um grupo de pessoas que vivem sobre o mesmo teto, pessoas vinculadas pelo casamento ou que provém do mesmo grupo devido a vínculos sanguíneos.⁷

Há diversos pontos de vista por onde podemos conceituar o que vem a ser família, baseando-se em diferentes áreas do conhecimento, podendo ser vista sobre o olhar psicológico, cultural, social, religioso, evolução histórica “e mesmo a partir de leis que regem a sua formação, dissolução e também as questões do Pátrio Poder dos pais diante de sua prole.”⁸ O dicionário Michaelis traz nove definições para a palavra família, sendo direcionadas a pessoas, apenas quatro dessas definições. É definido como família, portanto,

1 Conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto.

2 Conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins de uma linhagem ou provenientes de um mesmo tronco; estirpe.

⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. **Retrato de família. 1945. Disponível em:** <<http://folhadepoesia.blogspot.com/2006/12/retrato-de-familia.html>>. Acesso em: 15 fev 2020. (sem página)

⁷ BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa.** São Paulo, SP: Edição Saraiva, 1963-1967. p. 1338.

⁸ BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Cuidado e negligência na educação da criança, *In:* MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Família e educação: olhares da psicologia.** 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, p. 17-32, 2010. p. 20.

3 Pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação ou mesmo adoção; parentes, parentela.

4 Grupo de pessoas unidas por convicções, interesses ou origem comuns.⁹

Através desta definição de família apresentada pelo dicionário, podemos dizer que toda pessoa social se relaciona com a família, seja ela de origem ou nova, de forma positiva ou negativa.¹⁰ Segundo dados do IBGE, do último censo de 2010, a partir do questionário de amostra, a família é compreendida como um conjunto de pessoas que são ligadas por laços de parentesco que vivem na mesma habitação, considerando-se os seguintes modelos de famílias no Brasil:¹¹

Família única: Considerou-se como família única o núcleo familiar da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) com apenas uma família.

Famílias conviventes: Foram considerados como famílias conviventes os núcleos familiares em uma mesma unidade doméstica. A família da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) foi definida como a família convivente principal. As demais conviventes foram constituídas por: casal (duas pessoas que viviam em união conjugal); casal com filho(s); ou mulher sem cônjuge e com filho(s), sendo denominadas famílias segundas, terceiras etc.¹²

A família é vista, desta forma, como o fundamento da sociedade.¹³ Há um medo de que esteja chegando ao fim da existência de grupos familiares, mas essa ideia é rebatida com a análise histórica deste grupo percebendo-se que mesmo diante de suscetíveis mudanças ele vem se reorganizando em sua estrutura familiar, produzindo novas estruturas ou as adaptando, e ainda assim continua sendo reconhecida como a base da pessoa.¹⁴

Ao ser afetada com as mudanças socioculturais, religiosas, éticas externas a sua realidade percebe-se uma reação e adaptação onde as pessoas membros desse

⁹ MICHAELIS. **Família.** Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fam%C3%ADlia/>>. Acesso em: 10 nov. 2019. (sem página).

¹⁰ DUARTE, 2006. p. 9.

¹¹ IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010:** famílias e domicílios (resultado das amostras). Rio de Janeiro, p.1-203, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019. p. 11.

¹² IBGE, 2010, p. 36.

¹³ LEAL, Teresa Cristuna Merhy; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. A família na perspectiva de professores e formandos de um curso de licenciatura em pedagogia, p. 63-79. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e parentalidade:** olhares da psicologia e da história. Curitiba, PR: Juruá, 2011. p. 64.

¹⁴ LEAL, MOREIRA, 2011, p. 68.

grupo descobrem novas formas de organização e de alguma forma se reconstituem.¹⁵ Desta forma, cada família passa por diversas dinâmicas para se adaptarem ao contexto social e particular. Esse dinamismo faz com que exista diversas configurações familiares, fazendo com que a família não seja mais vista de forma estrutural de gerações, mas como um processo onde por meio da solidariedade se transmitam valores não levando apenas em conta a configuração geracional.¹⁶

A família geralmente ocupa o primeiro lugar de convivência de uma pessoa, assegurando-a de suas necessidades básicas e a auxiliando-a a se inserir na sociedade.¹⁷ Em conjunto com outros grupos e instituições ela busca garantir o bem-estar e proteção de suas pessoas membros.¹⁸ Dessa forma, a família também é vista “como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias [sic.] e significados que estão presentes nas sociedades.”¹⁹ O seu impacto pode ser sentido a partir dos comportamentos das suas pessoas membros, que a partir da família aprendem diferentes formas de construir as suas relações pessoais e sociais e de entender o mundo.²⁰

Para exemplificar melhor as mudanças ocorridas pelo que se entende por família no Brasil, revisaremos, de forma breve, a história da família nos principais momentos históricos do Brasil, começando assim com a invasão dos portugueses no Brasil e a formação do Brasil colônia.

2.2 BRASIL COLÔNIA

O Brasil Colônia, segundo o historiador Boris Fausto, ocorreu entre os anos de 1500 e 1822. É possível dividi-lo em três momentos, apesar de seu distanciamento cronológico: 1) o primeiro momento entende-se pela chegada da família Cabral à

¹⁵ MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Família e educação: olhares da psicologia**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2010. p. 9.

¹⁶ RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Estudos sobre família em Contextos Brasileiros, *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história**. Curitiba, PR: Juruá, p. 15-40, 2011. p. 20.

¹⁷ LEAL, MOREIRA, 2011, p. 64.

¹⁸ DESSEN Maria Auxiliadora; POLONIA Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil- Paidéia, 17(36), p. 21-32, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf?fbclid=IwAR28nj8FfgFptJvrJOOVO83CVXa5nTCTH0uO18XE5P0Vq87wq-UWmyHTgAA>>. Acesso em: 15 set. 2019. p. 22.

¹⁹ DESSEN, 2007, p. 22.

²⁰ DESSEN, 2007, p. 22.

instalação do governo geral, caracterizando-se pelo reconhecimento e posse da nova terra e pelo escasso comércio; 2) o segundo momento "é um longo lapso de tempo entre a instalação do governo geral e as últimas décadas do século XVIII",²¹ a criação desse governo geral possibilitou a montagem da colonização, esta que se fixaria por longos dois séculos entre marchas e contramarchas; 3) o terceiro momento vai desta época até a independência, ocorrida em 1822. "As últimas décadas do século XVIII são uma referência para indicar um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência."²²

A formação da colônia brasileira é marcada pela "contínua chegada de contingentes populacionais".²³ O novo mundo que estava se construindo trouxe como característica principal essa mobilidade populacional em comparação a estabilidade do velho mundo. A diversidade das colônias era uma característica desse quadro populacional da criação do novo mundo e estava ligada diretamente à escravidão, dos nativos e do tráfico negreiro. Dessas relações surgem os brasileiros.²⁴ Mas, quem são os denominados brasileiros? Hoje são consideradas as pessoas que nascem no Brasil ou que conseguem nacionalidade, mas no início da colônia no Brasil, os brasileiros eram as pessoas que comercializavam o pau-brasil. Constituindo assim o cerne da nossa identidade.²⁵

A exploração colonial em benefício político e econômico levou a uma separação da população em dois grupos: "os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos".²⁶ E essa separação é essencial para entender as formas de famílias da época da colônia onde os extremos predominam, visto senhor e escravo.²⁷ Como relata Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande e Senzala*, a miscigenação é um traço marcante dessa vida da colônia, onde o senhor branco domina a escrava negra e dessa relação resulta a vinda de um mestiço que se tornaria escravo.²⁸

²¹ FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 22.

²² FAUSTO, 1996, p. 22.

²³ SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 20.

²⁴ SOUZA, 1997, p. 22.

²⁵ SOUZA, 1997, p. 23.

²⁶ SOUZA, 1997, p. 27.

²⁷ SOUZA, 1997, p. 28.

²⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 189.

A organização familiar foi fortemente influenciada por algumas características dos primeiros séculos de colonização, marcando assim a formação da sociedade brasileira e a transformação de costumes e práticas no cotidiano dos seus habitantes, visto que

[...] a distância da Metrópole – que dividia muitas vezes os membros de uma família entre os dois lados do Atlântico –, a falta de mulheres brancas, a presença da escravidão negra e indígena, a constante, expansão do território, assim como a precariedade de recursos e de toda sorte de produtos com os quais estavam acostumados os colonos no seu dia-a-dia.²⁹

A família e a vida doméstica se mesclavam, conforme o que existe de registro daquela época. As famílias se formavam de diversas formas: podendo ou não ser por via de sacramento religioso; por pessoas que viviam distantes umas das outras por longos períodos; por algum familiar que se ausentava para trabalhar para a coroa; a filha que casava e ia morar com o seu companheiro; ou até mesmo, algum dos cônjuges que fugia de casa para morar com outra pessoa. Desta forma, no domicílio podiam se formar diversas composições familiares, em alguns dos casos poderiam estar em um mesmo domicílio:³⁰

[...] apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos; em outros, somavam-se a essa composição agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. Por vezes encontramos domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres com seus filhos, porém sem maridos; também nos deparamos com situações em que um casal de cônjuges e a concubina do marido viviam sob o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados com os legítimos. Tantas foram as formas que a família colonial assumiu [...].³¹

Neste processo o casamento³² teve um papel significativo dentro do processo colonizador onde a Igreja Católica exercia fortíssima influência no Estado. O casamento realizado pela igreja católica³³ era sinal de segurança a mulheres e

²⁹ SOUZA, 1997, p. 84.

³⁰ SOUZA, 1997, p. 86.

³¹ SOUZA, 1997, p. 87.

³² Apenas em 1890 é aprovado o casamento civil no Brasil pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, no decreto nº 181. BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm>. Acesso em: 15 maio 2020. (sem página)

³³ O casamento só foi permitido para outras denominações religiosas em 1863, com o decreto 3.069. Antes disso esses casamentos eram considerados ilegais e a união e os filhos ilegítimos. A luta pela legitimação desses casamentos vistos como mistos ou acatólicos iniciou em 1827, durando 36 anos oficiais. CHAVANTE, Esdras Cordeiro; ROCHA, Ivan Esperança. **Aspectos da construção da liberdade religiosa no Brasil**. Religare, v.11, n.2, set. 2014. p. 356-371. Disponível em:

homens, embora na prática tenha sido realizada apenas para a elite, há relatos de que também pessoas humildes e escravos se uniram em casamento através do sacramento da Igreja Católica.³⁴

A vida era totalmente regulada pelas leis imperialistas, qualquer ação íntima era definida pelas regras e ritos definidos previamente pelo grupo. As “regras, portanto, regulavam condutas. Leis eram interiorizadas. E o sentimento da coletividade sobrepunha-se ao de individualidade.”³⁵ O privado era entendido como tudo aquilo que pertencia a pessoa, família, as posses. Somente no século XIX é que privado é entendido como algo apenas pessoal e não coletivo.³⁶

As organizações familiares eram tão diversas no Brasil Colônia que não se pode restringir apenas um tipo de relação familiar como modelo. Ampliando a visão de Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande e Senzala*³⁷, que nos apresenta uma teoria geral de família, a família patriarcal, se limitando assim apenas a família senhorial. O modelo de família ditado pela igreja católica era composto por um casal de homem e mulher e seus filhos, mas estudos apontam para diversas³⁸ “práticas que se inserem no universo das contravenções às normas impostas pela Igreja e pelo Estado, que fez do casamento sacramentado o bastião da família, da união dos corpos e conseqüentemente das relações sexuais”.³⁹

Os estudos de Souza apontaram inúmeros filhos ilegítimos resultados de frequentes adultérios e concubinatos. Para esses outros tipos de relacionamentos existentes entre a população desta época, quando citado pela autora, utiliza-se o usado o termo “não-família”, visto que família era considerado apenas aquilo que estava regularizado pela lei. Mesmo essas “não-famílias” tendo predominado, precisamos também lembrar das “famílias propriamente ditas” que tinham como suas integrantes pessoas membros da elite, de acordo com o status social a qual pertenciam. Cabe lembrar que diversas vezes as “não-famílias” se formaram

<file:///C:/Users/J%C3%A9ssica/Downloads/22436-Texto%20do%20artigo-44450-1-10-20141229.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020. p. 368.

³⁴ SOUZA, 1997, p. 87.

³⁵ DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2. reimpressão. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2011. p. 13.

³⁶ DEL PRIORE, 2011, p. 14.

³⁷ Mesmo sendo uma obra um pouco limitada na visão de família, é uma excelente obra que trata sobre o passado, e que traz para a discussão o tema da família patriarcal, citada e estudada a partir de sua observação.

³⁸ SOUZA, 1997, p. 135.

³⁹ SOUZA, 1997, p. 136.

paralelamente as “famílias propriamente ditas”.⁴⁰ Conforme a colonização vai acontecendo a vida e formação familiar também vai se transformando e alterando-se de formas diversas em diferentes regiões do país.⁴¹

Ampliam-se assim, o papel preponderante no contexto colonial, em que aponta a existência única da família patriarcal, para o entendimento de que ela não existiu sozinha, embora não se possam negar a sua influência repetidamente reforçada pelos demais instrumentos do Estado legitimadores da sua existência. Seu modelo serviu muitas vezes como exemplo e instrumento disciplinador. Neste caso, cabe considerar para sua transformação, a influência de fatores econômicos estimuladores da formação de pequenas comunidades e alianças estruturantes de uma nova realidade familiar.⁴²

A mulher índia foi extremamente importante no início da colonização para a população branca, assumindo desta forma, o papel de ensinar a usar os alimentos típicos do Brasil para a mulher branca, trançar fibras e moldar o barro. Passando esse conhecimento posteriormente para a mulher negra. As mulheres se destacaram no trabalho doméstico, mas também ajudavam no trabalho diário fora de casa, inclusive na desbravação do território.⁴³

Toda a educação dada a mulher branca era diretamente voltada ao casamento, preparando-a para assumir as funções de: cuidar da casa, preparar a comida, comandar as escravas e índias domésticas e a indústria caseira. Todo esse trabalho manual (fiar, tecer, fazer rendas) tinha uma função moralista como plano de fundo, o de deixar a mulher ocupada o bastante para não haver ociosidade e gerar desta forma, pensamentos e ações que poderiam envergonhar e perder a honra da família. As mulheres também trabalharam além da zona doméstica, assumindo as fazendas e as pessoas escravas na ausência dos maridos, seja por negócios ou morte.⁴⁴

Quando havia falta da mulher branca, os colonos uniam-se às índias, mas apenas se casavam com as mulheres brancas para garantir descendência legítima e proteger o seu patrimônio. Quando o número de mulheres brancas foi aumentando e

⁴⁰ SOUZA, 1997, p. 136.

⁴¹ SOUZA, 1997, p. 154.

⁴² ANDRADE, Maristela do Nascimento; SANTOS, Patrícia Batista dos. **Apontamentos historiográficos: a família no Brasil Colônia**. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491414675_ARQUIVO_Apontamentoshistoriograficos_afamilianoBrasilcolonia.pdf?fbclid=IwAR3XAIWz10n18Qks69FqU4utx8jz4MZT1XsynMatwEY-qQs-mi7jXQQxXcA>. Acesso em: 30 dez. 2019. p. 10.

⁴³ SOUZA, 1997, p. 120.

⁴⁴ SOUZA, 1997, p. 148 e 151.

essas não conseguiam um casamento com alguém a altura de sua classe social, elas eram enviadas para os conventos, para que a propriedade de sua família não fosse dividida.⁴⁵

O homem era responsável pelas compras para a casa e família, era ele quem administrava os bens da esposa e os seus, era ele que cuidava do bem estar de toda a sua família.⁴⁶ Os homens também se ocupavam na fabricação de redes para pesca, na fundição fazendo instrumentos de trabalho. Com o tempo esse trabalho acabou sendo realizado de maneira geral pelos escravos, apenas supervisionado pelo colono.⁴⁷ Era esperado, portanto, no casamento, que o casal desenvolvesse tarefas específicas diante do outro:

[...] os maridos deviam se mostrar dominadores, voluntariosos no exercício da vontade patriarcal, insensíveis e egoísta. As mulheres, por sua vez, apresentavam-se como fiéis submissas, recolhidas. Sua tarefa mais importante era a procriação. É provável que os homens tratassem suas mulheres como máquinas de fazer filhos, submetidas às relações sexuais mecânicas e despidas de expressões de afeto.⁴⁸

Desta forma, ditado pela igreja, a total obediência era lei para a esposa.⁴⁹ Assim como as filhas que não casavam e tinham dote iam parar nos conventos. Em famílias abastadas e numerosas, o terceiro filho entrava para a igreja católica e se professava frade aos quinze anos.⁵⁰

Até a independência, vivia-se na América portuguesa um período com algumas características fixas, por exemplo: a família dominante entre a elite agrária era a família patriarcal, em contraponto com a população rural e urbana de menor poder aquisitivo.⁵¹ “As uniões informais e não legalizadas e os filhos ilegítimos eram a marca registrada”⁵² deste período. A desculpa dada por alguns maridos de ter concubinas era de que as mulheres casavam cedo e, logo que tinham filhos e filhas, tornavam-se menos atraentes aos seus olhos. Mais uma vez, o casamento aparece como apenas um jogo de interesses entre a classe alta da sociedade e considerado por alguns como um encargo inútil. Era comum encontrar uma mulher, casada, com

⁴⁵ SOUZA, 1997, p. 137.

⁴⁶ SOUZA, 1997, p. 138.

⁴⁷ SOUZA, 1997, p. 149.

⁴⁸ DEL PRIORE, 2011, p. 45.

⁴⁹ DEL PRIORE, 2011, p. 45.

⁵⁰ CALMON, Pedro. **História social do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1 v., 2002. p.53.

⁵¹ DEL PRIORE, 2011, p. 62.

⁵² DEL PRIORE, 2011, p. 62.

muitas crianças filhas de seu marido, sendo apenas uma ou duas dela. Assim se dava a tradicional família brasileira.⁵³

2.3 A SEXUALIDADE HUMANA RESTRINGIDA

No livro de Foucault sobre a história da sexualidade, ele relata que até o início do século XVII havia uma certa franqueza na vida das pessoas como um todo, sem tantos segredos, disfarces ou tabus sobre a sexualidade e a anatomia humana. Toda essa franqueza passa por uma rápida mudança a partir da era vitoriana, “a sexualidade, é então cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir [...] o casal, legítimo e procriador, dita a lei.”⁵⁴

Se tenta esquecer ou esconder que além de um ser social, o ser humano, também é um ser biológico, logo necessita também de estímulos fisiológicos e psicossociais.⁵⁵ A mulher é vista como um ser assexuado, sem desejos, mas com uma função: ser mãe. Vista pela Igreja como uma das formas do mal sobre a terra, entre os séculos XII e XVIII, por ser um ser impuro devido as suas secreções, parto, odores, a mulher era responsabilizada pelos homens por ter trazido a terra o pecado e a morte.⁵⁶

Se para as mulheres o prazer era ditado como proibido, para os homens ele tinha caráter obrigatório. Mesmo com a igreja controlando a sexualidade, a impotência era considerada maldição divina, promovendo sentimento de humilhação nos homens. Os versículos de Genesis 1.28 e 9.1 que falam sobre ser fecundos e multiplicar os filhos e as filhas sobre a terra, eram usados como forma de obrigação e regra masculina, tanto que em 1587 foi definido pelo Papa que a impotência masculina era um impedimento para o sacramento do matrimônio.⁵⁷ Importante ressaltar que o prazer sem a intenção de procriação era visto como a pior fonte de males para o corpo de ambos que o praticavam.⁵⁸

⁵³ DEL PRIORE, 2011, p. 64.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. p. 9.

⁵⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 39.

⁵⁶ DEL PRIORE, 2011, p. 35.

⁵⁷ DEL PRIORE, 2011, p. 36.

⁵⁸ DEL PRIORE, 2011, p. 39.

A repressão⁵⁹ da sexualidade veio junto com o desenvolvimento do capitalismo. O único lugar permitido para viver a sexualidade era no quarto dos pais. O puritanismo toma conta impondo um tríplice decreto: interdição, inexistência e mutismo.⁶⁰ Dentro do campo do exercício de poder a Igreja Católica, por exemplo, a partir do Concílio de Trento e da nova Pastoral o sexo “não deve mais ser mencionado sem prudência”,⁶¹ mas tudo o que ele gera como as sensações, desejos, devaneios devem ser dito em uma confissão. Tenta-se colocar a origem de todo o pecado na carne.⁶² Os cuidados impostos pela catequese da época eram muito cautelosos até mesmo no casamento, as normas regiam as relações, onde nem mesmo se despir era permitido. O objetivo era reduzir qualquer estímulo na sexualidade, reduzindo ao máximo momentos de prazer.⁶³

No Brasil Colônia, a mulher era controlada pela Igreja Católica que se preocupava demasiadamente com a aparência e sexualidade. Não foram poucos os pregadores católicos que “fustigaram o corpo feminino, associando-se a um instrumento do pecado e das forças diabólicas que ele representava na teologia cristã.”⁶⁴ Tudo isso, porque a mulher era definida como a antiga amiga da cobra, de Genesis 3, portando, a mulher também era amiga do diabo, sendo assim, considerada um grande perigo para a saúde dos homens, visto que facilmente eles eram encantados e se viam na perdição nos artifícios femininos.⁶⁵ A mulher carregou por mais de quinze séculos a imposição do cristianismo de que ela era responsável pela queda do homem e a expulsão do paraíso.⁶⁶ E então começou-se a idolatrar a pureza feminina baseada na pureza da virgem Maria, aumentando a prática em que “mulheres jovens da elite eram vendidas, como qualquer animal, nos mercados matrimoniais. Excluía-se o amor dessas relações. Proibiram-se as relações sexuais antes do casamento.”⁶⁷

⁵⁹ “[...] a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber”. FOUCAULT, 2006, p. 10.

⁶⁰ FOUCAULT, 2006, p. 10.

⁶¹ FOUCAULT, 2006, p. 23.

⁶² FOUCAULT, 2006, p. 23.

⁶³ DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, UNESP, 1997. p. 433.

⁶⁴ DEL PRIORE, 2011, p. 28.

⁶⁵ DEL PRIORE, 2011, p. 29.

⁶⁶ DEL PRIORE, 2011, p. 34.

⁶⁷ DEL PRIORE, 2011, p. 48.

Depois de casada a mulher podia usar apenas preto, não podia mais arrumar os cabelos, usar vestidos novos e nem mesmo se perfumar, sua função era ser mulher casada e ficar sempre em seu lar. Mulher honesta é aquela que se dedica inteiramente aos seus filhos e filhas e ao seu lar. O seu recato ao lar dignificava a sua honestidade. Esses tipos de normas e atitudes ajudavam na promoção da violência, que além de física, com surras e açoites, também era psicológica, com o abandono e desprezo. Os fatores políticos e econômicos presentes na escolha do cônjuge não levavam em conta afinidade sexual ou afeto.⁶⁸ Que fosse bela, recatada e do lar, era o que se esperava de uma mulher para conseguir um bom casamento, mas isso nunca garantiria uma vida matrimonial feliz, mas apenas um bom objeto de troca entre o seu pai e o marido, além de um bom status social ao seu marido.

A fidelidade conjugal sempre foi esperada pela esposa, enquanto ao homem as regras do casamento monogâmico eram altamente desrespeitadas, sendo vista a infidelidade masculina como um mal da carne que deveria de se aceitar. As mulheres de classe alta que eram pegas em adultério, geralmente eram mortas pelo seu marido, sendo entendido o crime de ter matado a sua esposa como algo desculpável, dado que o homem havia sido feito de “corno”, algo que era inaceitável entre a alta sociedade.⁶⁹ De qualquer forma, mesmo sendo relevado entre os homens:

[...] o adultério opunha-se às noções de fidelidade, de vida comum e de ajuda mútua, princípios reguladores do casamento e do equilíbrio familiar interno. O homem ou a mulher, quando adúlteros, violavam a honra conjugal, praticando a ‘injuria grave’, que era razão, nas leis religiosas, para anulação do matrimônio. A quebra da fidelidade era considerada falta grave para ambos os sexos, porém colocava a mulher numa situação inferior ao ponto de vista jurídico. [...] o antigo direito português punia o adultério com a pena de morte, tanto para a mulher casada quanto para seu cúmplice, mas as infidelidades masculinas, descontínuas e transitórias, não eram consideráveis atos puníveis. Só os concubinários com suas amantes eram passíveis de degredo, pena raramente aplicada.⁷⁰

2.4 CASAMENTOS POR AMOR – FAMÍLIAS POR AMOR?

Segundo D’Incao, o casamento por amor só começou a ser uma prática a partir da metade do século XVIII, na Europa, vindo a acontecer no Brasil mais tarde, mesmo que no início fosse muito mais na base do discurso do que na prática. Os

⁶⁸ DEL PRIORE, 2011, p. 66.

⁶⁹ DEL PRIORE, 2011, p. 67-68.

⁷⁰ DEL PRIORE, 2011, p. 70.

grupos que assim se constituem começam a agir de forma diferente em suas obrigações, nos direitos e deveres. Com a escolha do cônjuge a partir do amor, os casamentos por alianças políticas e econômicas, característico do patriarcalismo, perdem seu lugar, dando espaço para famílias construídas com um projeto próprio a partir do amor.⁷¹

É importante que aqui não se caia em armadilhas de generalizações de se pensar que tudo gira em torno do amor e que, desta forma, não existiria mais problemas. Uma característica importante dessa nova forma de se tornar família é que ele é distinto do discurso do período colonizador, levando assim a vários casais serem acusados e incriminados pela Igreja Católica, no século XVIII, por estarem em uma relação considerada ilícita para a época. A partir do momento em que o laço mais importante são os cônjuges e não mais os interesses econômicos e a linhagem do clã, é que se passa a dar espaço para novas configurações familiares.⁷²

O casamento era considerado, ainda no século XVIII, um remédio prescrito, racionado pelo Estado e pela Igreja, onde o amor não era considerado. Na visão da Igreja o motivo de duas pessoas se unirem era o dever de “pagar o débito conjugal, procriar e, finalmente, lutar contra a tentação do adultério”.⁷³ Porém o modelo de casamento excluía pessoas escravas, forras, brancas pobres, índias, que buscavam de alguma forma também ter algum tipo de relacionamento, mesmo que ilegal.

O amor conjugal é transformado por volta de 1720 em uma conjunção triste de obediência, sujeição e honradez esperada pelo homem por parte de sua mulher. Dando assim ao amor extraconjugal, a “liberdade” de se buscar em outra pessoa aquilo que lhe falta.⁷⁴ A ordem patriarcal funcionava como uma engrenagem política que funcionava com a finalidade de manter a transmissão do patrimônio, dessa forma, não havia espaço para sentimentos pessoais no casamento.⁷⁵ O casamento era visto

⁷¹ LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 10

⁷² LONDOÑO, Fernando Torres. O crime do amor. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 17-30, 1989. p. 88.

⁷³ PRIORE, Mary del. O corpo feminino e o amor: um olhar. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 31-56, 1989. p. 33

⁷⁴ PRIORE, 1989, p. 51.

⁷⁵ TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e Casamento no século XX. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p 88-94, 1989. p. 88.

apenas como um contrato de trabalho e reprodutivo, uma forma de defender os direitos de propriedade,⁷⁶ fortalecimento de grupos de parentesco e *status* social.⁷⁷

A literatura da época⁷⁸ passa a apresentar o amor como um estado da alma, a escolha do cônjuge é vista como condição de felicidade, no fim “ama-se o amor e não propriamente as pessoas.”⁷⁹ As expressões de amor no século XIX e meados do século XX eram consideradas de foro íntimo entre a classe média e alta, não era permitido ser testemunhado ou divulgado, silenciando assim o amor pessoal.⁸⁰ Essa rigidez e limitação da expressão do amor, não se limita apenas a casais, mas também “a manifestação do amor às crianças também não era habitual. Uma severidade beirando a crueldade era considerada a maneira eficiente de educar os filhos”.⁸¹

Com essas mudanças ocorrendo, Gilberto Freyre lembra que o homem tentava fazer da mulher uma criatura totalmente oposta a ele.⁸² Enquanto o homem se apresenta como o sexo forte, nobre, dominante, ele pinta a mulher como sendo frágil, bela e submissa. Esse culto a si próprio feito pelo homem, pode ser considerado como um culto narcisista, onde o homem patriarcal dominante, serve ao frágil e fraco sexo oprimido.⁸³ A mulher que não fosse frágil, bonita, sedutora, doce e submissa era considerada um ser anormal, antinatural, visto que, esses atributos supracitados, eram tidos como naturais da mulher. Acreditava-se que o instinto materno era contrário ao instinto sexual, a mulher que sentisse desejo sexual, logo era anormal, porque fugia da sua natureza, do que era considerado normal.⁸⁴ Os homossexuais não eram vistos como anormais, mas como pessoas doentes que necessitavam de

⁷⁶ LEITE, Miriam I. Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez. Representações do amor e da família. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 72-87, 1989. p. 80.

⁷⁷ TRIGO, 1989, p. 88.

⁷⁸ No período conhecido como Romântico na literatura brasileira, os autores Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assim, entre outros, produzem a ideia de que heróis sempre amam, o amor como algo que sempre vence, casamento por amor em contraposição ao casamento por aliança econômica e política, o adultério, o amor maternal, paternal e filial. D'INCAO, Magia Angela. O amor romântico e a família burguesa. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 57-71. 1989. p. 67.

⁷⁹ D'INCAO, 1989, p. 66.

⁸⁰ LEITE, MASSAINI, p. 74.

⁸¹ LEITE, MASSAINI, 1989, p. 74.

⁸² FREYRE, 1992, p. 305.

⁸³ DEL PRIORE, 2011, p. 72.

⁸⁴ DEL PRIORE, 2011, p. 90.

tratamento. Atribuía-se a uma criação moral não adequada, portanto se entendia que não era a medicina que tinha o tratamento, mas a moralidade.⁸⁵

O amor clandestino em contraposição à dignidade e à honra, ergue-se assim uma barreira entre o casamento e o amor. As diferenças de classes podem estabelecer relações sociais em ambientes públicos, mas jamais misturar o sangue.⁸⁶ Essa dureza nas relações prepara as pessoas mais jovens a uma sociedade onde o “valor e a liberdade do ser humano eram medidos pela riqueza”.⁸⁷ As mulheres que ficavam órfãs ou que vinham de uma família pobre não tinham saídas a não ser o casamento, pois o trabalho remunerado para mulheres não era considerado digno.⁸⁸

A partir de 1882, em áreas urbanas as casas passam a ser mais privadas, e as mulheres começam a sair de casa sozinhas, para irem à Igreja, sessões no senado, andarem na rua e a lerem jornais. Com essa mudança na prática social, as mulheres começam a se relacionar com mais pessoas, não estando apenas restritas as pessoas que frequentavam as suas casas.⁸⁹ As mudanças começam quando o ser humano é visto como uma pessoa com ordens morais e psicológicas, ou seja, “passa a pensar e ser pensado como um ser mais liberto”.⁹⁰

A família do século do XIX, após estudos e comparações com literaturas, fotos e documentos, pode ser interpretada como “um núcleo de tendência monogâmica, conjugal, contendo sexualidades múltiplas e móveis, dirigidas para seu interior e, algumas vezes para seu exterior”.⁹¹ Hoje os sentimentos de amor e de família são incorporados nesse grupo social, tanto entre o casal, como nas outras gerações que constituem a parentalidade ou proximidade, mas para o século XIX “o sentimento amoroso é apresentado como indefinido e variável demais para servir sempre de alicerce a um grupo de longa duração como pretende ser a família”.⁹²

⁸⁵ DEL PRIORE, 2011, p. 96.

⁸⁶ LEITE; MASSAINI, 1989, p. 76.

⁸⁷ LEITE, MASSAINI, 1989, p. 77.

⁸⁸ LEITE, MASSAINI, 1989, p. 77.

⁸⁹ LEITE, MASSAINI, 1989, p. 78.

⁹⁰ TRIGO, 1989, p. 89.

⁹¹ LEITE, MASSAINI, 1989, p. 84.

⁹² LEITE, MASSAINI, 1989, p. 86.

2.5 FAMÍLIA NO SÉCULO XX

Em meados do século XX no Brasil, começam a aparecer mudanças significativas na forma em que as famílias são formadas, iniciando um período onde a escolha matrimonial deixa de ser essencialmente familiar para ser, pelo menos em teoria, mais livre e com a ideia de se ter o amor como base fundamental para essa escolha.⁹³ Essas mudanças têm relação direta com o corpo, antes esquecido e escondido, que agora começa a ser cultuado e colocado a mostra.

Inicia-se a promoção de cuidar da alimentação, exercícios físicos e os modelos de corpos e mulheres, começa-se a ser divulgado. Cultua-se um padrão de beleza contrário ao de antes. Agora, seios pequenos e ancas finas passam a ser o ideal, alguns médicos chegavam a dizer que esse novo padrão era o total desprezo pela maternidade.⁹⁴ Todo esse culto a beleza traz consigo dois lados, por um lado a ideia da liberdade em que a mulher poderia tomar iniciativas, ao contraponto que a sua sensualidade, agora despertada, a transformava, mais uma vez, em um objeto passivo de consumo.⁹⁵ O corpo do homem também começa a ser cultuado, a valorização da força física, músculos e autoridade tornam-se símbolos da beleza masculina e boa saúde, além de afirmar a masculinidade.⁹⁶

Como superar a dicotomia existente no início do século XX em que primeiramente o casamento era visto como algo rotineiro, habitual, com a ideia de dominação e subordinação da ordem patriarcal para um casamento voltado para valores individuais, onde a atração pessoal e o amor idealizado estão presentes?⁹⁷

A procura de solução leva a uma fusão entre amor e o casamento e, para tanto, processa-se uma redefinição de amor que é trazida para dentro do matrimônio perdendo, nessa passagem, suas características de transitoriedade, ilegitimidade ou alienação. A valorização do amor passa por um assentar-se, exatamente, na legitimidade que lhe dá o matrimônio e estabilidade e permanência que adquire como construtor do espaço doméstico. E o sentimento exaltado na época é um amor de construção e atualização que exige uma alta dose de consciência e autocontrole dos parceiros. Outra das peculiaridades do amor, enfatizada nos séculos anteriores, era sua ligação com o prazer e o exercício da sexualidade. Ao circunscrever-se aos limites do matrimônio, o amor é dessexualizado ou, pelo menos, direcionado para a procriação. A ênfase é dada ao binômio casamento-amor, sendo a sexualidade camuflada. Como consequência [sic],

⁹³ TRIGO, 1989, p. 89.

⁹⁴ DEL PRIORE, 2011, p. 107-114.

⁹⁵ DEL PRIORE, 2011, p. 115.

⁹⁶ DEL PRIORE, 2011, p. 156.

⁹⁷ TRIGO, 1989, p. 90.

há ausência de discurso erótico, ao mesmo tempo em que se valoriza o mito virgindade-pureza.⁹⁸

As expectativas amorosas da sociedade parecem se fundir com as exigências do patriarcalismo e da Igreja Católica. Nessa fusão a mulher é a maior atingida. Usa-se o amor como forma de atribuir a ela maiores deveres, impondo o dever de cumprir o papel de amar e ser amada que a sociedade exige, tendo, portanto, que renunciar-se e dedicar-se a submissão e a vida familiar e doméstica.⁹⁹ A repressão sexual ainda assombrava as mulheres, palavras como sexo e menstruação eram proibidas entre elas, ter conhecimento sobre esses assuntos trazia enorme culpa a elas. Esse distanciamento dos desejos do corpo, ao mesmo tempo em que ele é cultuado cria um abismo entre fantasia e realidade. Uma mulher de “respeito” deveria ostentar obrigatoriamente valores ligados à castidade e à pureza, sendo reconhecidos pelas demais pessoas através de seu comportamento recatado e passivo.¹⁰⁰

Nessa época com a união do romantismo que valorizava o tempo passado e do patriarcalismo que tinha como ideal a aliança entre duas histórias, predominava-se a ideia de que o amor nasceria com o tempo a partir da convivência. Portanto, uma pessoa bem escolhida, conforme normas sociais e familiares, levaria ao fortalecimento da relação com o tempo.¹⁰¹ Com as alterações sociais nas ideologias do amor, tornando-o mais individualista e personalista, e as escolhas dos cônjuges sendo feitas a partir dos interesses familiares, negando-se muitas vezes os desejos individuais, as escolhas amorosas continuavam tendo como regra a homogamia¹⁰², ou seja, a tendência de se escolher uma pessoa com características semelhantes as suas, como religião, nível social. O casamento, portanto, se afasta do amor-paixão e se aproxima do amor mais doméstico, limitando-se a relações de dever e inspirando-se nas exigências sociais vindas da moral eclesiástica.¹⁰³

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas selou um ‘pacto moral’ com a Igreja. Esta se tornaria uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado.¹⁰⁴

⁹⁸ TRIGO, 1989, p. 90.

⁹⁹ TRIGO, 1989, p. 90.

¹⁰⁰ DEL PRIORE, 2011, p. 118.

¹⁰¹ TRIGO, 1989, p. 91.

¹⁰² TRIGO, 1989, p. 93.

¹⁰³ TRIGO, 1989, p. 92.

¹⁰⁴ DEL PRIORE, 2011, p. 121.

A respeito das milhares de relações extraconjugais que aconteceram durante séculos no Brasil, passaram a ser consideradas imorais e as pessoas eram acusadas de conduta indecente. Houve até mesmo um movimento promovido pela Igreja Católica em parceria com o Estado denominado “casa ou larga”, que incentivava membros das camadas mais baixas da população, na cidade e no interior, a contrair matrimônio na Igreja Católica.¹⁰⁵

A separação de casais nos anos 50 não permitia novos casamentos e nem dissolvia vínculos conjugais, chegando em 1942 a entrar no Código Civil, no artigo 315, que estabelece o desquite, ou seja, “a separação sem dissolução de vínculo”.¹⁰⁶ Pessoas desquitadas eram consideradas más companhias e evitadas pelas pessoas casadas. Os amores entre iguais, entre pessoas do mesmo sexo, tiveram que viver os seus amores as sombras, discretos. Quando eram vistos eram perseguidos e vítimas de diversificados preconceitos e violências. Diversos tratamentos eram indicados para “tratar” esses amores, como transplante de testículos, internações em hospitais psiquiátricos, injeções de insulina. Muitos se mudavam para cidades grandes, para fugir sobretudo da pressão familiar.¹⁰⁷

De grão em grão, as mudanças começam a aparecer ao longo do século XX, as famílias passam por diversas transformações, alterando o seu funcionamento interno, abrindo espaço para a autonomia de suas pessoas membros e para a expressão pessoal.¹⁰⁸ A moral sexual é flexibilizada e casais que não são casados passam a ser cada vez mais aceitos pela sociedade. Assuntos como paternidade responsável, amor conjugal, e interação entre o amor físico e espiritual, começam a ganhar destaque. A igreja católica convida para que as pessoas olhem o mundo com mais simpatia e compreensão.¹⁰⁹

¹⁰⁵ DEL PRIORE, 2011, p. 121.

¹⁰⁶ DEL PRIORE, 2011, p. 168.

¹⁰⁷ DEL PRIORE, 2011, p. 169.

¹⁰⁸ PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICHELLI, Vincenzo. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil: os paradoxos da mudança. *In*: Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 07-12, 2000. p. 8.

¹⁰⁹ DEL PRIORE, 2011, p. 171.

2.6 FAMÍLIA NA MODERNIDADE

Para Alves, dois modelos de família resumem a família nas sociedades modernas contemporâneas: de um lado o modelo já comentado aqui da “Família patriarcal” de Gilberto Freyre e do outro lado, o modelo conjugal moderno que pode ser definido, a grosso modo, com ênfase no “predomínio afetivo, a centralidade dos filhos, do valor da escolha livre e da igualdade entre o casal.”¹¹⁰

Este segundo modelo supracitado, pode ser chamado de família companheirismo, conforme relata Therborn, sendo assim uma unidade onde existe afeição mútua entre as pessoas membros. Isto contrapõe ao modelo anterior, em que a família que é tida como institucional, que é estabelecida por uma pressão social pré-definida as pessoas membros.¹¹¹

As obrigações e direitos das pessoas membros de uma família estão diretamente ligadas as suas relações de poder. Esta mudança institucional “é assim induzida por eventos ou processos que desarranjam um dado balanço entre, de um lado, direitos e obrigações e, de outro, poderes e dependências.”¹¹²

Segundo Hochschild, a ideia de existir uma igualdade no lar, no que se refere a questões de âmbito doméstico, é mito, e tem sido questionado por diversos estudos, apontando que as mulheres ainda assumem a grande parte (se não toda) das tarefas domésticas.¹¹³ O trabalho doméstico envolve muito mais que cuidar da limpeza da casa, das roupas, o preparo dos alimentos, inclui também ir ao supermercado, cuidar de manter as consultas médicas dos filhos e das filhas em dia, ajudar nos temas de casa, educação dos filhos e das filhas, e se responsabilizar pelas reuniões nas escolas. Isso tudo depois de voltarem de um dia cansativo de trabalho.¹¹⁴

No período de 2000 a 2010, houve um crescimento expressivo das famílias com a pessoa responsável do sexo feminino, inclusive daquelas que contavam com a presença de cônjuge. Os motivos para esse aumento podem ser creditados a uma mudança de valores culturais relativa ao papel da mulher na sociedade brasileira. O ingresso maciço no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior combinados com a redução da

¹¹⁰ ALVES, Andréa Moraes. Família, sexualidade e velhice feminina. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 19-38, 2005. p. 20.

¹¹¹ THERBORN, Goeran. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 12

¹¹² THERBORN, 2006, p. 12.

¹¹³ HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The time bind: when work becomes home and home become work**. Henry Holt and Company, 2001. p. 87.

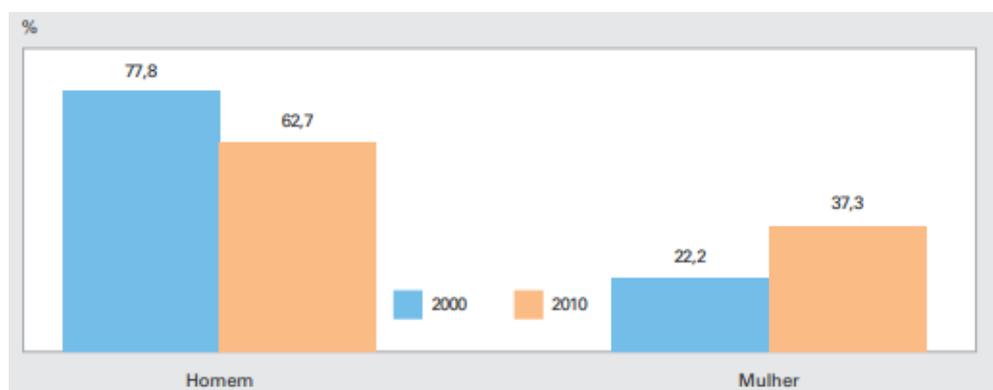
¹¹⁴ ALVES, 2005, p. 30.

fecundidade são fatores que podem explicar esse reconhecimento da mulher como responsável pela família.¹¹⁵

Em outra área da vida, a mulher também passa a ter direitos na área da sexualidade. Pode-se agora, demonstrar o interesse por outra pessoa, sem o medo de ser penalizada. O tempo em que os maridos ou familiares ditavam as normas, começam agora a ficar distantes.¹¹⁶ A mulher, nessa luta pela sua emancipação, foi conquistando centímetro por centímetro os seus direitos deixando de ser escrava dos outros, mas principalmente deixando de ser escrava do próprio sexo, é uma grande vitória para quem durante toda a história foi excluída por ser mulher.¹¹⁷

O gráfico a seguir mostra o percentual da pessoa que é tida como a responsável pela família. O gráfico ainda traz a comparação dos últimos dois Censos do IBGE, o de 2000 e o de 2010. No qual percebe-se como a mulher, além de assumir a função de responsável pelo lar é também vista desta forma pelos integrantes do grupo familiar.

Gráfico 1 Pessoa responsável pela família– 2000/2010



Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, p. 83.

Segundo Silva e Anastácio, em diversos estudos tem se observado que muitas mães anseiam estar mais no trabalho do que em suas casas, pois “descrevem o trabalho como um lugar onde se sentem bem-vindas, valorizadas, amadas e apoiadas”.¹¹⁸ Com a sobrecarga colocada sobre a mulher, “é frequente os casais que se separaram depois do nascimento do primeiro filho.”¹¹⁹ Busca-se uma igualdade de

¹¹⁵ IBGE, 2010, p. 82.

¹¹⁶ DEL PRIORE, 2011, p. 177.

¹¹⁷ DEL PRIORE, 2011, p. 18.

¹¹⁸ SILVA, Célia Nunes; ANASTÁCIO, Sílvia Maria Guerra. O descompasso entre função parental e dupla carreira dos pais, *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Família e educação: olhares da psicologia**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2010. p. 205.

¹¹⁹ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 205.

funções e tarefas entre os cônjuges, mesmo que ainda tradições persistam “faz-se necessário rever as premissas tradicionais e substituí-las por novas mais funcionais.”¹²⁰

Nas últimas décadas, muito se discutiu sobre a "crise" da família, em decorrência da baixa taxa de fecundidade, do aumento da esperança de vida e, conseqüentemente [sic.], da crescente proporção da população de mais de 60 anos, mas também do declínio da instituição do casamento e da banalização do divórcio. De fato, o que observamos não foi exatamente o enfraquecimento da instituição família, mas o surgimento de novos modelos familiares, construídos a partir desses fenômenos sociais, mas, principalmente, das transformações nas relações entre os sexos, vistas de uma perspectiva igualitária, mediante maior controle da natalidade, a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho etc.¹²¹

Ao rever as premissas tradicionais em que a mulher no Brasil, especificamente, foi submetida durante todos estes séculos e ao atualizarmos para as novas exigências a ela atribuída nas últimas décadas é necessário lembrar algumas novas configurações e direitos que ela tem e que por todo esse tempo lhe foi tirado.¹²²

É natural e saudável que a mulher se recuse a dedicar-se pelas outras pessoas. Ela não deve ser responsabilizada pelo bem estar físico e emocional de sua família, pai, mãe, sogro e sogra.¹²³ Precisa-se deixar claro que todas as pessoas precisam em algum momento de ajuda e que todas as pessoas podem ajudar, principalmente em um grupo familiar, sendo assim, é necessário parar de rotular a mulher como o sexo frágil. A necessidade de ajuda não é exclusividade feminina.¹²⁴

Mulheres passam pelo desenvolvimento sexual, tanto quanto os homens, portanto, ambas as pessoas podem ter interesse em sexo, “mas a socialização e o reforço podem influir sobre esse interesse de maneira positiva ou negativa em ambos os gêneros.”¹²⁵ A independência e autonomia da mulher não deveria ser visto como algo que ameaça a família. Uma família com uma interação equilibrada e respeitosa decorre quando os papéis são compartilhados dentro do grupo familiar, portanto,

[...] uma família com um delineamento rígido de papéis, em que a mãe desempenha um papel expressivo, e o pai, um papel instrumental, é um sistema frágil porque depende da presença constante de ambos os genitores. Se um ou outro está ausente por doença, exigências de trabalho, morte ou

¹²⁰ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 206.

¹²¹ PEIXOTO, CICCHELLI, 2000, p. 9.

¹²² SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 206.

¹²³ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 206.

¹²⁴ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 206.

¹²⁵ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 206-207.

divórcio, haverá uma estrutura familiar deficitária ou uma família desfeita. No entanto, presume-se que, no caso de haver dois genitores interagindo física e emocionalmente na família, este lar poderá funcionar bem, desde que fique claro "quem está dentro da família e quem está fora dela". Assim, a mãe não precisa sentir-se culpada se tiver de se ausentar do lar, inclusive por motivo de trabalho, contanto que alguém esteja em casa protegendo seus filhos pequenos.¹²⁶

Uma família pode funcionar melhor quando cada pessoa deste grupo apoia e valoriza as características individuais de cada e, principalmente, quando demonstram "menos estereótipos relacionados ao gênero."¹²⁷ Fugindo novamente do que diz como tradicional para cada gênero, é importante ressaltar que as atividades podem ser conduzidas indiferentemente do sexo da pessoa que a executa, principalmente porque

[...] é importante para a mulher construir novos enredos em que os parceiros assumam uma posição igualitária, sem sentimento de culpa e sem ter de aceitar um papel desodorizado. [...] desejando-se que a mulher se livre do estigma de que, faça o que fizer, está sempre errada.¹²⁸

Alguns dados do IBGE, do último Censo Demográfico de 2010, podem nos ajudar a perceber como são os grupos familiares formados hoje no Brasil e quais são as pessoas que os tem formado. O Censo demográfico recenseou 54,3 milhões de famílias dentre as 57 milhões de unidades domésticas recenseadas. Sendo 12,1% domicílios formados por pessoas que viviam sozinhas, denominadas como unidades unipessoais, 87,2% formado por duas pessoas ou mais, com parentesco, com diversas configurações, e 0,7% das unidades domésticas não contavam com pessoas que tinham algum tipo de parentesco entre si. Dentre os 87,2% de famílias formadas por duas pessoas ou mais, mostrou-se que 92% destas famílias formam apenas um núcleo familiar.¹²⁹

Neste Censo, a partir do questionário de amostra, os tipos de família considerados foram as famílias únicas e conviventes, sendo assim classificadas:¹³⁰

- **Casal sem filho(s)** - quando constituídas por pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge;
- **Casal sem filho(s) e com parente(s)** - quando constituídas somente por pessoa de responsável pela unidade doméstica com cônjuge e com pelo uma pessoa na condição de parente;

¹²⁶ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 207.

¹²⁷ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 207.

¹²⁸ SILVA, ANASTÁCIO, 2010, p. 208.

¹²⁹ IBGE, 2010, p. 65.

¹³⁰ IBGE, 2010, p. 11.

- **Casal com filho(s)** - quando constituídas somente por pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge e com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a);
- **Casal com filho(s) e com parente(s)** - quando constituídas somente por pessoa de responsável pela unidade doméstica com cônjuge, com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a) e com pelo menos uma pessoa na condição de parente; Notas técnicas
- **Mulher sem cônjuge com filho(s)** - quando constituídas somente por pessoa responsável pela unidade doméstica do sexo feminino com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a). Também denominada monoparental feminina com filho(s);
- **Mulher sem cônjuge com filho(s) e com parente(s)** - quando constituídas somente por pessoa responsável pela unidade doméstica do sexo feminino com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a) e com pelo menos uma pessoa na condição de parente. Também denominada monoparental feminina com filho(s) e com parente(s);
- **Homem sem cônjuge com filho(s)** - quando constituídas somente por pessoa responsável pela unidade doméstica do sexo masculino com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a). Também denominada monoparental masculina com filho(s);
- **Homem sem cônjuge com filho(s) e com parente(s)** - quando constituídas somente por pessoa responsável pela unidade doméstica do sexo masculino com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a) e com pelo menos uma pessoa na condição de parente. Também denominada monoparental masculina com filho(s) e com parente(s); ou
- **Outro** - quando constituídas de forma distinta das anteriores.
As famílias conviventes segundas, terceiras etc., para os fins desta publicação, foram classificadas como:
- **Casal sem filho(s)** - quando constituídas somente por duas pessoas em união conjugal;
- **Casal com filho(s)** - quando constituídas por duas pessoas em união conjugal, com pelo menos um(a) filho(a), somente da pessoa do sexo feminino; ou
- **Mulher sem cônjuge com filho(s)** - quando constituídas somente por pessoa do sexo feminino com pelo menos um(a) filho(a).¹³¹

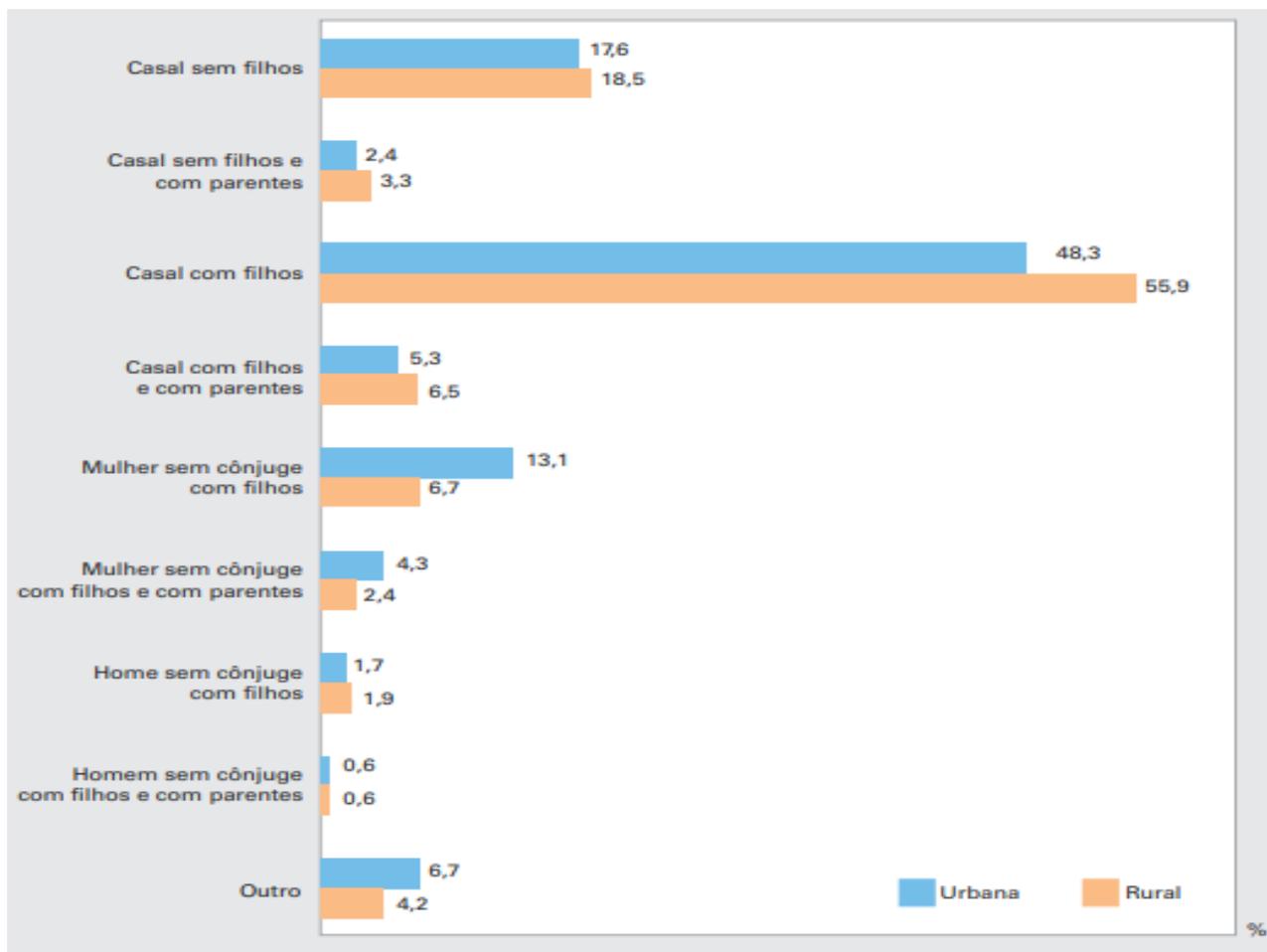
Após a explicação dos tipos de família e de como são considerados pelo Censo do IBGE de 2010, portando do Brasil, é apresentado a seguir o gráfico 2 do Censo de 2010, que mostra as composições dos grupos familiares da área rural e urbana do Brasil, através da distribuição percentual e conforme o IBGE classifica, das famílias únicas e conviventes.

No Brasil percebe-se diferentes fases dentro de um ciclo de vida familiar, e elas podem ser analisadas pela composição familiar conforme o gráfico 2 mas também pela faixa etária dos filhos e das filhas de cada grupo familiar. O gráfico 3 “mostra a distribuição dos ciclos de vida das famílias formadas por casal com filhos e monoparentais com filhos.”¹³²

¹³¹ IBGE, 2010, p. 37.

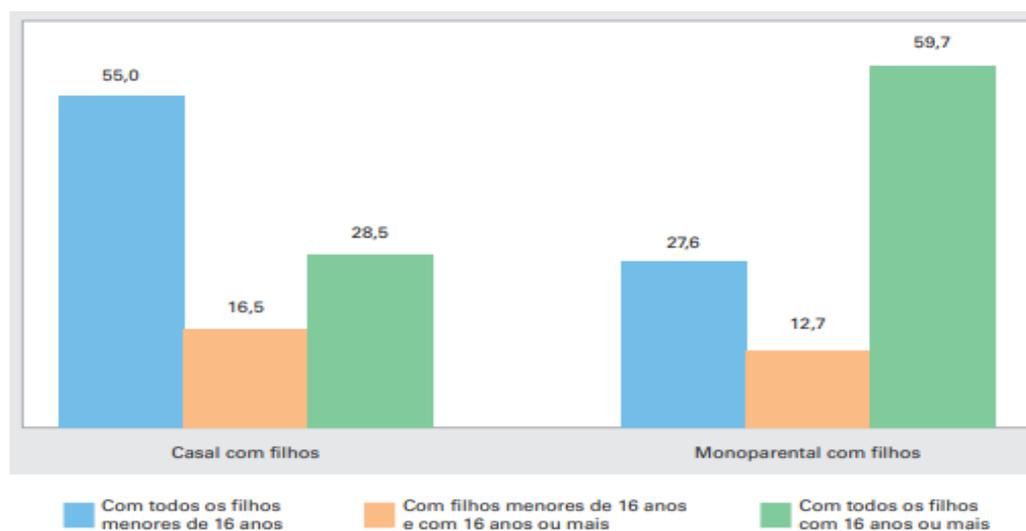
¹³² IBGE, 2010, p. 75.

Gráfico 2: Distribuição das famílias únicas e conviventes 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

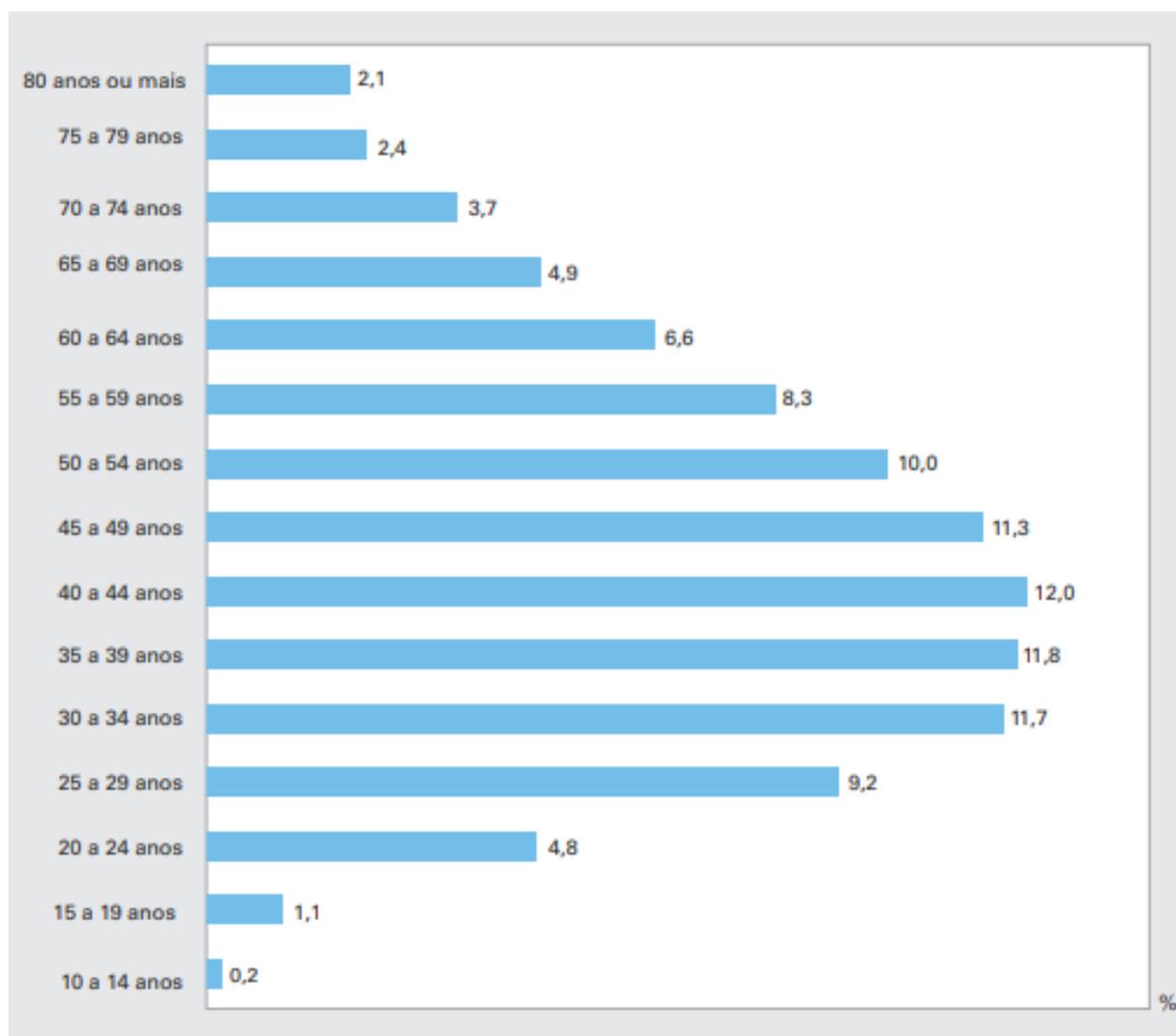
Gráfico 3 Distribuição das famílias formadas por casal com filhos e filhas e monoparentais com filhos e filhas



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, p. 76.

A responsabilidade pelo grupo familiar é dividida entre homens e mulheres. A faixa etária da pessoa responsável pela família varia dos 25 aos 59 anos predominantemente, mas é interessante perceber que 3% dos grupos familiares são de responsabilidade de pessoas entre os 10 aos 19 anos, ou seja, pessoas ainda em idade escolar, em contraponto que 6,1% dos grupos familiares ainda são de responsabilidade de pessoas entre 75 a 80 anos ou mais, isto é, quase 10% dos grupos familiares tem pessoas demasiadamente jovens ou idosas como pessoas de referência pelo grupo familiar. Abaixo segue o gráfico com a distribuição das pessoas responsáveis pela família, conforme sua idade.

Gráfico 4 Distribuição das pessoas responsáveis, segundo a idade



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, p. 80.

Levando em conta que cerca de 19,7% das famílias possuem pessoas acima de 60 anos como responsáveis, vê-se a necessidade de falar sobre o envelhecimento.

O envelhecimento é algo natural do corpo humano. Esse processo ligado também a aposentadoria é entendida pelos grupos familiares de formas diferentes para homens e mulheres. Enquanto para os homens é vista como uma mudança radical da vida, do mundo público para a esfera doméstica, para a mulher ela continua ligada a esfera doméstica, assim como durante toda a sua vida, ou seja, não se para, e nesse espaço, enquanto exerce as suas funções necessárias, a mulher tem importância.¹³³

As mulheres que hoje tem entre 60 e 80 anos presenciaram as mudanças da sociedade brasileira, principalmente as conquistas feministas. A revolução sexual e valorização do trabalho dentro e fora do lar, são algumas das mudanças que alcançou essa geração. Como a maioria não pode sentir a mudança durante a sua juventude, querem agora na velhice, ter o direito de uma vida ativa, para aproveitar o que foi negado no passado.¹³⁴

Existem duas principais teorias sobre o envelhecimento dentro do discurso gerontológico. Um conhecido como teoria do desengajamento, aborda que o envelhecimento dito como normal é composto por uma diminuição das tarefas sociais e pessoais progressivamente, priorizando assim os laços afetivos e um estado de equilíbrio psicológico. Enquanto a outra teoria, a teoria da atividade, um envelhecimento com sucesso precisa compensar todas as perdas de papéis sócias e habilidades, mantendo um bom engajamento em diversas atividades e aumentando os laços sociais.¹³⁵

A maioria das mulheres no Brasil, segundo Alves, colabora com a segunda teoria, buscando espaços de interação e aprendizados, estimulando assim uma vida privada também fora de suas casas, visto assim o sucesso de viagens de terceira idades e os famosos bailinhos, que tem como maior objetivo a movimentação e a dança como um exercício físico e a integração de homens e mulheres da terceira idade.¹³⁶ A participação destas atividades ajuda a criar ou manter a autonomia da pessoa e uma mente ativa, elas “revivem características do mundo doméstico e familiar, como arte do convívio social”.¹³⁷

¹³³ ALVES, 2005, p. 20.

¹³⁴ ALVES, 2005, p. 27.

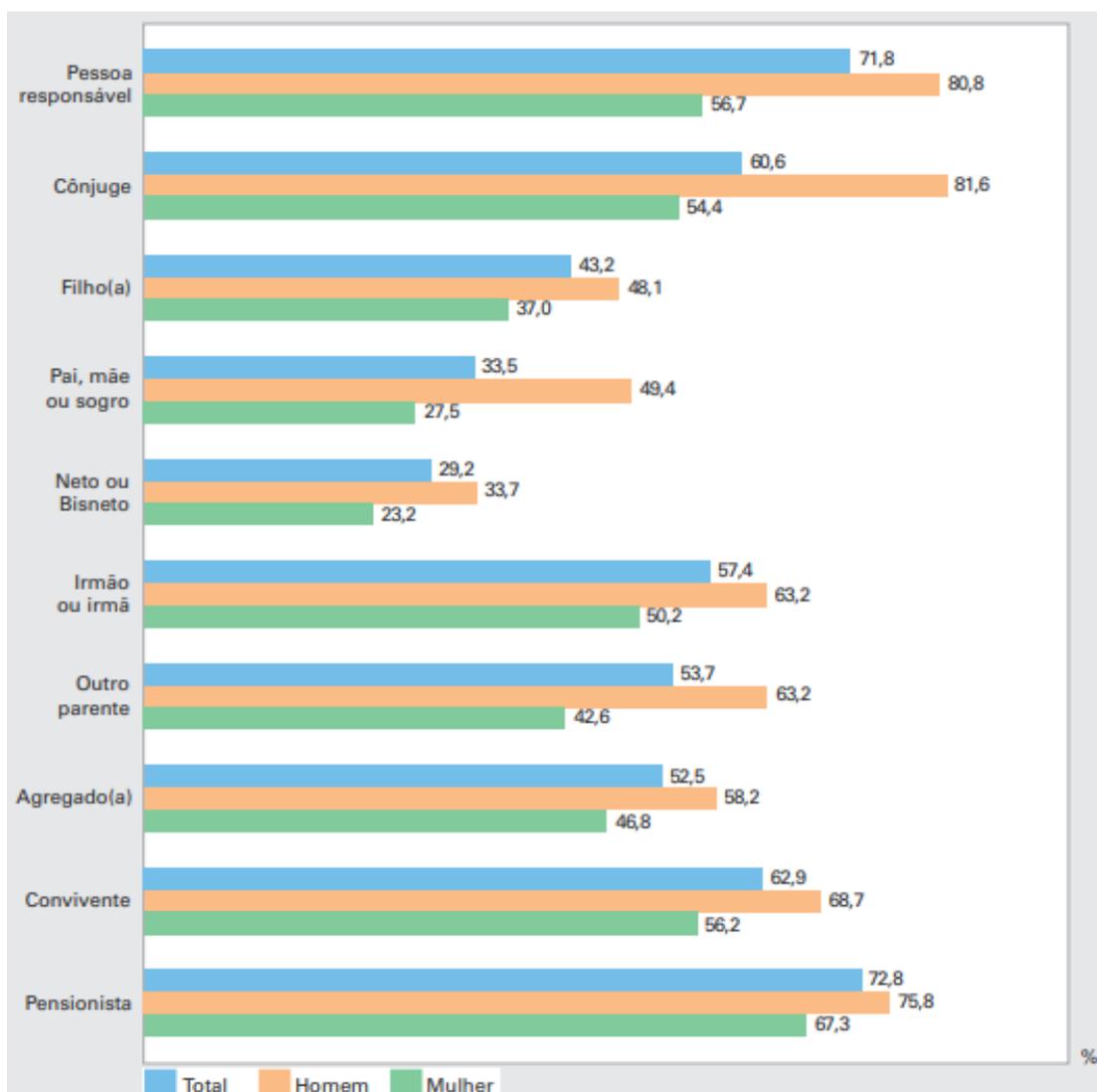
¹³⁵ ALVES, 2005, p. 21.

¹³⁶ ALVES, 2005, p. 33.

¹³⁷ ALVES, 2005, p. 35.

Com as mudanças ocorridas durante todos esses anos de história, hoje, entre as pessoas, o verbo ao qual mais se quer conjugar é “recomeçar”.¹³⁸ Neste sentido a relação entre os membros do grupo familiar também foi avaliado pelo IBGE, sendo representados no próximo gráfico.

Gráfico 5 Relação de parentesco com a pessoa responsável pela família



Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, p. 84.

Há uma forte crítica a família, dizendo que ela está acabando ou que estão acabando com ela. A partir deste ponto de vista, o gráfico acima demonstra que mais da metade da população brasileira vive em algum grupo familiar. Indo a esse encontro,

¹³⁸ DEL PRIORE, 2011, p. 231.

uma pesquisa do Datafolha questiona qual a importância da família na vida das pessoas brasileiras. A pesquisa de 2007 é avaliada com base na pesquisa de 1998.¹³⁹

A família é importante ou não? Essa foi uma das perguntas realizadas pela Folha de São Paulo que indicou que 69% das pessoas consideram a família importante em suas vidas. A família ficou em primeiro lugar, em uma pesquisa que analisou o estudo, o trabalho, a religião, o lazer, o casamento e o dinheiro. A família vem ganhando destaque na vida dos brasileiros. Na pesquisa anterior a família dividia o ranking com o item estudo.¹⁴⁰

A partir da sondagem de opinião é possível perceber que a família ainda ocupa um lugar de destaque na vida das pessoas brasileiras. Sendo assim, o governo brasileiro também se utiliza dela para realizar políticas de combate à pobreza e a evasão escolar.¹⁴¹

Nela encontram-se os elementos fundamentais da identidade do indivíduo enquanto ser humano, que o diferenciam do indivíduo animal. No espaço da vida familiar, verificam-se experiências básicas que duram no tempo, independentemente da vontade das pessoas envolvidas, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade, a relação entre as gerações e seu impacto na descoberta do nexos com a geração da vida e com a realidade da morte.¹⁴²

Vimos que desde o início do século XX um modelo de família tradicional prevaleceu sobre os outros modelos existentes. Neste modelo, homens e mulheres desempenhavam papéis específicos em todos os setores da vida, que eram culturalmente estabelecidos. O homem é o provedor, enquanto a mulher cuida da casa e das crianças. Sendo o homem visto como o “chefe da família”, ele exerce uma posição de autoridade e poder para com a mulher, filhos e filhas. As relações dentro de casa são marcadas pelas relações de autoridade e respeito.¹⁴³

¹³⁹ DATAFOLHA. **Família fica ainda mais importante para brasileiros**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2007/10/1225700-familia-fica-ainda-mais-importante-para-brasileiros.shtml>>. Acesso em 02 dez. 2018. (sem página)

¹⁴⁰ DATAFOLHA, 2007, (sem página).

¹⁴¹ PETRINI, João Carlos; FORNASIER, Rafael C. **Família: caminho da sociedade e da Igreja: a geração dos vínculos: a pessoa, família, comunidade e sociedade**. São Paulo, SP: Loyola, 2015, p. 20.

¹⁴² DIAS, Marcelo Couto; PETRINI, João Carlos. **Família no debate social, cultural e político contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 2013. p. 21.

¹⁴³ ASSIS, Zamira de. **Família em perspectiva: uma abordagem multidisciplinar**. Curitiba, PR: Juruá, 2012. p. 146.

As críticas a este modelo de família ganham força a partir dos anos 60, sendo questionada por ser uma instituição “reprodutora de valores fundados em uma moral obsoleta. Ela era reconhecida como uma instância alienante, reprodutora das relações de propriedade e das dinâmicas de repressão.”¹⁴⁴ Desta forma, gradativamente, este modelo institucional hierárquico e patriarcal está enfraquecendo nas dinâmicas familiares.¹⁴⁵

A família começa a passar novamente por uma intensa transformação, suscitando um novo modelo de família, a família igualitária. Neste modelo a família é estruturada em condições que tentam ser simétricas entre ambos os sexos no mercado de trabalho, começam a dividir o trabalho doméstico entre todas as pessoas membros da família e a responsabilidade sobre a educação dos filhos e filhas é de ambos.¹⁴⁶

Parece simples a evolução da família, ela sai da vida pública e vai para a vida privada. Mas essa privatização da família traz também uma mudança no seu interior, agora dentro das famílias também há uma privatização, surgindo uma vida privada individual. A privatização da família meche na sua estrutura a desinstitucionalizando, antes sendo uma institucionalização forte na sociedade, com a sua privatização parece perder força e poder.¹⁴⁷

A partir da década de oitenta, esta configuração alterou-se mais ainda, caminhando para a “família pós-moderna”, que se caracteriza pela valorização da individualidade de cada de cada um dos seus membros sobre a comunidade familiar. [...] o que conta é ser feliz por si mesmo.¹⁴⁸

Há uma valorização a cada uma das pessoas membros da comunidade familiar. “Os múltiplos arranjos conjugais contemporâneos dão origem a novas configurações familiares, que muitas vezes escapam ao que está formalmente estabelecido pelo contexto social e pela legislação”.¹⁴⁹ Essas mudanças são essenciais para os direitos das famílias contemporâneas, provocando a inserção de diversas normas sobre a família no ordenamento jurídico brasileiro em 1988, na

¹⁴⁴ ASSIS, 2012, p. 146.

¹⁴⁵ GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 119.

¹⁴⁶ ASSIS, 2012, p. 146.

¹⁴⁷ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges; VEYNE, Paul. **História da vida privada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990-1992. 5 v. p. 61.

¹⁴⁸ GROSSI (Org), 2007, p. 113.

¹⁴⁹ MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história**. Curitiba, PR: Juruá, 2011. p. 119.

promulgação da Constituição República. O reconhecimento de outras formas de vida comum, diferentes da família legítima, rompe com o paradigma institucional trazendo reconhecimento e dignidade a outras formas de ser família.¹⁵⁰ É por isso que:

Este aspecto é muito importante, uma vez que, em virtude desta nova disciplina constitucional, pode-se conferir ao ordenamento jurídico a abertura e a mobilidade que a dinâmica social lhe exige, sem a fixidez de um modelo único que desconheça a pluralidade de estilos de vida e de crenças e o pluralismo que caracterizam nossos dias.¹⁵¹

Mesmo com tantos progressos, ainda se discute muito sobre as uniões de pessoas do mesmo sexo ter o direito de formarem uma família. Na constituição de 1988, a regulamentação de família contemplava três espécies de família¹⁵²: “a família derivada do casamento, a família decorrente da união estável e a família monoparental.”¹⁵³

Apenas em 2013 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça uma nova resolução, obrigando que em todos os estados os cartórios celebrem o casamento civil e transformem a união estável homoafetiva em casamento. Interessante destacar que já em maio de 2011 se tem “em decisão unânime e histórica, o reconhecimento da União Estável entre casais homoafetivos pelo Supremo Tribunal Federal, no intuito de diminuir preconceitos e disparidades de direitos”¹⁵⁴.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal possibilitou a casais de pessoas do mesmo sexo estabelecer família, mas mesmo assim, lamentavelmente, continuam sofrendo com preconceitos por modelos que se dizem padrões:

Nota-se que o indeferimento da adoção por casais homoafetivos, encontra entrave em dois fatores principais: a religiosidade, que contribui para manutenção do preconceito e da discriminação e a questão cultural que estabelece como modelo tradicional de família, aquele composto pelo homem, pela mulher e sua prole. Famílias que destoem deste modelo “tradicional” são mais vulneráveis a sofrer repreensão e discriminação social.¹⁵⁵

¹⁵⁰ GROSSI, (Org), 2007, p. 113.

¹⁵¹ GROSSI, (Org), 2007, p. 114.

¹⁵² GROSSI, (Org), 2007, p. 118.

¹⁵³ GROSSI, (Org), 2007, p. 118.

¹⁵⁴ MELO, Wyller Hudson Pereira. **Adoção nas relações homoafetivas**: A possibilidade jurídica ante os princípios da dignidade e afetividade. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64447/adoacao-nas-relacoes-homoafetivas>>. Acesso em: 15 dez. 2018. (sem página).

¹⁵⁵ MELO, 2018, (sem página).

Outro fator que envolve novos modelos de família é o aumento significativo do número de casais jovens que não querem ter filhos. Um fator que decorre dessa postergação de se formar uma família é a prioridade dada à formação, carreira profissional e estabilidade financeira. Mas essa espera também tem causado um grande número de infertilidade, ocorrendo então mais procuras de técnicas de reprodução assistida.¹⁵⁶

O aumento de união sem formalização legal torna-se mais frequente, principalmente entre as classes sociais mais baixas, com isso se percebe uma diminuição na procura pela união civil ou religiosa.¹⁵⁷

Despojado dos ornamentos de sua antiga sacralidade, o casamento, em constante declínio, tornou-se um modo de conjugalidade afetiva pelo qual cônjuges que às vezes escolhem não ser pais - se protegem dos eventuais atos perniciosos de suas respectivas famílias ou das desordens do mundo exterior. E tardio, reflexivo, festivo ou útil, e freqüentemente [sic] precedido de um período de união livre, de concubinato ou de experiências múltiplas de vida comum ou solitária.¹⁵⁸

Neste processo as Igrejas também buscam mudanças nas formas de como tratam o tema da família. As denominações religiosas, durante muito tempo e talvez ainda hoje, se tornaram parte consciente e condescendente desses abusos em relação as mulheres e ao formato promovido de grupo familiar. Como acima supracitado eram impostas as mulheres regras de submissão e silêncio. Sobre elas se colocava todo o peso do bom andamento do casamento e da educação as crianças, enquanto ao homem era dado o único dever de sustenta-los.

A ela não é dado o direito de reclamar ou queixar-se, afinal era esse o plano divino, ser submissa ao seu marido e procriar. Esses pensamentos, no entanto, são equivocados e machistas são e diminuem a mulher a colocando-a como segundo plano na esfera da criação. Ao homem e mulher Deus deu a função da procriação, cabendo aos dois igualmente as responsabilidades e prazeres da maternidade e paternidade.

No mesmo sentido, a mulher foi intimidada e obrigada a ser submissa ao homem indo contra ao princípio da criação que diz que homem e mulher foram feitos a imagem e semelhança de Deus. Se os dois foram feitos a imagem e semelhança do

¹⁵⁶ PETRINI, FORNASIER, 2015, p. 16.

¹⁵⁷ PETRINI, FORNASIER, 2015, p. 18.

¹⁵⁸ ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 197.

criador, a nenhuma dessas criaturas é dada o direito de poder sobre a outra criatura. Homem e mulher tem o mesmo poder, o mesmo valor.

Porém, esses conceitos ainda não são aceitos pela maioria da população, prova disso são os números alarmantes de mulheres violentadas diariamente, em suas próprias casas. Grande influenciadora nesse processo foi a ideia de uma família patriarcal criada a favor do estado tendo a igreja como cúmplice. Necessário, portanto, é entender a história das Igrejas e o que hoje elas entendem por família para perceber os avanços dados nessa temática como sociedade.

A família, das mais variadas formas, continua sendo um importante mediador entre o indivíduo e a sociedade¹⁵⁹, garantindo a reprodução das gerações, e a continuação de laços familiares, assim como novas formas de ser família. A crítica sobre o fim da família vem ao encontro, porém não de seu fim como comunidade de pessoas, mas como o fim de uma instituição que durante muito tempo foi patriarcal, androcêntrica e hierárquica. Essa instituição familiar, felizmente, caminha para o seu término, sendo esse um dos processos de mudanças que envolvem a sociedade brasileira em relação às formas de ser família.¹⁶⁰

¹⁵⁹ MOREIRA, (Org), 2011, p. 119.

¹⁶⁰ ROUDINESCO, 2003, p. 199.

¹⁶⁰ ROUDINESCO, 2003, p. 19.

3 IGREJAS E DOCUMENTOS

As igrejas como um todo tem manifestado uma preocupação especial com o grupo familiar, de maneira mais específica, a igreja católica tem desde o século XIX trazido essa preocupação com o ideal de construir a “família brasileira” como “família cristã”. Mesmo com a forte preocupação nos últimos anos, o catolicismo no Brasil colonial foi um dos eixos centrais para a formação e afirmação de um ideal de grupo familiar.¹⁶¹

Em 1500, com a chegada dos portugueses no Brasil, também chega o catolicismo, que foi implantado de acordo com o modelo de monarquia católica portuguesa.¹⁶² Em 1563 no Concílio de Trento a Igreja define uma doutrina sobre o casamento, que serviu como referência a partir de então para a base da constituição familiar inclusive no Brasil. Outros documentos desde então foram produzidos sobre casamento e regulamentos morais sobre as relações entre homens e mulheres, marido e esposa.¹⁶³

Afirmou-se assim um modelo de família legitimamente constituída a partir dos efeitos civis do matrimônio, onde pai, mãe e filhos ficavam em evidência e com os papéis definidos. No pai, a representação da autoridade e da virtude, senhor de seu corpo; na mãe, a encarnação da ordem doméstica da devoção a seu marido e sua maternidade; nos filhos, a obediência ao pai e dispostos a aceitar suas escolhas, seja de heranças ou matrimoniais.¹⁶⁴

Este foi o modelo familiar que foi tentado implementar no Brasil no século XVI, principalmente para que entre as famílias de classe alta se consolidasse o poder como grupo no âmbito público. Aos poucos foi se construindo no imaginário social colonial um ideal de família sendo formada através do sacramento do matrimônio, regida pela autoridade paternal, legítima e indissolúvel. Pensada e representada para a família dos senhores de escravos, uma família vista como cristã e ordeira.¹⁶⁵

¹⁶¹ LONDOÑO, Fernando Torres. Igreja e família no Brasil colonial. **Revista de Cultura Teológica**, vol./n. 2/9, p. 101-119, 1994. p. 101-102.

¹⁶² MILANI, Dirceu. **Família e divórcio no Brasil, sob olhar de Dom Carlos Costa, na década de 1940**. São Leopoldo, RS, 2017. 65 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017. p. 16.

¹⁶³ LONDOÑO, 1994, p. 101-102.

¹⁶⁴ LONDOÑO, 1994, p. 104.

¹⁶⁵ LONDOÑO, 1994, p. 116-119.

Desta forma, a privacidade da vida familiar sempre teve ligação com a: “autoridade societária por meio de direitos e deveres institucionalizados, prescritos e proscritos por organizações religiosas mantidas ou autorizadas por autoridades políticas ou diretamente pela legislação estatal.”¹⁶⁶

“Reconhecer uma lógica histórica não é idealizá-la, muito menos advogar sua preservação”.¹⁶⁷ Portanto, além de recapitular a história da ICAR, IECLB e IEAB queremos trabalhar os últimos documentos disponibilizados por essas igrejas sobre a temática da família. Mesmo sendo documentos de valor e tamanho diferentes entre si, todos eles foram discutidos e escritos pelas lideranças escolhidas por cada denominação religiosa, dessa forma, representam o que cada igreja entende sobre a temática da família e quais eram as discussões latentes naquele momento.

3.1 IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA

A Igreja Católica Apostólica Romana, cujo centro encontra-se na Cidade do Vaticano é a maior e mais expressiva igreja do mundo. Segundo a agência de notícias do Vaticano, havia em 2017, 1 bilhão e 313 milhões de fiéis no mundo, isto é, 17,7% da população mundial.¹⁶⁸

Sua história confunde-se com a própria história do cristianismo, suas bases remontam desde o início das primeiras comunidades cristãs nos séculos I e II, especialmente na cidade de Roma. Segundo a tradição católica, Pedro, o Apóstolo, teria sido o primeiro bispo de Roma. Com o tempo, o nascente cristianismo foi ganhando adeptos por todo o Império Romano e fora dele, mesmo após séculos de perseguição, a exemplo da orquestrada por Nero,¹⁶⁹ a igreja enfim se estabelece como, primeiramente, religião tolerada sob o Imperador Constantino em 313¹⁷⁰ e, depois, como religião oficial e estatal do Império sob Teodósio em 380.¹⁷¹ Esses dois

¹⁶⁶ THERBORN, 2006, p. 13.

¹⁶⁷ FONSECA, Cláudia. Pais e Filhos na família popular: início do século XX. In: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 95-128, 1989. p. 125.

¹⁶⁸ DONNINI Debora; JOSÉ Silvonei. **Aumentam os católicos no mundo. Diminui o número de sacerdotes**. Vatican News, mar., 2019. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-03/aumentam-catolicos-mundo-diminui-numero-sacerdotes.html>>. Acesso em: 05 dez. 2020. (sem página).

¹⁶⁹ DREHER, Martin N. **A Igreja no Império Romano**. 6. ed. **Coleção História da Igreja**. vol. 1. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 52.

¹⁷⁰ DREHER, 2007, p. 59.

¹⁷¹ DREHER, 2007, p. 68.

eventos, ainda na antiguidade, marcaram a história do cristianismo e estabeleceram a igreja com sede em Roma como uma igreja imperial, uma igreja romana.

Com a derrocada do Império Romano no Ocidente e o início da chamada Idade Média, o papado se estabelece como a instituição de continuidade com a Roma clássica.¹⁷² Essa herança, contudo, chocou-se com o Império Romano do Oriente e a igreja estabelecida em Constantinopla. O auge das tensões entre a hierarquia baseada em Roma e em Constantinopla gerou o cisma de julho de 1054, quando o papa excomungou o patriarca e este realizou o mesmo.¹⁷³ A partir de então, um cristianismo que na prática já estava dividido entre as duas culturas, agora se estabelecia como duas instituições antagonizando uma com a outra. O segundo cisma ocorreria cinco séculos depois em decorrência da Reforma protestante a partir de Lutero em 1517, o que provocou a ICAR a realizar o Concílio de Trento onde o matrimônio ganhou, além de já ser sacramento as prerrogativas essenciais à validade do casamento: indissolubilidade, abertura à vida (procriação) e fidelidade.

O catolicismo romano precisa ainda ser entendido a partir de sua relação com o islamismo. Desde o surgimento do islamismo no Oriente Médio o cristianismo esteve intimamente ligado a ele. As cruzadas, na Palestina, são um bom exemplo. Outro exemplo importante para entender o catolicismo e suas consequências na América Latina é a conquista muçulmana da Península Ibérica, onde hoje se encontram os países da Espanha e Portugal. Os muçulmanos possibilitaram a redescoberta de Aristóteles na Europa medieval e, conseqüentemente, abriu caminho para a teologia escolástica.¹⁷⁴ Essa teologia será mais tarde combatida pela Reforma protestante, interligando os eventos históricos. Os muçulmanos foram expulsos da Península Ibérica no século XIII¹⁷⁵ caracterizando os reinos católicos da região de maneira peculiar.

¹⁷² DREHER, Martin N. **A Igreja no Mundo Medieval**. 6. ed. Coleção História da Igreja, vol. 2. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 27.

¹⁷³ DREHER, 2007, p. 60.

¹⁷⁴ DREHER, 2007, p. 96.

¹⁷⁵ DREHER, 2007, p. 93.

3.1.1 Evangelização na América Latina pelo catolicismo

Foi na Espanha católica e marcada pela reconquista que a Contra-Reforma encontrou um forte agente, Inácio de Loyola,¹⁷⁶ fundador da Companhia de Jesus ou os Jesuítas.¹⁷⁷ Quando em 1492 e depois 1500, os reinos da Espanha e Portugal dão início à conquista da América, chega às terras latino-americanas um catolicismo marcado pela herança da reconquista, o padroado,¹⁷⁸ a perseguição aos judeus¹⁷⁹ e a Contra-Reforma.

Essas características são importantes para se compreender a evangelização na América Latina. Ela se dava no contexto do cisma em diversos territórios europeus, como Suíça, Alemanha e Inglaterra, por exemplo, em que Roma havia perdido muitos fiéis. A conquista do continente americano significava uma possibilidade de expansão do catolicismo e foi isso o que foi empreendido. Segundo o historiador Martin Dreher:

[...] o padroado estabelecido para a América portuguesa e espanhola deu continuidade ao regime da *críandade*, iniciado em 28 de fevereiro de 380 com o edito religioso de Teodósio (379-395), que decretara a unidade religiosa do Império Romano. Quem residia nas Américas tinha que ser batizado; quem era batizado tinha que se sujeitar ao rei português e ao rei espanhol.¹⁸⁰

O catolicismo de padroado, praticado na América Latina, foi uma ferramenta religiosa de dominação dos povos indígenas e negros escravizados. Essa dominação religiosa servia para legitimar a dominação política e econômica dos conquistadores. O padroado era uma aliança entre igreja e coroa. Isso, contudo, não passou sem conflito. A Companhia de Jesus, criada no contexto da Contra-Reforma, tinha por um dos votos a obediência ao Papa e isso se chocou com os interesses da coroa portuguesa. O conflito das missões jesuíticas entre os povos guaranis e interesses coloniais levaram à expulsão da Companhia dos domínios portugueses em 1759.¹⁸¹

¹⁷⁶ DREHER, Martin N. **A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma**. 4. ed. Coleção História da Igreja, vol. 3. São Leopoldo: Sinodal, 2006. p. 118.

¹⁷⁷ DREHER, 2006, p. 120.

¹⁷⁸ DREHER, Martin N. **A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial**. 3. ed. Coleção História da Igreja, vol. 4. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 26.

¹⁷⁹ DREHER, 2007, p. 28-29.

¹⁸⁰ DREHER, 2007, p. 41.

¹⁸¹ DREHER, 2007, p. 143.

3.1.2 Igreja Católica no Brasil

As ideias do Iluminismo aliada às tendências de nacionalistas de controle da igreja universal conduziram à reação conservadora católica com o Papa Pio IX e o Concílio Vaticano I entre 1869 e 1870. Ali foi proclamada o dogma da infalibilidade papal,¹⁸² o que só aumentou o conflito com o padroado, agora no Brasil independente. Mesmo após a independência em 1822 o Brasil manteve a instituição do padroado que mantinha o Estado ligado à Igreja Católica e vice-versa.

Tal ligação e dependência manteve o catolicismo brasileiro avesso às mudanças que ocorriam na Europa.¹⁸³ Desde o Vaticano I, Roma queria estabelecer sua autoridade nos territórios católicos da América Latina. Tratou de negar o tipo de catolicismo sincrético que havia se desenvolvido aqui, sob o padroado.¹⁸⁴ O ápice do conflito foi na Questão Religiosa do Brasil imperial, por volta de 1874, com a Igreja reivindicando a autoridade de nomear seus bispos a despeito do imperador. Segundo Dreher, “a Igreja Católica tornou-se romana e menos nacional”.¹⁸⁵

A proclamação da República, poucos anos depois, separou, enfim, Igreja e Estado no Brasil. A Igreja Católica pôde desenvolver-se independentemente. Ao mesmo tempo o protestantismo, antes periférico e apenas tolerado, também passa a se desenvolver no Brasil. No contexto mundial na década de 60, ocorreu o Concílio Vaticano II (1962-1965), que recolocava o catolicismo diante das mudanças ocorridas, tanto políticas como culturais.¹⁸⁶ Muito diferente do Concílio anterior, esse não se tratava de uma reação conservadora, mas de uma modernização da Igreja Católica. Em 1964 iniciava-se no Brasil um período de mais de 20 anos de ditadura militar. Religiosos católicos foram peças fundamentais de resistência contra o regime. É nesse contexto que se desenvolvem a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base.¹⁸⁷ Outro movimento do catolicismo em direção as mudanças que ocorriam no Brasil e no mundo é o Movimento Carismático.¹⁸⁸

¹⁸² DREHER, 2007, p. 154.

¹⁸³ DREHER, 2007, p. 173.

¹⁸⁴ DREHER, 2007, p. 179.

¹⁸⁵ DREHER, 2007, p. 180.

¹⁸⁶ DREHER, 2007, p. 194.

¹⁸⁷ DREHER, 2007, p. 204-205.

¹⁸⁸ DREHER, 2007, p. 225.

De todos os fiéis católicos no mundo, como visto no início desta seção, a maioria está na América Latina, 48,5%.¹⁸⁹ O Brasil ainda é o país com o maior número absoluto de católicos no mundo, mas em termos percentuais esse quadro vem se alterando drasticamente desde meados do século passado e mais acentuadamente nas últimas décadas. Os fiéis leigos e leigas que já foi mais de 90% da população, segundo projeções, no centenário da Independência do Brasil, deve ser inferior a 50% e serem ultrapassados pelos “evangélicos” a partir de 2032.¹⁹⁰

A história e contextualização do catolicismo romano é muito amplo e complexo para ser resumido. Em linhas gerais talvez sejam importantes os temas levantados nesse panorama: por um lado, o conservadorismo e ligação história, desde 380, da Igreja com o Estado; por outro lado, a universalidade da Igreja e sua existência supra-nacional, que possibilitou a resistência a ditaduras como a brasileira. Dessa forma, na atualidade o catolicismo pende entre essas duas tendências e esse pêndulo se expressa no impacto que sua teologia e prática têm na vida das pessoas.

Importante para a compreensão do documento da Igreja Católica também é a explicação do que essa igreja entende como casamento. O matrimônio é entendido pela ICAR como um sacramento, visto como necessário para a salvação. O matrimônio compõe um dos setes¹⁹¹ sacramentos reconhecidos pela ICAR e serve para a edificação do povo de Deus. Algumas características são vistas como essenciais para o matrimônio, “a unidade, a indissolubilidade e a abertura à fecundidade.”¹⁹² Sendo assim definido no catecismo da Igreja Católica:

A aliança matrimonial, pela qual um homem e uma mulher constituem entre si uma comunidade íntima de vida e de amor; foi fundada e dotada das suas leis próprias pelo Criador: Pela sua natureza, ordena-se ao bem dos cônjuges, bem como à procriação e educação dos filhos. Entre os batizados [sic.] foi elevada por Cristo Senhor à dignidade de sacramento. O sacramento do Matrimônio significa a união de Cristo com a Igreja. Confere aos esposos a graça de se amarem com o amor com que Cristo amou a sua Igreja; a graça

¹⁸⁹ DONNINI, JOSÉ, 2019, (sem página).

¹⁹⁰ ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição religiosa em ritmo acelerado no Brasil. Instituto Humanitas Unissinos - **Revista Ihu On-line**, jan., 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unissinos.br/186-noticias/noticias-2017/564083-a-transicao-religiosa-em-ritmo-acelerado-no-brasil>>. Acesso em: 20 out 2019. (sem página).

¹⁹¹ Os outros sacramentos da ICAR são: Batismo, Confirmação, Eucaristia, Ordem, Matrimônio, Reconciliação e Unção dos Enfermos. VATICANO. **Catecismo da Igreja Católica**: segunda parte os sacramentos da Igreja. 1992. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap3_1533-1666_po.html>. Acesso em: 30 mar 2020. art. 1533-1535. (sem página).

¹⁹² VATICANO, 1992, art. 1664, (sem página).

do sacramento aperfeiçoa assim o amor humano dos esposos, dá firmeza à sua unidade indissolúvel e santifica-os no caminho da vida eterna.¹⁹³

A casa da família é considerada uma “igreja doméstica”, pois é ali que o pai e a mãe irão iniciar o ensino sobre Deus e a Igreja, alimentando a fé de todos da casa. Para a ICAR, o divórcio é visto como uma decisão humana de separação do que Deus uniu, e a escolha de não ter filhos ou filhas como algo que desvia o matrimônio do seu dom supremo, a procriação.¹⁹⁴ Ainda no Catecismo desta Igreja, consta que casais divorciados e que vivem outro relacionamento, estão excluídos da comunhão, algo que no documento explanado a seguir, é revogado pelo Papa.

3.1.3 Documento ICAR

O último documento da ICAR referente a família é a Exortação Apostólica¹⁹⁵ Pós Sinodal intitulada, *Amoris Laetitia* do Papa Francisco endereçada “aos Bispos, aos presbíteros e aos Diáconos, às pessoas consagradas, aos esposos cristãos e a todos os fiéis leigos”.¹⁹⁶ O documento fala sobre o amor na família e foi publicado em 8 de abril de 2016. Este documento foi escrito com base nos dois últimos sínodos que debateram o tema sobre família, que aconteceram em 2014 e 2015, acrescido de contribuições do Papa Francisco com o intuito de “orientar a reflexão, o diálogo ou a práxis pastoral”,¹⁹⁷ e ser um recurso que ofereça coragem e ajuda as famílias em suas dificuldades.

A Exortação é composta por 365 sessões numeradas divididas entre 9 capítulos e uma breve introdução, mais a oração à Sagrada Família que finaliza o documento. Os capítulos estão assim divididos e denominados: 1. À luz da Palavra;

¹⁹³ VATICANO, 1992, art. 1660-1661, (sem página).

¹⁹⁴ VATICANO, 1992, art. 1601, (sem página).

¹⁹⁵ Exortação apostólica é um dos documentos utilizados pelo Papa para falar sobre temas diversos, por ser menos solene, tem o objetivo de transmitir um ensinamento do Papa para os fiéis com o intuito de anima-los em sua vivência na vida diária e na fé. A Exortação geralmente é utilizada após um sínodo, encaminhando o conteúdo que foi trabalhado entre os bispos na reunião. RAFAEL, Tiago A. **Qual é a diferença entre Encíclica e Exortação Apostólica?**. Diocese de Lorena, São Paulo, ago., 2019. Disponível em: <<https://diocesedelorena.com/qual-e-a-diferenca-entre-enciclica-e-exortacao-apostolica/>>. Acesso em: 05 jan. 2020. (sem página).

¹⁹⁶ FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* sobre o amor na família**. Roma, 2016. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html?fbclid=IwAR2ZjIB8txcR5KlzNehcJtRHDjzMZ4TV6qBib0J1-DD2fab22ENklu9MQus>. Acesso em: 12 dez 2019. p. 1.

¹⁹⁷ FRANCISCO, 2016, p. 5.

2. A realidade e os desafios das famílias; 3. Olhar fixo de Jesus: A vocação da família; 4. O amor no matrimônio; 5. O amor que se torna fecundo; 6. Algumas perspectivas pastorais; 7. Reforçar a educação dos filhos; 8. Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade e 9. Espiritualidade conjugal e familiar.¹⁹⁸

Um dos objetivos da Exortação é relembrar a importância do matrimônio e da família, chamando ao cuidado e lembrando que este grupo, a família, não é um problema, mas sim, uma oportunidade.¹⁹⁹ O primeiro capítulo traz um aprofundamento bíblico e teológico sobre a família nas sagradas escrituras. Traz de Gênesis a Apocalipse uma breve explicação sobre a família como plano e mistério de Deus. Apontando para a história de gerações, crises, amor, violência, até chegar em Jesus e as núpcias da esposa.²⁰⁰

Ao falar sobre a procriação, lembra que “os filhos não são uma propriedade da família”²⁰¹ e lembra a própria história de Cristo que para seguir a sua vocação precisou deixar a sua família. Responsabilizando assim, o pai e a mãe como responsáveis pela iniciação da fé aos seus filhos e as suas filhas. Em seguida fala sobre a violência e como ela dilacera vidas e famílias, mostrando como o pecado transforma a relação de amor em domínio. Mostra que a partir das parábolas, Jesus quis mostrar que conhecia o sofrimento das famílias e que a Palavra de Deus não é abstrata, mas está inserida diretamente na vida das pessoas.²⁰²

O trabalho é o próximo assunto deste capítulo, nele é demonstrado como o trabalho pode dignificar o ser humano e por consequência a família e como a falta dele, o desemprego, pode afetar de formas drásticas a este grupo. O capítulo termina com a exposição da importância da ternura e do perdão dentro do seio familiar, visto que a família seria o reflexo da obra criadora de Deus.²⁰³

O segundo capítulo traz a temática da situação atual das famílias, enfatizando que “o bem da família é decisivo para o futuro do mundo e da Igreja”²⁰⁴ e que o objetivo do capítulo não é “apresentar aqui tudo aquilo que poderia ser dito sobre os vários

¹⁹⁸ FRANCISCO, 2016, p. 7.

¹⁹⁹ FRANCISCO, 2016, p. 7.

²⁰⁰ FRANCISCO, 2016, p. 9-10.

²⁰¹ FRANCISCO, 2016, p. 16.

²⁰² FRANCISCO, 2016, p. 18-19.

²⁰³ FRANCISCO, 2016, p. 22-23.

²⁰⁴ FRANCISCO, 2016, p. 25.

temas relacionados com a família no contexto actual [sic].”²⁰⁵ Se percebe que não há formas de sobreviver se a igreja e a família continuarem seguindo os modelos do passado. Um dos fatores que é trazido como algo negativo desta situação atual é o individualismo, sendo tratado como algo que pode distorcer os laços familiares. O individualismo em conjunto com o ritmo de vida atual acelerado, mais a liberdade de escolha “transforma os cidadãos em clientes que só exigem o cumprimento de serviços.”²⁰⁶ E isso é sentido diretamente na quantidade de pessoas que vivem sozinhas e não desejam o matrimônio.

O medo relatado pelos bispos é que a família se torne um lugar de passagem, onde se volta apenas quando achar conveniente para si próprio, ao passo em que “teme-se a solidão, deseja-se um espaço de proteção e fidelidade, mas, ao mesmo tempo, cresce o medo de ficar encurralado numa relação que possa adiar a satisfação das aspirações pessoais.”²⁰⁷ O Papa, então, enfatiza que como Igreja, não se deve deixar de propor o matrimônio, pois dessa forma, o mundo seria privado dos valores que o grupo familiar pode oferecer, mas entende que de nada adianta impor ou forçar tal ato.²⁰⁸

No documento, Francisco lamenta que durante muito tempo a forma de como a Igreja apresentava as suas convicções cristãs e a forma como tratavam as pessoas mais afastavam e criavam aversão à Igreja do que ajudava. E reconhece a dificuldade de como Igreja conseguir “apresentar o matrimônio mais como um caminho dinâmico de crescimento e realização do que como um fardo a carregar a vida inteira.”²⁰⁹ Gastar tempo atacando e advertindo o mundo sem mostrar um caminho é perda de energia pastoral. Conforme o Papa:

[...] muitos não sentem a mensagem da Igreja sobre o matrimônio e família como um reflexo claro da pregação e das atitudes de Jesus, o qual, ao mesmo tempo que propunha um ideal exigente, não perdia jamais a proximidade compassiva às pessoas frágeis como a samaritana ou a mulher adúltera.²¹⁰

Existe uma preocupação com os jovens e as jovens sobre o medo que, segundo o documento, essas pessoas têm de se relacionar e formar família, por isso

²⁰⁵ FRANCISCO, 2016, p. 25.

²⁰⁶ FRANCISCO, 2016, p. 27.

²⁰⁷ FRANCISCO, 2016, p. 28.

²⁰⁸ FRANCISCO, 2016, p. 28.

²⁰⁹ FRANCISCO, 2016, p. 30.

²¹⁰ FRANCISCO, 2016, p. 31.

se faz um pedido, para que se busque formas de tocar os jovens e as jovens, para que os mesmos e as mesmas se entusiasmem com a ideia do matrimônio e da constituição de uma família.²¹¹

O próximo assunto abordado por este capítulo é sobre as crises conjugais. As crises conjugais desestabilizam a família e geralmente são enfrentadas de forma apressada o que gera novas relações e novos problemas. E nesse processo de crise, o enfraquecimento da fé afeta de forma especial essas famílias que ficam cada vez mais sozinhas em suas dificuldades. As famílias também relatam que se sentem abandonadas pelo desinteresse e a falta de atenção da Igreja para com elas. Sente-se um cansaço por parte da Igreja na hora de acolher idosos e crianças, o que completa o quadro de sentimento de negligência por parte das pessoas membros.²¹²

O sistema econômico atual produz diversas formas a exclusão social, devida a longa jornada de trabalho o pai e a mãe acabam não tendo tempo de estar com seus filhos e suas filhas, e muitas vezes, acabam nem tendo o mínimo para viver, como uma casa. Nesse mesmo sentido ocorrem as migrações, que acabam muitas vezes por colocar a vida em perigo, principalmente quando acontece as emigrações para fora do país. Pede-se um esforço especial para apoiar e ajudar as famílias que por algum motivo precisam sair de seus lugares de origens, assim como para aquelas que acabam ficando em suas terras de origens independente do risco que possam correr.²¹³

As pessoas com deficiência e suas famílias precisam ser acolhidas e integradas a comunidade, percebe-se o cuidado para com essas pessoas como sinal do Espírito Santo, para isso que as comunidades cristãs descubram formas de acolhê-las em suas fragilidades nas atividades comunitárias. Da mesma forma, pede-se que as pessoas idosas sejam valorizadas e cuidadas. Muitas vezes as pessoas idosas são consideradas um peso para os seus familiares, a Igreja precisa dar suporte as famílias para que elas tenham condições de cuidar dos seus membros doentes e idosos. A Igreja também afirma que se coloca contra a prática da eutanásia e suicídio assistido.²¹⁴

²¹¹ FRANCISCO, 2016, p. 33.

²¹² FRANCISCO, 2016, p. 35.

²¹³ FRANCISCO, 2016, p. 39.

²¹⁴ FRANCISCO, 2016, p. 41.

As drogas e a violência também são mencionadas como forças que destroem a vida e famílias, “a violência no seio da família é escola de ressentimento e ódio nas relações humanas básicas.”²¹⁵ O abuso sexual, principalmente em crianças também é problematizado e pede-se que a comunidade se mantenha em alerta para cuidar das crianças que acabam sendo violentadas nos lugares onde deveriam estar seguras. A violência contra a mulher também é debatida, e vista como uma degradação masculina e não como uma força, “ a violência verbal, física e sexual, perpetrada contra as mulheres nalguns casais contradiz a própria natureza da união conjugal”.²¹⁶ Através das análises sinodais, percebe-se que “não se chega a um estereótipo da família ideal, mas um interpelante mosaico, formado por muitas realidades diferentes, cheias de alegrias, dramas e sonhos.”²¹⁷

O terceiro capítulo traz um resumo da doutrina da Igreja sobre o matrimônio e a família. Inicia afirmando que o ministério da família cristã só pode ser compreendido através do amor do Trino Deus. Conforme 1 Timóteo, tudo o que Deus criou é bom e não deve ser rejeitado, desta forma, a Igreja entende o matrimônio como dom de Deus assim como a sexualidade. Jesus se encarna em uma família, participa do sofrimento do povo, e sua história é vista como o perfume da família.²¹⁸

O capítulo traz um resumo sobre o que a atenção dada para a família por outros papas e em seguida aborda o sacramento do matrimônio. A família é vista como imagem de Deus, e o matrimônio como sinal do seu amor de Cristo pela Igreja. O sacramento é considerado um dom, portanto, é apenas direcionado a pessoas que tenham a vocação do amor conjugal e querem assumir e vivenciar com discernimento esse dom vocacional.²¹⁹

Os filhos e as filhas são vistos como dádivas de Deus, fruto do amor do casal, mesmo as crianças que são adotadas, são vistas pela Igreja, como frutos desse amor que surgiu diretamente no coração, no lugar do ventre. Visto como dádiva a Igreja se coloca determinadamente contra o aborto, entendendo que a mãe é dona do seu corpo e não do corpo que é gerado em seu ventre.

²¹⁵ FRANCISCO, 2016, p. 44.

²¹⁶ FRANCISCO, 2016, p. 46.

²¹⁷ FRANCISCO, 2016, p. 49.

²¹⁸ FRANCISCO, 2016, p. 54-55.

²¹⁹ FRANCISCO, 2016, 59-63.

Lembra-se também ao pai e a mãe que a educação é dever da família e não da escola, e que esse serviço não deveria ter terceirizado. Dessa forma, a Igreja é convocada a se colocar à disposição e a colaborar com o pai e a mãe para que consigam cumprir o dever de educar seus filhos e suas filhas, principalmente na fé cristã. A família é vista como um bem da Igreja, os filhos e as filhas a edificam. “A Igreja é um bem para a família, a família é um bem para a Igreja.”²²⁰

O quarto capítulo fala sobre o amor no matrimônio; e busca-se explicar as compreensões por vezes errôneas do texto de Paulo em 1 Co. 13.4-7. Iniciando com a paciência, vista como qualidade de Deus, as famílias são convidadas a emitá-la em suas vidas. Visto que é considerado uma pessoa paciente quando consegue controlar seus impulsos internos, não se deixando levar por eles, e evitando sempre a violência.²²¹ Entretanto, “ter paciência não é deixar que nos maltratem permanentemente, nem tolerar agressões físicas, ou permitir que nos tratem como objetos.”²²² Lembra-se que cada pessoa é diferente da outra, e que se deve aceitar as diferenças, mesmo que seja diferente daquilo que se desejaria.²²³

Em seguida se trabalha a inveja, orgulho e amabilidade. E sugere-se que seja olhada para outra pessoa com mais amor e trata-la com esse mesmo amor, gerando assim mais vínculos, dentro e fora da família. E, sugere-se que em maus entendidos, esses sentimentos não sejam mantidos no coração, para que os mesmos não se multipliquem, mas que se pratique o perdão.²²⁴ “Caso contrário a nossa vida em família deixará de ser um lugar de compreensão, companhia e incentivo, e tornar-se-á um espaço de permanente tensão ou de castigo mútuo.”²²⁵

Segue-se com diversos conselhos, especialmente para a vida a dois e formas de manter a harmonia na família. Deixando claro, que para os crentes o matrimônio é uma aliança perante Deus, que exige fidelidade.²²⁶ A experiência do amor também deve ser expressa através da estética e do olhar que contempla. Quando em uma família se deixa de contemplar e admirar o outro, ocorrem danos substanciais. “Às vezes, quantas coisas fazem os cônjuges e os filhos para serem considerados e tidos

²²⁰ FRANCISCO, 2016, p. 70-72.

²²¹ FRANCISCO, 2016, p. 73-74.

²²² FRANCISCO, 2016, p. 75.

²²³ FRANCISCO, 2016, p. 76.

²²⁴ FRANCISCO, 2016, p. 78-84.

²²⁵ FRANCISCO, 2016, p. 86.

²²⁶ FRANCISCO, 2016, p. 87-96.

em conta!”²²⁷.Essa busca por consideração e atenção leva a diversas perdas psicológicas, para aquela pessoa que se sente invisível frente ao outro, o amor, portanto, abre os olhos para enxergar quanto aquela pessoa vale.²²⁸

Desenvolver o hábito da escuta e dar importância verdadeira a outra pessoa, é reconhecê-la como alguém com direitos, de existir, pensar e ser feliz. Praticar a escuta interior e perceber o que o outro precisa em sua fala, reestabelece o diálogo em uma família.²²⁹ A sexualidade, criação de Deus, é um presente para as suas criaturas. Cada pessoa deve saber o significado do seu corpo, e desta forma, respeitar a outra, não manipulando o seu corpo como objeto, mas o dignificando. A sexualidade é fruto dos impulsos do coração e deve ser praticada dentro do amor conjugal e não como uma forma de satisfação egoísta.²³⁰

Assim como a sexualidade no matrimônio, é uma forma de amor, assim a Igreja também entende a virgindade e o celibato como formas de amor. Nenhum é considerado com maior ou menor valor em comparação ao outro, ambos são reconhecidos como dom do Espírito. A virgindade representa a liberdade do Reino dos Céus. E o celibato, é um convite a viver de forma mais generosa e disponível a sua dedicação ao Reino.²³¹

O capítulo cinco, fala sobre a fecundidade do amor. Os frutos desse amor, são sinais permanentes da unidade do casal e do ser pai e mãe. Os filhos e as filhas são presentes de Deus, e considera-se um absurdo rejeitá-las, responsabilizando assim outros familiares a cuidar dessa criança que veio ao mundo e recebe-la como dom de Deus. As famílias cheias de filhos e filhas são vistas com muita alegria, mas adverte-se que a paternidade e a maternidade devem ser responsáveis e conscientes das suas realidades e do que é necessário para a criação de seus filhos e suas filhas.²³²

Francisco faz um pedido especial a cada mulher grávida, para que ela nunca perca a sua alegria interior, para que a criança que está em seu ventre se sinta esperada e amada, e que nenhum medo ou comentários alheios possam apagar a felicidade de trazer uma nova vida ao mundo como instrumento de Deus.²³³ “Toda

²²⁷ FRANCISCO, 2016, p. 100.

²²⁸ FRANCISCO, 2016, p. 100.

²²⁹ FRANCISCO, 2016, p. 101-106.

²³⁰ FRANCISCO, 2016, p. 107-118.

²³¹ FRANCISCO, 2016, p. 122-125.

²³² FRANCISCO, 2016, p. 129-131.

²³³ FRANCISCO, 2016, p. 134.

criança tem o direito de receber o amor de uma mãe e de um pai, ambos necessários para o seu amadurecimento íntegro e harmonioso.”²³⁴ Francisco termina a sessão com um agradecimento as mães, por tudo o que elas oferecem a Igreja e ao mundo.²³⁵

Um problema detectado pelos bispos é a ausência do pai, pelo fato de realmente não estar presente, ou por estar tão preocupado com si mesmo e com as suas realizações pessoais que se esquece da sua família. Inverter as funções entre os filhos e os pais não é adequado e muito menos saudável para o amadurecimento e crescimento de ambos. “ Não é bom que as crianças fiquem sem pais e, assim, deixem de ser crianças antes do tempo.”²³⁶

Para os casais que são inférteis, Francisco lembra que o matrimônio não é sugerido apenas para a procriação. Sugere-se a adoção como forma de realizar de forma generosa a paternidade e a maternidade. “Adotar é um ato de amor, que oferece uma família a quem não a tem.”²³⁷ Importante reconhecer que sejam as crianças adotadas ou naturais, elas são em si outras pessoas e precisam ser recebidas e amadas e cuidadas, não apenas serem trazidas para o mundo.²³⁸

Aos filhos também não devem abandonar o seu pai e a sua mãe, nem no tempo de sua juventude, nem quando o pai e a mãe entram na velhice. Francisco adverte que uma família que não cuida dos seus idosos e das suas idosas é uma família desintegrada e sem futuro. E desafia a tornarmos as nossas famílias “um lugar onde as crianças possam lançar raízes no terreno duma história colectiva [sic].”²³⁹

O capítulo seis, mostra alguns caminhos pastorais, para que as comunidades cristãs possam se basear e elaborar propostas para si próprias conforme o contexto onde estão inseridas. O primeiro caminho é anunciar hoje o Evangelho da Família, ajudando as pessoas a experimentarem o Evangelho em suas próprias famílias e vidas. A Igreja precisa acompanhar as famílias as motivando e as ajudando a seguirem firmes no Evangelho. A comunidade cristã é também incentivada a criar

²³⁴ FRANCISCO, 2016, p. 135.

²³⁵ FRANCISCO, 2016, p. 137.

²³⁶ FRANCISCO, 2016, p. 140.

²³⁷ FRANCISCO, 2016, p. 140.

²³⁸ FRANCISCO, 2016, p. 144.

²³⁹ FRANCISCO, 2016, p. 152.

grupos de apoio e ensino, contanto com diversos profissionais, para ajudar as famílias nas mais diferentes áreas de suas vidas que venham a ter dificuldades.²⁴⁰

O segundo caminho é guiar os noivos no caminho de preparação para o matrimônio, dando suporte, apoio e os animando a assumir esse compromisso mútuo. Francisco encoraja os noivos a serem diferentes, e não se deixar levar pela sociedade do consumo e de falsas aparências. Visto que se percebe que um dos motivos das pessoas jovens não estarem mais optando pela celebração religiosa é devido aos altos custos da festa.²⁴¹ “O que importa é o amor que vos une, fortalecido e santificado pela graça.”²⁴² Os agentes pastorais devem ajudar para que situações como essa, em que se opta por uma cerimônia simples, se tornem rotinas e não exceções.²⁴³ Quem acompanha o casal deve lembrá-los de que estão se preparando para um compromisso para a vida toda.²⁴⁴

O terceiro caminho é acompanhar o casal nos primeiros anos de vida matrimonial. Só podem se casar aquelas pessoas que se amam se livremente tomam essa decisão. Mesmo assim, na empolgação do ato muitos casais não refletem seriamente sobre esse compromisso e nos menores dos problemas a relação é rompida. É um desafio, portanto, a área pastoral, ajudar essas pessoas a entenderem que o matrimônio não está acabado, e reascender a chama do amor.²⁴⁵

O caminho seguinte é iluminar casais em crises, dificuldades e angústias. “A história de uma família está marcada por crises de todo o gênero, que são parte também da sua dramática beleza.”²⁴⁶ Ao acompanhar o casal, é necessário ajudá-los a compreender e aprender com as crises, auxiliando-os a encontrar alegrias de outras maneiras e atribuindo a família um novo lugar na vida.²⁴⁷

O quinto caminho é o de acompanhar as pessoas depois de divórcios e rupturas. Sabe-se que por vezes o divórcio é inevitável, principalmente quando existe a necessidade de proteger um dos cônjuges e seus filhos ou suas filhas. A pastoral para essas situações é indispensável, visto que é necessário alguém que acolha e

²⁴⁰ FRANCISCO, 2016, p. 157-161.

²⁴¹ FRANCISCO, 2016, p. 165-167.

²⁴² FRANCISCO, 2016, p. 168.

²⁴³ FRANCISCO, 2016, p. 168.

²⁴⁴ FRANCISCO, 2016, p. 169.

²⁴⁵ FRANCISCO, 2016, p. 171-182.

²⁴⁶ FRANCISCO, 2016, p. 183.

²⁴⁷ FRANCISCO, 2016, p. 184-189.

valorize principalmente aquelas pessoas que sofrem com o abandono, injustiças ou que foram vítimas de violências pela pessoa que era seu cônjuge.

Convida-se as pessoas divorciadas e que não voltaram a se casar a participar da Eucaristia, encontrando ali alimento que as sustente. E para aquelas que vivem em uma outra união, pede-se que elas sejam integradas e lembradas que elas fazem parte da Igreja e que integram a comunhão eclesial. Cuidar dessas pessoas não enfraquece o matrimônio, mas revela o amor e cuidado da Igreja. Os filhos e as filhas que vivem em meio a um divórcio de seu pai e sua mãe, também merecem acompanhamento e cuidado, e nunca devem ser usados como reféns pelo seu pai ou sua mãe, ou ainda ter que carregar o fardo dessa separação.²⁴⁸

O divórcio é um mal, e é muito preocupante o aumento do número de divórcios. Por isso, sem dúvida, a nossa tarefa pastoral mais importante relativamente às famílias é reforçar o amor e ajudar a curar as feridas, para podermos impedir o avanço deste drama do nosso tempo.²⁴⁹

O próximo caminho é chamado de algumas situações complexas e traz a discussão entre matrimônio mistos, dizendo que os celebrantes precisam de antemão se reunir com o casal e definir algumas responsabilidades que o casal deverá seguir na vida a dois e na vivência comunitária cristã. A outra situação trazida diz respeito a homossexualidade. O Papa diz que em reunião com os bispos não encontraram fundamentos para aceitar o matrimônio de pessoas do mesmo sexo e consideraram inaceitável a pressão que Igrejas vem sofrendo para que isso seja introduzido. Ao mesmo tempo que Francisco diz que:

Com os Padres sinodais, examinei a situação das famílias que vivem a experiência de ter no seu seio pessoas com tendência homossexual, experiência não fácil nem para os pais nem para os filhos. Por isso desejo, antes de mais nada, reafirmar que cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito, procurando evitar qualquer sinal de discriminação injusta e particularmente toda a forma de agressão e violência. Às famílias, por sua vez, deve-se assegurar um respeitoso acompanhamento, para que quantos manifestam a tendência homossexual possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua vida.²⁵⁰

O último caminho diz respeito a morte na família. Percebendo como dever fundamental o de estar ao lado de pessoas enlutadas que sofrem com a dor da perda

²⁴⁸ FRANCISCO, 2016, p. 191-194.

²⁴⁹ FRANCISCO, 2016, p. 195.

²⁵⁰ FRANCISCO, 2016, p. 198.

de um ente querido. A equipe pastoral deve estar atenta as necessidades e as fases do luto, para conseguir ajudar de forma eficaz essas pessoas que estão debilitadas pela dor.²⁵¹

O capítulo sete se dirige a educação dos filhos. Pai e mãe tem grande influência e importância na educação moral dos seus filhos e das suas filhas, podendo fazer isso para o bem ou para o mal. Uma boa orientação e vigilância ajudam as crianças e adolescentes a saber como agir em momentos de risco. Nunca é bom que uma criança fique abandonada, mas o excesso de controle também não ajuda no amadurecimento da criança, sempre o bom senso é necessário. O sentimento de não ser amado por seu pai e por sua mãe causa feridas difíceis de serem curadas em uma criança e dificulta o seu crescimento saudável.²⁵²

Ensinar as crianças a se colocarem no lugar da outra pessoa, e a pedir perdão a faz entender que suas ações possuem consequências e que é necessário se responsabilizar por elas e perceber o dano que isso causou a terceiros. Nesse sentido, quando um filho ou uma filha comete um erro, o Papa lembra que seu pai e sua mãe não se podem deixar levar pela ira e descarregar toda a sua agressividade nesta criança ou adolescente. Antes, é necessário perceber se o erro não é devido a imaturidade da idade, fragilidades ou limites da própria criança ou adolescente. Orienta-se que se pense em outras maneiras para intervir e corrigir seus filhos e suas filhas.²⁵³

A família sendo vista como o primeiro grupo de socialização de uma pessoa é responsável por levar a sentir o mundo e a sociedade, aprender a ter e exercitar a paciência em um mundo tecnológico e de velocidade digital. Repensar hábitos, trabalhar para o cuidado da casa comum²⁵⁴ e trabalhar diariamente para criar novas formas de se reconhecerem mutuamente.²⁵⁵

²⁵¹ FRANCISCO, 2016, p. 201-202.

²⁵² FRANCISCO, 2016, p. 205-207.

²⁵³ FRANCISCO, 2016, p. 211-212.

²⁵⁴ Este era o tema da campanha da fraternidade de 2016 “ Casa Comum – o mundo em que vivemos é uma casa para todos(as)”. Com o objetivo de chamar a atenção ecumênica para o cuidado do planeta em que vivemos. Para mais informações sobre a campanha, acesse: CNBB. **Campanha da Fraternidade 2016- Casa Comum nossa responsabilidade.** Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/noticias/especiais/campanha-da-fraternidade-2016>>. Acesso em: 23 fev 2020. (sem página).

²⁵⁵ FRANCISCO, 2016, p. 215-217.

No Concílio do Vaticano II²⁵⁶ foi apresentada uma proposta para que fosse oferecida as crianças e adolescentes uma educação sexual. E o Papa pergunta, neste documento, se este desafio já foi aceito pelas instituições, lembrando as pessoas de que: “a educação sexual oferece informação, mas sem esquecer que as crianças e os jovens ainda não alcançaram plena maturidade. A informação deve chegar no momento apropriado e de forma adequada à fase que vivem.”²⁵⁷

Ainda sobre a orientação dos pais e mães para seus filhos e suas filhas, pede-se que não esqueçam de educa-los na fé. Quando uma família transmite as suas crianças a sua fé, essa fé ultrapassa barreiras, e a família se torna sujeito de ação, testemunhando aos vizinhos e vizinhas e em todos os lugares o anúncio do Evangelho através de seus atos.²⁵⁸

O oitavo capítulo é direcionado ao acompanhamento de pessoas com fragilidades, ajudando-as a serem integradas e terem discernimento. A Igreja tem o dever de cuidar das pessoas que tem o amor ferido, ajudando-as a resgatar a confiança e a esperança que foi perdida. Também se pede novamente que a pastoral esteja atenta a ajudar casais que ainda não buscaram a união sacramental a fazerem.²⁵⁹

O caminho da Igreja é sempre o de integrar e não de condenar alguém eternamente. Dessa forma, pede-se que todas pessoas sejam aceitas e acolhidas pela sua comunidade de fé. Apenas pela escuta e vivência do Evangelho com a comunidade, é que essas pessoas poderão exercer isso também em suas vidas. É Cristo que espera que não julgemos, mas que nossas ações sempre trabalhem com a misericórdia. O Papa termina este capítulo pedindo para que os fiéis confiem em seus pastores, e lhe depositem as suas situações, em contrapartida também pede que os pastores tenham um coração aberto para a escuta e compreensão dessas pessoas, ajudando-as a reconhecer o seu lugar na Igreja.²⁶⁰

²⁵⁶ O Concílio do Vaticano II, aconteceu entre 1962 e 1965, no Vaticano, coordenado pelo Papa João XXIII. Para mais informações sobre o Concílio, acesse: VATICANO. **Documentos do Concílio Vaticano II**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm>. Acesso em: 15 fev 2020. (sem página)

²⁵⁷ FRANCISCO, 2016, p. 220.

²⁵⁸ FRANCISCO, 2016, p. 227.

²⁵⁹ FRANCISCO, 2016, p. 229-231.

²⁶⁰ FRANCISCO, 2016, p. 244-251.

O último capítulo desta Exortação Apostólica fala sobre a espiritualidade familiar. Expõem-se os motivos para manter uma espiritualidade avivada dentro do seio familiar e pessoal. A ação do Espírito Santo tende a ajudar as pessoas a se libertarem do sentimento de posse sobre a outra pessoa, auxiliando assim as famílias a viverem em amor e liberdade. “A família vive sua espiritualidade própria sendo ao mesmo tempo uma igreja doméstica e uma célula viva para transformar o mundo.”²⁶¹ A exortação termina com a oração da sagrada família e com as palavras do Papa motivando as famílias a sempre continuar em frente “não percamos a esperança por causa dos nossos limites, mas também não renunciemos a procurar a plenitude de amor e comunhão que nos foi prometida.”²⁶²

3.2 IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL

A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) remonta à história da Reforma e do protestantismo. O contexto no qual a Reforma se deu foi a transição da Idade Média para a Idade Moderna, uma sucessão de disputas políticas seculares e eclesiásticas que movimentavam a Europa. O papado ainda estava tentando estabelecer sua autoridade sobre a Europa fragmentada da Idade Média.

No século XI, ainda sob o reflexo da mútua excomunhão entre a Igreja de Roma e de Constantinopla ocorreu um dos casos mais curiosos da disputa entre os poderes papais e laicos: um imperador excomungou o Papa e este, por sua vez, excomungou o imperador, o que foi resolvido em 28 de janeiro de 1077 após o Imperador cruzar os Alpes no inverno com sua família e fazer penitência, sendo readmitido na Igreja e o Papa dando um passo significativo na consagração de autoridade sobre reis e imperadores.²⁶³

A disputa, porém, ainda estava longe de ser resolvida e se repetiria no século XIII, com a eleição de um novo Papa que foi impedido de ir para Roma, residindo em Avignon sob controle francês num período chamado de “Cativo Babilônico”.²⁶⁴ Esse contexto levou alguns a proporem que o Concílio deveria ser a autoridade sobre a

²⁶¹ FRANCISCO, 2016, p. 262.

²⁶² FRANCISCO, 2016, p. 263.

²⁶³ DREHER, 2007, p. 62.

²⁶⁴ DREHER, 2007, p. 108.

Igreja e não o Papa.²⁶⁵ A crise era tal que a partir de 1378 a Igreja teve dois Papas simultaneamente e em 1409, três (!) com lealdades divididas por toda a Europa: os territórios italianos, alemães, além da Inglaterra, por exemplo, aceitavam o Papa de Roma; já a França e os territórios espanhóis, por exemplo, o Papa de Avignon.²⁶⁶

A solução foi encontrada no Concílio de Constança (1414-1418) quando os três papas foram depostos e eleito um novo único Papa. O final da Idade Média, com a Europa já desgastada por tantas disputas preparava o terreno para a Renascença. Júlio II (1503-1513) ordenou a construção da nova Basílica de São Pedro,²⁶⁷ o que seria financiado pelo comércio de indulgências.

Nesse contexto, um jovem padre, monge agostiniano e professor de Bíblia, Martim Lutero (1483-1546) passa a ter papel de protagonismo histórico. Em 1517, Lutero entrou em confronto com a venda de indulgências, levando assim, a divulgação das 95 teses em 31 de outubro.²⁶⁸ É importante destacar que Lutero contava com o apoio do seu príncipe, Frederico da Saxônia, que também era eleitor do Sacro-Império. Roma esperava poder contar com esse apoio também. Pouco tempo depois da divulgação das 95 teses o Imperador do Sacro-Império Maximiliano veio a falecer e um dos candidatos era Carlos I, da Espanha, contra o qual Roma esperava conseguir votos.²⁶⁹ Os esforços da igreja foram frustrados e Carlos I, para quem fluíam as riquezas da América invadida, foi eleito Imperador como Carlos V em 1519.

Em 1520, ao escrever “A nobreza cristã de nação alemã”, Lutero se manifestou sobre o matrimônio, indo contrário ao estabelecido até então pela Igreja Católica e tirando a autoridade do papa sobre quem poderia ou não se dar em matrimônio, mais especificamente sobre os sacerdotes.²⁷⁰ No escrito seguinte, intitulado “Do cativo babilônico” datado no mesmo ano que o escrito anterior, Lutero se posiciona contra a ideia de o matrimônio ser considerado um sacramento, mas o entendendo como uma ordem de Deus. Como ordem de Deus, deve-se valer o que

²⁶⁵ DREHER, 2007, p. 108-109.

²⁶⁶ WACHHOLZ, Wilhelm. **História e teologia da Reforma**: introdução. São Leopoldo: Sinodal, 2010. p. 26.

²⁶⁷ DREHER, 2006, p. 17.

²⁶⁸ DREHER, 2006, p. 26.

²⁶⁹ WACHHOLZ, 2010, p. 61.

²⁷⁰ LUTERO, Martim. **Martinho Lutero**: obras selecionadas. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Canoas, RS: ULBRA, 1987, v.5. p. 152.

está nas escrituras e não o que leis humanas decidiram sobre.²⁷¹ Em decorrência dos diversos comentários que surgiram a partir desses escritos, Lutero então escreve em 1522 “Da vida matrimonial” e diversos outros escritos relacionados a este assunto nos anos seguintes.²⁷² Os assuntos sobre matrimônio e a vida monástica eram bastante importantes e latentes para a época e diferenciam a teologia da reforma da já existente.

Em seus escritos, ele aborda temas como a paternidade, a maternidade, a ordenação do casamento, castidade, encoraja ao matrimônio e valoriza a relação entre ambos os sexos. Um dos principais assuntos ressaltados na teologia de Lutero, é a igualdade das pessoas perante Deus. Lutero se baseia na carta de Paulo para a comunidade de Gálatas, especificamente em Gl 3.28, com a clareza de que todas as pessoas são iguais para Deus, e que por isso não deve haver superioridade entre sacerdotes e pessoas leigas. Esse pensamento auxiliou na busca pela liberdade e expressão de mulheres, muitas das quais foram importantes para a reforma que estava acontecendo.²⁷³ Algo que merece destaque nos textos de Lutero, é como ele entende a obrigação de quem deve realizar as tarefas do lar. Historicamente essas tarefas são jogadas e destinadas as mulheres, dessa forma, já no século XVI Lutero critica essa posição de que as atividades no lar são deveres das mulheres, chamando inclusive esse ato de paganismo e dizendo que:

Isso são palavras que a fé cristã não pode pronunciar. Mulher e homem são companheiros no matrimônio, chamados a levar as cargas uns dos outros. Quando as tarefas “insignificantes” são entregues exclusivamente à mulher, está desvirtuada a finalidade do ser humano. Só se pode ser ser humano em comunhão. Na maneira como homem e mulher se relacionam no desempenho diário de suas funções percebe-se se creem no que confessam.²⁷⁴

Devido a sua posição e escritos, a Igreja condenou Lutero como herege em 1520 e o excomungou em janeiro de 1521.²⁷⁵ Carlos V convocou uma Dieta na cidade de Worms, na qual Lutero se apresentou em abril de 1521 onde deveria se retratar. À negativa de Lutero, Carlos V decidiu por sua proscricção do Império em maio de 1521,

²⁷¹ LUTERO, Martim. **Martinho Lutero: obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Canoas, RS: ULBRA, 1987, v.2. p. 342.

²⁷² LUTERO, 1987, v.5, p. 160.

²⁷³ ULRICH, Claudete Beise; DALFERTH, Heloisa Gralow. **Mulheres no movimento da reforma**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2017. p.6.

²⁷⁴ LUTERO, 1987, v.5, p. 155.

²⁷⁵ DREHER, 2006, p. 32.

mas antes disso, Lutero já havia deixado Worms e no caminho foi sequestrado por ordem de Frederico, para que, escondido, fosse mantido em segurança.²⁷⁶

O que se seguiu a isso foi a continuidade da Reforma apoiada pelos príncipes a despeito do imperador. A primeira Dieta de Espira, de 1526, determinou “que até a realização de um concílio cada território agisse de acordo com sua consciência, em responsabilidade perante Deus e o imperador”.²⁷⁷

Esses anos intermediários nos quais a Reforma prosseguiu, contudo, não foram, de forma alguma, pacífica, mas conturbada por revoltas camponesas, guerra entre Carlos V e seu rival ao trono do Sacro-Império, Francisco I, da França, além do avanço dos otomanos pelo sudeste europeu. Isso se encerrou em 1529, com a vitória de Carlos V e uma segunda Dieta de Espira, no mesmo ano, determina a recatolização de todos os territórios. Diante desse cenário os príncipes que apoiavam a Reforma protestaram em 20 de abril de 1529, passando a ser chamados de *protestantes*.²⁷⁸

Uma nova Dieta, dessa vez em Augsburgo, se iniciou em junho de 1530. Lá, a delegação protestante leu a Confissão de Augsburgo.²⁷⁹ O imperador exigiu então que o Papa convocasse um Concílio, que só foi ocorrer em 1545 em Trento. Lutero faleceu em 18 de fevereiro de 1546 muito longe de deixar um futuro conciliado entre católicos e protestantes. O período que se segue a Augsburgo é chamado de confessionalismo, isto é, um período de ortodoxia onde cada igreja buscava sustentar sua base teológica contra as demais,²⁸⁰ seja do lado protestante (luterano e calvinista) como do lado católico. No final desse período houve guerra.

As disputas religiosas pós-Reforma chegaram a um nível insustentável. Na Boêmia, hoje República Tcheca, os seguidores de Hus, um pré-reformador que havia sido condenado à fogueira no Concílio de Constança, iniciaram uma revolta diante da tentativa de recatolização da região em 1618.²⁸¹ Tropas católicas espanholas marcharam para a região dando início a Guerra dos Trinta Anos, cuja configuração era muito mais complexa que uma guerra entre protestantes e católicos. Por exemplo, o rei Gustavo Adolfo, sueco e luterano, tinha inclusive o apoio do Papa Urbano VIII

²⁷⁶ DREHER, 2006, p. 33.

²⁷⁷ DREHER, 2006, p. 36.

²⁷⁸ DREHER, 2006, p. 37.

²⁷⁹ DREHER, 2006, p. 37-38.

²⁸⁰ DREHER, 2007, p. 96.

²⁸¹ DREHER, 2007, p. 101.

contra os Habsburgo, católicos.²⁸² Ao seu final, em 24 de outubro de 1648, foi promulgada a *Paz da Westfália*.²⁸³ Sua paz deu sinais de tolerância religiosa na Europa devastada para que os súditos pudessem ter outra fé que a do seu governante.²⁸⁴

O confessionalismo dava lugar ao pietismo, do qual se deve destacar como marco o livro *Pia Desideria* (1675) de Philipp Jakob Spener,²⁸⁵ assim como a comunidade dos irmãos morávios, refugiados protestantes dos Habsburgo, sob proteção do Conde Nicolau de Zinzendorf, desde 1721.²⁸⁶ O período pietista foi de grande importância na história do protestantismo pela vivência comunitária da fé, trabalho com pobres, larga tradição hinológica, além do desenvolvimento do caráter individual(ista) do protestantismo.²⁸⁷ Outro episódio importante do pós-confessionalismo ocorreu na Prússia cujo rei era calvinista e a esposa luterana. Por ocasião dos 300 anos da Reforma, em 1817, o rei procurou unificar os luteranos e calvinistas de seu reino em uma Igreja “Evangélica”.²⁸⁸

3.2.1 Formação da IECLB

Nessa época, camponeses empobrecidos pelas sucessivas guerras e fomes, muitos deles protestantes, passaram a chegar ao Brasil a partir de 1824. Segundo Dreher, ao longo de 120 anos chegaram 300 mil imigrantes alemães, deles, 60% eram evangélicos.²⁸⁹ Esses imigrantes se estabeleceram especialmente nas províncias do sul do Brasil e, aos poucos, foram se organizando. As primeiras instituições que criavam era a escola e o cemitério, uma vez que no padroado brasileiro o cemitério “público” era católico; o templo era um ato posterior.²⁹⁰ Outro assunto que ganhou destaque devido ao efeito do padroado foi o casamento.

O Brasil imperial não realizava o matrimônio civil. Um casamento para ter validade precisa ser feito na presença de um sacerdote católico. A questão do

²⁸² DREHER, 2007, p. 103.

²⁸³ DREHER, 2007, p. 103.

²⁸⁴ DREHER, 2007, p. 104.

²⁸⁵ DREHER, 2007, p. 130.

²⁸⁶ DREHER, 2007, p. 133.

²⁸⁷ DREHER, 2007, p. 134-135.

²⁸⁸ DREHER, 2007, p. 150.

²⁸⁹ DREHER, Martin N. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 51.

²⁹⁰ DREHER, 2005, p. 52.

casamento a partir da imigração de protestantes foi um caso diplomático entre a Prússia e o Brasil em 1855.²⁹¹ No início até houve sinalização positiva para a aprovação dos casamentos civis, mas em 1857 um pastor luterano de São Leopoldo, RS, teve seus direitos profissionais cassados por ter celebrado um casamento misto. Houve reação católica e a questão só seria resolvida com a Proclamação da República, com a separação de Igreja e Estado, e o estabelecimento de um casamento civil.²⁹² No início da integração dos imigrantes protestantes no Brasil, portanto, houve a questão do matrimônio.

Embora a Alemanha enviasse alguns pastores para algumas localidades, essa medida estava, contudo, muito longe de atender a demanda. No Rio Grande do Sul as comunidades passaram a eleger um de seus membros para ocupar a função pastoral.²⁹³ A história das comunidades evangélico-luteranas no Brasil começa assim como comunidades leigas. Uma segunda característica era a profunda autonomia de suas comunidades,²⁹⁴ isto é, nasce como uma igreja comunitária. Essas duas características não seriam superadas facilmente. Uma primeira tentativa de unir as comunidades foi realizada em 1868, mas não deu certo. A primeira tentativa de sucesso seria realizada por Wilhelm Rotermund em 1886, o Sínodo Riograndense.²⁹⁵

Esse sínodo, contudo, não tinha base confessional clara, reunia dentro de si tanto comunidades luteranas, como reformadas e evangélicas unidas. Foi apenas em 1922, sob Hermann Dohms, que o sínodo ligou-se à “Reforma de Martim Lutero”.²⁹⁶ Foi sob Dohms também que em 1946, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial com o que isso havia representado aos descendentes de alemães, foi criada a Escola Superior de Teologia,²⁹⁷ hoje Faculdades EST. A faculdade de teologia foi um fator importante para a unidade da igreja luterana no Brasil.

Junto com o Sínodo Riograndense, outros três sínodos participaram da formação da IECLB. De todos os quatros, apenas o Sínodo Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros estados (de 1905) tinha uma orientação confessional

²⁹¹ DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 25-26.

²⁹² DREHER, 2003, p. 26.

²⁹³ DREHER, 2003, p. 52.

²⁹⁴ DREHER, 2003, p. 53.

²⁹⁵ DREHER, 2003, p. 83.

²⁹⁶ DREHER, 2003, p. 89.

²⁹⁷ DREHER, 2003, p. 107.

clara.²⁹⁸ Os outros dois sínodos eram a Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná, criada em 1911, e o Sínodo Brasil Central, fundado em 1912.²⁹⁹ Os quatro sínodos operavam de forma independente. A união entre os sínodos se deu pelo trauma da Segunda Guerra. Eles formaram primeiramente uma Federação Sinodal em 1949,³⁰⁰ e, finalmente, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em 1962³⁰¹ com já muito mais que um século de história no Brasil.

Uma das primeiras ações da Federação Sinodal foi a filiação da mesma na Federação Luterana Mundial (FLM) em 1950,³⁰² também como uma forma de reafirmação de sua confessionalidade. Em 1970, diante de uma assembleia da FLM que deveria ter ocorrido em Porto Alegre, a IECLB manifesta-se, pela primeira vez, a respeito da situação política do Brasil naquele momento, o Manifesto de Curitiba.³⁰³ Esse é o primeiro documento depois do qual seguiu-se os demais manifestos, as cartas e posicionamentos da igreja.

É impossível falar de protestantismo sem falar no luteranismo. Sua história é longa, mais de 500 anos, e sua teologia é rica em diversos desdobramentos. Em termos mundiais é uma tradição eclesial relevantíssima, no Brasil quase desaparece dentro do cenário religioso. Segundo dados disponíveis no site da IECLB, em uma publicação de 2010, há no mundo mais de 70 milhões de luteranos e luteranas, com destaque a igrejas na África que apresentam as maiores taxas de crescimento no mundo luterano. A maior igreja luterana da América Latina é a IECLB com 717 mil pessoas membros.³⁰⁴

A IECLB procura ser uma igreja presente nos movimentos ecumênicos e na formação teológica brasileira, por exemplo. Ela é resultado de uma história que remonta à Idade Média, passa por vários conflitos e guerras, desenvolve-se teologicamente, atravessa um oceano, fixa em terras longínquas e enfrenta dificuldades até o presente dia. Deixando de olhar para os grandes eventos e lembrando dos camponeses e das camponesas sacudidas pelas Guerra dos Trinta

²⁹⁸ DREHER, 2003, p. 158.

²⁹⁹ DREHER, 2005, p. 54.

³⁰⁰ DREHER, 2003, p. 224.

³⁰¹ DREHER, 2003, p. 225.

³⁰² DREHER, 2005, p. 58.

³⁰³ DREHER, 2005, p. 59.

³⁰⁴ IECLB- Portal Luteranos. **Comunhão luterana alcança mais de 70 milhões de fiéis no mundo.** Porto Alegre, mar., 2010. Disponível em: <<https://www.luteranos.com.br/conteudo/comunhao-luterana-alcanca-mais-de-70-milhoes-de-fieis-no-mundo>>. Acesso em: 02 dez. 2020. (sem página)

Anos e Guerras Napoleônicas, emigradas ao Brasil do século XIX não é nenhuma epopeia, mas uma história de resistência de quem tem a graça não só como elemento teológico fundamental, mas experiência existencial de vida. “Salvos pela graça” faz mais sentido olhando para as vidas dessas pessoas que para os tratados teológicos.

Antes de adentrarmos no documento que retrata o posicionamento da IECLB sobre o tema da família, cabe aqui destacar como essa igreja entende o matrimônio. A palavra de Deus é o que capacita homem e mulher a se unirem em matrimônio em fé, amor e compromisso. A IECLB entende o matrimônio como um rito litúrgico, um rito de passagem importante para a formação de um novo lar:³⁰⁵

A bênção matrimonial é dada a um casal formado por um homem e uma mulher, que, tendo contraído matrimônio perante a lei civil, desejam colocar o seu casamento sob a bênção de Deus e sob a orientação da sua palavra, bem como sob a intercessão da comunidade.³⁰⁶

A IECLB reconhece que o matrimônio pode chegar ao seu limite, sendo necessária assim a realização do divórcio, ressaltando que nenhum ser humano deve se submeter a situações de violência, coação ou sofrimento. Deus em sua infinita graça dá ao ser humano chances de construir um novo relacionamento, e este é aceito e motivado pela IECLB para também receber uma celebração na presença de Deus.³⁰⁷

3.2.2 Documento da IECLB

O documento que representa a postura da IECLB frente a temática da Família é o “Matrimônio, família e sexualidade humana: proposta de diretrizes e procedimentos para um diálogo respeitoso”. O material é fruto da 10ª Assembleia da Federação Luterana Mundial³⁰⁸ (FLM), que aconteceu em 2003 em Winnipeg, no

³⁰⁵ IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL.; MANSK, Erli. **Manual de bênção matrimonial**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: IECLB, 2009. p. 14.

³⁰⁶ IECLB, 2009, p. 38.

³⁰⁷ IECLB, 2009, p. 38.

³⁰⁸ A **Federação Luterana Mundial (FLM)** é uma entidade criada em 1947 na Suécia, que une diversas Igrejas que tenham viés Luterano no mundo, as tornando um só corpo que compartilha plena comunhão no púlpito e no altar. Para mais informações acesse: THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. **Our Lutheran Identity**. Disponível em: <<https://www.lutheranworld.org/content/our-lutheran-identity>>. Acesso em 20 nov 2019. (sem página)

Canadá, com o tema: Para a cura do mundo. A IECLB participou desta assembleia sendo representada pelo pastor Dr. Lothar Carlos Hoch.³⁰⁹

Publicado em 2006, esse subsídio é fruto do trabalho de uma comissão formada em 2004, que usou os materiais debatidos na Assembleia para o elaborarem. O objetivo deste documento é ajudar na reflexão das comunidades frente a esses temas, as ajudando a se tornarem mais inclusivas. O prefácio explica a elaboração do documento e a motivação da sua escrita, a diversidade das famílias junto com as forças que a destroem, como as drogas e a violência.³¹⁰

A assembléia discutiu exaustivamente as realidades cambiantes e a maneira como afetam a família, o gênero e a sexualidade no mundo contemporâneo. A tensão que surgiu na assembléia, ao considerar as diferentes formas de família, aumentou quando se passou a abordar o tema da homossexualidade e a atitude das igrejas para com pessoas homossexuais. De fato, trata-se de uma temática complexa, que implica dimensões éticas relacionadas com cultura, a antropologia e a espiritualidade.³¹¹

As pessoas que representaram as suas igrejas na assembleia se comprometeram a instigar as igrejas onde são membros, ao estudo sobre questões relacionadas ao matrimônio, família e sexualidade, e a defesa dos direitos humanos. Desta forma, esse material foi elaborado como guia as igrejas, e está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo é intitulado “Um marco luterano: matrimônio, família e sexualidade humana” e o segundo capítulo fala sobre “Diretrizes para o debate sobre matrimônio, família e sexualidade humana.”³¹²

O primeiro ponto dentro do primeiro capítulo fala sobre o Evangelho como núcleo unificador. Nesse quesito, usou-se como ponto de partida para o diálogo três princípios que são importantes para a doutrina teológica entre as igrejas de confissões luteranas, sendo eles: somente Cristo, somente a Escritura e somente a graça.³¹³ Inicia-se, portanto, explicando o somente Cristo.³¹⁴

³⁰⁹ FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Matrimônio, família e sexualidade humana**: proposta de diretrizes e procedimentos para um diálogo respeitoso, 2006. p. 5.

³¹⁰ FLM, IECLB, 2006, p. 7.

³¹¹ FLM, IECLB, 2006, p. 7.

³¹² FLM, IECLB, 2006, p. 8-20.

³¹³ Conhecidos também como os pilares da reforma, *solus Christus, sola Scriptura e sola gratia*, é composto por *sola fides* para a IECLB. Sendo esse os quatro princípios teológicos fundamentais que devem nortear a igreja. Para mais informações acesse: BENDER, Germanio. **Os pilares da Reforma!** IECLB, 2007. Disponível em: <<https://www.luteranos.com.br/textos/os-pilares-da-reforma>>. Acesso em 05 jan 2020. (sem página)

³¹⁴ FLM, IECLB, 2006, p. 11.

Ler a Bíblia através de Cristo, ou seja, percebendo-o como centro e para qual tudo aponta é o que significa o somente Cristo. “Somente a proclamação de Cristo e a sua obra ajudam a igreja a evitar o caminho da auto justificação ou da prescrição de qualquer outra coisa como condição para ser justificado perante os olhos de Deus.”³¹⁵ Somente Graça, significa que somente pela graça divina todas as pessoas são salvas, descartando assim nossas ações como mérito da salvação. As boas obras são consequências do amor recebido por Deus e da gratidão. A pessoa continua sendo pecadora e é chamada a se arrepender diariamente confiando na graça do Trino Deus.³¹⁶

Somente a escritura é mais uma forma de expressar os dois somente explicados acima, Cristo e Graça. Desta forma, a Bíblia tem autoridade absoluta nos assuntos referentes a justificação e a salvação, não cabendo a ninguém acrescentar nada nesse assunto. A obra do sacrifício de Cristo nos dá a liberdade de confiar em Deus, tendo assim uma relação próxima a Ele e com as pessoas. “As questões relativas a família, ao matrimônio e à sexualidade humana não são partes que constituem o Evangelho nem nos tornam aptos a recebê-lo. Elas pertencem ao âmbito onde se anuncia a Lei de Deus.”³¹⁷ Todas as pessoas são chamadas a viver de acordo com a vontade de Deus, portanto se faz necessária a atenção a esses assuntos.³¹⁸

Seguindo o documento, é apresentada a doutrina dos reinos, como ferramenta para lidar com esses assuntos. Essa doutrina foi criada pelos reformadores para ser usada com questões relacionadas com a ética e a moralidade. Ela expressa que: “Deus é o Senhor da criação e da Igreja. Na Igreja, Deus governa segundo o Evangelho e, no mundo, segundo a lei. Através de ambos se expressa a vontade de Deus para os seres humanos e para toda a criação.”³¹⁹

As igrejas luteranas consideram os assuntos de matrimônio, sexualidade e família como questões civis. Como todas as pessoas, inclusive as cristãs fazem parte da sociedade civil, cabe usar a razão, levando em conta como as pessoas da sociedade de forma moral e ética esses assuntos. Deus continua governando através

³¹⁵ FLM, IECLB, 2006, p. 11.

³¹⁶ FLM, IECLB, 2006, p. 12.

³¹⁷ FLM, IECLB, 2006, p. 13.

³¹⁸ FLM, IECLB, 2006, p. 13.

³¹⁹ FLM, IECLB, 2006, p. 14.

da Lei, no âmbito espiritual onde é a Palavra do Evangelho impera.³²⁰ Aquilo que a sociedade decide “não se faz para agradar a Deus ou merecer seu favor [...], mas para servir ao próximo.”³²¹

A Igreja sempre deve desempenhar o seu papel crítico no que se refere ao desenvolvimento da sociedade, analisando as leis e o desenvolvimento civil a luz das Escrituras. Mesmo assim, a Igreja não possui poder para impor nada para a sociedade, mas pode pedir que seja ouvida e levada em consideração em determinadas situações. Os assuntos debatidos nesse documento não podem ser negligenciados e são de interesse da Igreja, entretanto eles não podem afetar o centro do Evangelho.³²²

Entende-se como pecado a destruição das condições de bem estar próprio ou da outra pessoa. Portanto as pessoas pecam quando violam a dignidade humana e destroem a criação de Deus, por exemplo. As pessoas pecadoras devem se arrepender de suas ações e buscar formas de viver a graça de Deus em sua vida. Mesmo as igrejas tendo algumas divergências em alguns assuntos, como sobre o pecado, isso não as impede de manter a unidade com base no Evangelho. Para exemplificar melhor o documento traz exemplos, sobre o trabalho nas forças armadas e sobre a cobrança de juros, para expor que esses assuntos não são motivos para a divisão, mas revela uma diversidade de opiniões, visto que Cristo continua sendo o centro dos debates.³²³

A parte dois desse documento propõe diretrizes para o diálogo nos assuntos propostos. Para elaborar essas propostas as igrejas enviaram publicações sobre essas questões, e a partir disso foram constatados alguns assuntos em comum. As Igrejas têm evoluído, permitindo e abrindo espaços para a diversidade e tolerância, pede-se, portanto, que está comunhão continue a ser construída.³²⁴

Percebendo que a Bíblia é um fator em comum e importante para as Igrejas, pede-se que cada Igreja faça a leitura a partir de sua maneira usual de fazê-la. Constata-se também que as Igrejas atestam “que todos os seres humanos são criados à imagem de Deus e que devem ser respeitados e ter seus direitos humanos

³²⁰ FLM, IECLB, 2006, p. 14-15.

³²¹ FLM, IECLB, 2006, p. 15.

³²² FLM, IECLB, 2006, p. 16.

³²³ FLM, IECLB, 2006, p. 17-19.

³²⁴ FLM, IECLB, 2006, p. 20.

assegurados. Essa convicção permanece acima de diferenças de classe, idade, gênero, raça e orientação sexual.”³²⁵

Dentre os materiais enviados pode-se perceber duas características constitutivas. A primeira “é a abertura para com a homossexualidade”³²⁶ principalmente em igrejas onde existe debates abertos e aceitação cultural. A abertura fez as igrejas enxergarem a necessidade “de revisar os seus enfoques e procedimentos tradicionais e de refletir sobre o caráter normativo do material bíblico que fala da sexualidade”³²⁷ Analisando os textos sem colocar a ênfase na procriação, por exemplo. Os valores da sexualidade estão intimamente ligados com o contexto cultural onde eles estão inseridos, reconhecer isso é necessário para que seja possível a identificação de quais os princípios hermenêuticos estão sendo usados na interpretação bíblica. A segunda característica é um embate bíblico entre teólogos frente as questões que se propõe a analisar este documento. ³²⁸

O próximo assunto a ser trazido por esse documento é o matrimônio. Ficou acordado entre os participantes do grupo de elaboração deste material, que a procriação continua sendo algo muito importante, mas não necessário no matrimônio. Um dos objetivos do matrimônio deveria ser proporcionar “um espaço de realização e desenvolvimento pessoais (também sexual e espiritualmente) bem como de segurança para a personalidade e a interdependência mútua.”³²⁹ Para alcançar esse objetivo entende-se que seja necessária uma relação monogâmica, com igualdade e que seja socialmente reconhecida pela sociedade e de preferência também pela comunidade de fé.³³⁰

O matrimônio deveria ser vivido em amor, mas sabe-se que isso não acontece em todos os casos, em alguns, o abusos e violências tomam o lugar do amor. O matrimônio é visto pelas igrejas luteranas como uma vocação de Deus, por isso as igrejas, muitas vezes oferece também a benção matrimonial ao casal que já realizou o casamento civil. Se olharmos pela tradição, “as igrejas são da opinião de que um matrimônio consiste de duas pessoas de sexo diferente.”³³¹ Em algumas situações o

³²⁵ FLM, IECLB, 2006, p. 21.

³²⁶ FLM, IECLB, 2006, p. 22.

³²⁷ FLM, IECLB, 2006, p. 22.

³²⁸ FLM, IECLB, 2006, p. 22-23.

³²⁹ FLM, IECLB, 2006, p. 24.

³³⁰ FLM, IECLB, 2006, p. 24.

³³¹ FLM, IECLB, 2006, p. 24.

casamento não se sustenta e ocorre o divórcio. O divórcio é percebido como uma relação que fracassou dentro da Igreja, mas isso impede que Deus chame essas pessoas para um outro matrimônio.³³²

No assunto que se refere a família, as igrejas a definem como:

Um grupo de pessoas que pode abranger crianças e outras pessoas de várias gerações e cujos membros estão relacionados entre si, por tempo maior, para promover um ambiente de maturação, aprendizagem e crescimento mútuos durante toda a vida.³³³

A família, portanto, pode envolver duas ou mais pessoas que possuem relação de consanguinidade, casamento, coabitação ou adoção. Considera-se que para que uma família tenha o necessário para a sua sobrevivência e dignidade de vida ela necessita de moradia, condições financeiras que consigam sustentar e suprir as necessidades das pessoas pertencentes a esse grupo.³³⁴

O próximo ponto a ser discutido é o da sexualidade humana. Interpretando-a com os seguintes objetivos: “possibilitar atos, prazeres e desejos sexuais; estreitar relações de amor mútuo entre pessoas adultas; servir à procriação; melhorar a comunicação e contribuir para a realização pessoal.”³³⁵ As práticas sexuais devem ser sempre de comum acordo e de igualdade, nunca sendo por exploração. Percebeu-se nos documentos que a sexualidade está reservada a duas pessoas com compromisso e exclusividade.³³⁶

Concluindo esta sessão pede-se que as igrejas analisem as questões trabalhadas acima, pensando o que as une e o que as separa, como viver em comunhão frente a assuntos que julgam diferentes, como por exemplo, a ordenação feminina, uso de anticoncepcionais, divórcio. Encoraja-se também as igrejas a reconhecer e respeitar as culturas diferentes das suas, e entendo como algo dado por Deus para a proclamação do seu Evangelho.³³⁷

Lembrando que as Igrejas Luteranas são responsáveis pela doutrina da salvação, portanto, não deveriam praticar ou aceitar práticas de discriminação e condenação. O documento pede que os assuntos debatidos aqui sejam tratados com

³³² FLM, IECLB, 2006, p. 25.

³³³ FLM, IECLB, 2006, p. 25.

³³⁴ FLM, IECLB, 2006, p. 26.

³³⁵ FLM, IECLB, 2006, p. 27.

³³⁶ FLM, IECLB, 2006, p. 27.

³³⁷ FLM, IECLB, 2006, p. 28.

seriedade, visto que há pessoas que são afetadas por essas questões e que se perguntam se elas possuem lugar ou não na Igreja.³³⁸

No final dos dois capítulos propostos, a cartilha ainda apresenta duas diretrizes, uma voltada para os procedimentos para o diálogo e a outra com diretrizes gerais para que o tema continue sendo trabalhado pelas igrejas. Essas diretrizes são trabalhadas detalhadamente com o objetivo de promover o estudo ao tema e o respeito a diversidade, sendo assim elas podem ser consultadas no anexo A e B desta dissertação.

3.3 IGREJA ANGLICANA

O papel político da Inglaterra foi decisivo para a passagem do catolicismo para a Reforma.³³⁹ Durante os reinados de Henrique VIII, Eduardo e Maria a personalidade da realeza tinha um papel importante na orientação religiosa do povo.³⁴⁰ Mas a história de um anglicanismo começa antes do século XVI. Com o fortalecimento da autoridade papal entre 1046 até meados do século XVI, este se colocava cada vez mais como no direito de julgar as coisas espirituais e temporais.³⁴¹ Não deveria ser o poder secular que dominasse a Igreja, mas ela que controlaria o poder secular.³⁴² Nunca antes o papado havia exercido um poder tão absoluto sobre todos os setores da vida como fez nesse período na Europa.³⁴³

O Papa Gregório VII, nascido Hildebrando, foi um papa que exerceu extraordinariamente a sua autoridade.³⁴⁴ No meio desse período ocorreu grandes eventos na Igreja que serviu para minar o prestígio papal, ou seja, o cativo babilônico (1309-1377) e o Grande Cisma (1378-1417). Tais rupturas por disputas de poder provocaram o clamor por uma reforma na Igreja,³⁴⁵ o que viria a ocorrer junto com as outras Reformas do século XVI. A Reforma Anglicana, contudo, foi peculiar.

³³⁸ FLM, IECLB, 2006, p. 28.

³³⁹ DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. São Paulo, SP: Quadrante, 2 v., 1996-1999. p. 434.

³⁴⁰ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 491.

³⁴¹ SILVA, N. Duval da. **A igreja militante**: apontamentos de história da igreja, com breve capítulos sobre a Igreja Anglicana, a Igreja Episcopal nos Estados Unidos e a Igreja Episcopal do Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Publicadora Ecclesia, 1967. p. 78.

³⁴² CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja Cristã. 3. ed., revisada e ampliada. São Paulo, SP: Vida Nova, 2008. p. 185.

³⁴³ CAIRNS, 2008, p. 184.

³⁴⁴ SILVA, 1967, p. 80.

³⁴⁵ CAIRNS, 2008, p. 221.

Ela foi controlada pelo rei, que se tornou o chefe da igreja nacional. No conflito entre o reinado da Inglaterra e o papado, que daria origem ao anglicanismo, está uma questão matrimonial.³⁴⁶

Henrique se tornou rei da Inglaterra aos 18 anos,³⁴⁷ reinando entre 1509 e 1547. O pai de Henrique VIII, isto é, Henrique VII, havia conseguido para o seu irmão, Arthur, um bom casamento com linhagem real bastante influente na Europa, Catarina de Aragão. Com a morte de Arthur, e para não perder o dote, o Rei Henrique VII pediu, em 1503, que o Papa Júlio II permitisse que ela se casasse com o irmão mais novo, que viria a se tornar Henrique VIII.³⁴⁸ O pedido foi atendido, mas depois de 18 anos ele se apaixonou por uma dama da corte, Ana Bolena.³⁴⁹ Percebendo que não teria um filho homem com Catarina, solicitou o divórcio ao papa Clemente VII. O papa não viu razões para declarar nulo o casamento e depois de diversas tentativas sem nenhuma resposta positiva, o rei rompeu “todos os laços financeiros, administrativos e judiciais com Roma”.³⁵⁰ A resposta de Roma foi a excomunhão de Henrique VIII em 1533.³⁵¹

O casamento de Henrique VIII com Ana Bolena também não durou muito,³⁵² visto que Ana também lhe dera uma filha, a quem deram o nome de Elizabeth.³⁵³ Henrique então a denunciou por adultério³⁵⁴, sendo julgada e decapitada em 1536.³⁵⁵ O rei então se casou com Jane Seymour, que lhe deu o filho homem tão desejado, Eduardo. Com a morte de Jane, o rei buscou alianças políticas e se casou com Ana de Cleve. Como os acordos não funcionaram, se separou e casou com Catarina Howard, uma conservadora, o que trouxe um período de dificuldades ao partido reformista.³⁵⁶ Catarina acabou sendo decapitada a pedido de Henrique, que então se

³⁴⁶ COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja**. 2 v., São Paulo, SP: Loyola, 1993-1994. p. 25.

³⁴⁷ CECHINATO, Luiz. **Os vinte séculos de caminhada da Igreja**: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 255.

³⁴⁸ CAIRNS, 2008, p. 297.

³⁴⁹ CECHINATO, 1996, p. 255.

³⁵⁰ COLLINS, Michael; PRICE, Matthew A. **História do cristianismo**. São Paulo, SP: Loyola, 2000. p. 142.

³⁵¹ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 446.

³⁵² GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do Cristianismo**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2 v., 2011. p. 74.

³⁵³ CAIRNS, 2008, p. 298.

³⁵⁴ GONZÁLEZ, 2011, p. 74.

³⁵⁵ CAIRNS, 2008, p. 298.

³⁵⁶ GONZÁLEZ, 2011, p. 74.

casou com Catarina Parr, “que teve a sorte singular de viver mais que ele”³⁵⁷ morrendo em 1548.

A separação da Igreja da Inglaterra foi hostil ao movimento reformatório na Europa continental. Os escritos de Lutero não foram bem recebidos na Inglaterra, com Henrique VIII escrevendo em 1521 um tratado contra os escritos de Lutero, intitulado de Sete Sacramentos da Doutrina Ortodoxa,³⁵⁸ o que lhe rendeu o título de *defensor da fé* pelo Papa Leão X,³⁵⁹ isso, claro, antes de sua excomunhão. Mesmo depois de romper com Roma, Henrique VIII continuou condenando a Reforma, queimando anabatista e tradutores da bíblia, mantendo na igreja os ritos e a doutrina católica.³⁶⁰ Sem Lutero, a Reforma anglicana encontrou sustentação num mártir do século XIV, João Wycliffe, e suas ideias passaram a circular por todo o país a respeito de “uma igreja nacional, debaixo da direção das autoridades civis”³⁶¹ Thomas Cranmer, Arcebispo da Cantuária, compartilhava do mesmo sonho de ter uma igreja reformada liderada pela autoridade real.³⁶²

Eduardo VI sucedeu Henrique VIII com apenas nove anos e reinou de 1547 a 1553. No seu reinado, sob orientação de Cranmer, a Reforma andou rapidamente.³⁶³ Uma das primeiras ações a serem realizadas foi o “fim às leis de perseguição promulgadas por Henrique VIII”³⁶⁴ dando certa liberdade a protestantes e católicos.³⁶⁵ Os cultos passaram a ser realizados em inglês no lugar de latim³⁶⁶, a Santa Ceia passou a ser sob ambas as espécies, além de se permitir o matrimônio no clero e retirar as imagens dos templos.³⁶⁷ Percebe-se também uma mudança de direção do protestantismo.³⁶⁸

A reforma na Inglaterra agora estava se guiando mais para o calvinismo e zwinglianismo.³⁶⁹ A medida mais importante desse período foi a publicação do Livro de Orações,³⁷⁰ que começou a ser preparado em 1549 por um grupo liderado pelo

³⁵⁷ CAIRNS, 2008, p. 298.

³⁵⁸ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 434.

³⁵⁹ CAIRNS, 2008, p. 296.

³⁶⁰ COMBY, 1994, p. 26.

³⁶¹ GONZÁLEZ, 2011, p. 73.

³⁶² GONZÁLEZ, 2011, p. 73.

³⁶³ GONZÁLEZ, 2011, p. 75.

³⁶⁴ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 471.

³⁶⁵ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 471.

³⁶⁶ CAIRNS, 2008, p. 299.

³⁶⁷ GONZÁLEZ, 2011, p. 75.

³⁶⁸ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 471.

³⁶⁹ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 471.

³⁷⁰ GONZÁLEZ, 2011, p. 76.

Arcebispo Thomas Cranmer.³⁷¹ O Arcebispo também redigiu, em 1553, o documento que define as crenças do anglicanismo, os 42 (depois 39) Artigos da Religião.³⁷²

Com a morte precoce de Eduardo, foi uma reviravolta à Reforma. A filha mais velha de Henrique VIII, Maria I, assumiu o trono de 1553 a 1558³⁷³, sendo agora Maria Tudor³⁷⁴. Por ser uma católica devota e para honrar a memória de sua mãe, Catarina de Aragão, a nova rainha empreendeu uma luta para acabar com os resquícios de protestantismo da Inglaterra,³⁷⁵ reestabelecendo o catolicismo,³⁷⁶ e retornando em 1554 ao domínio do Papa.³⁷⁷ Maria ordenou ao parlamento para que revogasse as leis de seu pai e seu irmão, iniciando um período de repressão aberta.³⁷⁸ Ela condenou à morte mais de duzentos líderes protestantes,³⁷⁹ dentre eles, Thomas Cranmer.³⁸⁰

Após a morte de Maria I, Elisabete I, filha de Henrique VIII com Ana Bolena, assumiu o trono de 1558 até 1603. No início da era Elisabetana, fruto do reinado de Maria Tudor, a Inglaterra “estava espiritualmente fragmentada entre extremistas protestantes e católicos”.³⁸¹ Na tentativa de apaziguar a situação, Elisabete buscou um acordo entre os dois grupos, tornando-se, assim, a verdadeira fundadora do Anglicanismo. Ela queria uma igreja na qual as práticas religiosas fossem iguais, unindo o reino, ao mesmo tempo em que dava certa liberdade de opiniões.³⁸²

O Anglicanismo aproximou-se do calvinismo na questão da doutrina, mas preservou os elementos tradicionais da igreja Católica, como os paramentos e o cargo do bispo.³⁸³ É em seu reinado, em 1559, que “o Parlamento aprovou o Ato de Supremacia de Elizabeth, que fez da rainha ‘a única regente suprema deste reino’ em assuntos espirituais e eclesiásticos como também em assuntos temporais.”³⁸⁴ Ela também restaurou o Livro Comum de Orações com pequenas alterações em 1552 e revisou os 42 artigos,³⁸⁵ e reorganizou-os em 39, sendo aceitos em 1563 pelo

³⁷¹ COLLINS, 2000, p.143.

³⁷² COLLINS, 2000, p. 143.

³⁷³ COLLINS, 2000, p. 143.

³⁷⁴ DANIEL-ROPS, 1996-1999, p. 491.

³⁷⁵ COLLINS, 2000, p. 143.

³⁷⁶ COMBY, 1994, p. 26.

³⁷⁷ GONZÁLEZ, 2011, p. 76.

³⁷⁸ GONZÁLEZ, 2011, p. 77.

³⁷⁹ COMBY, 1994, p. 26.

³⁸⁰ GONZÁLEZ, 2011, p. 78.

³⁸¹ COLLINS, 2000, p. 143.

³⁸² GONZÁLEZ, 2011, p. 78.

³⁸³ COLLINS, 2000, p. 143.

³⁸⁴ CAIRNS, 2008, p. 301.

³⁸⁵ COMBY, 1994. p. 26.

Parlamento.³⁸⁶ Os anos que seguiram o reinado de Elisabeth foram marcados por revoluções puritanas e tentativas de recatolização, cujos processos são importantes para entender a história do anglicanismo, mas que não podem ser tratados aqui.³⁸⁷

3.3.1 O Anglicanismo no Brasil

O primeiro contato com a Igreja Anglicana com o Brasil foi no ano de 1805, em Salvador, Bahia. O missionário travou diversas discussões com o clero católico e depois seguiu para a Índia. Depois de 50 anos foi enviado um pedido à Igreja Anglicana para que enviasse missionários. O missionário que veio tentou firmar residência em Belém do Pará, mas devido a perseguições se mudou para Salvador. Em Salvador traduziu o Livro de Oração Comum para o português e mudou-se depois para o Rio de Janeiro devido a novas perseguições, por fim abandonou o Brasil.³⁸⁸

Os próximos a chegarem ao Brasil foram James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving, vindos da Universidade da Virginia, Estados Unidos, em 1889. Eles celebraram o primeiro ofício em Porto Alegre em 1890. Logo depois começaram a chegar mais missionários e começaram a formar congregações em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Com o progresso, decidiram criar um jornal em 1893, chamado "Estandarte Cristão".³⁸⁹ O primeiro bispo escolhido foi Kinsolving, consagrado em 1899 em Nova Iorque.³⁹⁰ O primeiro seminário no Brasil foi criado em 1903, na cidade de Rio Grande, fechando logo em seguida, 1910, com a justificativa de que a Igreja não podia sustenta-lo.³⁹¹ Foi reaberto em Porto Alegre no ano de 1920, transferido para Teresópolis, Rio de Janeiro, em 1940, e depois para São Paulo, capital, em 1964.

Até 1898 a Igreja se chamava Igreja Protestante Episcopal no Sul dos Estados Unidos do Brasil. Depois passou a chamar-se Igreja Protestante Episcopal nos Estados Unidos do Brasil. Em 1900, em Concílio se trocou o nome para Igreja

³⁸⁶ COMBY, 1994, p. 26.

³⁸⁷ Em resumo: Elisabete, antes de sua morte em 1603, indicou como seu sucessor Jaime, filho de Maria Stuart, já que ela própria não tinha descendência. A oposição à coroa cresceu durante governo de Jaime I e de seu filho Carlos I por parte dos protestantes radicais, os "puritanos". O descontentamento da população desenrolou-se em uma guerra civil, a Revolução Puritana, liderada por Oliver Cromwell, em 1648, que decapitou o rei e estabeleceu uma república puritana. Essa república, contudo, foi derrotada em 1660, retornando o trono para Carlos II, filho de Carlos I. Os anos seguintes não foram menos conturbados. James II, irmão de Carlos II, tentou restaurar o catolicismo, o que foi seguido de uma nova revolução. COMBY, 1994, p. 14-29.

³⁸⁸ SILVA, 1967, p. 235.

³⁸⁹ SILVA, 1967, p. 237.

³⁹⁰ SILVA, 1967, p. 239.

³⁹¹ SILVA, 1967, p. 242.

Episcopal Brasileira e então em 1964 para Igreja Episcopal do Brasil.³⁹² A partir de 1950 começou-se a lançar base para uma Igreja nacional. Passa-se para uma fase de mobilidade social e missionária,³⁹³ surgindo questionamentos sobre a responsabilidade da Igreja em nível social. Anos depois se fez um manifesto solicitando às autoridades que banissem a pobreza, o analfabetismo e a fome.³⁹⁴ Em 1984 é ordenada a primeira mulher ao ministério e surge neste mesmo ano o devocionário “Sementes” da Igreja, destinado a edificar a vida espiritual das suas pessoas membros.³⁹⁵

A Igreja Anglicana se encontra em diversos países, iniciando por aqueles onde houve emigração inglesa. Fora da Inglaterra a Igreja Anglicana pode se chamar Igreja Episcopal.³⁹⁶ A Comunhão Anglicana é a terceira maior denominação cristã no mundo, atrás do catolicismo romano e as igrejas ortodoxas. Tem cerca de 85 milhões de membros, fora os anglicanos fora dessa comunhão, isto é, com Cantuária. No Brasil seus números são modestos. A IEAB conta com “mais de 100 mil membros batizados e 45 mil confirmados.”³⁹⁷

Assim como feito nas outras duas Igrejas citadas acima, também é necessário apresentar o que a IEAB compreende como matrimônio. O matrimônio é entendido como um sacramento não ordenado por Jesus Cristo mas reconhecido pela Igreja. No artigo 8 da declaração de Jerusalém de 2008 definem:

Reconhecemos a criação de Deus da humanidade como homem e mulher e o padrão imutável do casamento cristão entre um homem e uma mulher como o lugar apropriado para a intimidade sexual e a base da família. Nós nos arrependemos de nossas falhas para manter este padrão e chamamos para um compromisso renovado, para fidelidade ao longo da vida no casamento e abstinência para aqueles que não são casados.³⁹⁸

Após 21 anos de intensos diálogos e estudos, foi aprovado, em 2 de junho de 2018 no Brasil pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, o casamento homoafetivo.

³⁹² SILVA, 1967, p. 243.

³⁹³ KICKHOFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1995. p. 241.

³⁹⁴ KICKHOFEL, 1995, p. 249.

³⁹⁵ KICKHOFEL, 1995, p. 263.

³⁹⁶ COMBLIN, José. **As divisões**. (Curso popular de História da Igreja ; 8) São Paulo, SP: Paulinas, 1993. p. 34.

³⁹⁷ IEAB- Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. **História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil primeiros passos do anglicanismo no brasil**. Disponível em: <<https://www.ieab.org.br/sobre/>>. Acesso em: 02 dez 2019. (sem página).

³⁹⁸ IGREJA ANGLICANA NO BRASIL. **A declaração de Jerusalém**. Jerusalém, 2008. Disponível em: <<https://www.anglicananobrasil.com/on/nossa-fe/>>. Acesso em: 15 abr 2020.

Por conseguinte, substituiu-se na cerimônia as palavras homem e mulher pela palavra: pessoas. O Bispo Anglicano, Maurício Andrade, se pronunciou a respeito dizendo: “Nós temos a ação de acolher as pessoas como elas são. Sem nenhuma exclusão. Temos a compreensão de que todas as pessoas são parte dessa extensão do amor de Deus.”³⁹⁹ Portanto, a primeira Igreja a aprovar o casamento homoafetivo dentre as pesquisadas neste trabalho é a Igreja Anglicana.

3.3.2 Documento IEAB

O documento Indaba de 2014 sob título “Famílias e Diversidade Sexual” foi construído em três encontros com o objetivo de dialogar sobre esses temas. Neste documento o professor doutor André Musskopf escreve “Para discutir o tema famílias e diversidade sexual na Igreja”. Em seu texto ele ressalta a importância e a urgência em se discutir esses assuntos, sendo questão de vida e morte. Ele segue explicando sobre o histórico da diversidade sexual e seus termos, o papel da ciência, da bíblia, tradição, teologia e a igreja. Lembra em seu texto que as pessoas precisam ser respeitadas pelas suas diversidades e singularidades e que devemos em nossas decisões e ações ser fiéis a Jesus Cristo e ao Evangelho.⁴⁰⁰

O segundo artigo desta revista foi elaborado pelo Gilmar Zampieri, com o título “Famílias e diversidade sexual”, ele escreve tentando sintetizar as principais ideias que são contra a causa da diversidade sexual e no constante a novos arranjos familiares. Ele traz cinco argumentos que, segundo ele, precisam ser levados em conta neste debate, sendo eles “1- A família é unidade do não igual, do diverso (pressuposto); 2- o argumento da natureza – ontológico; 3- o argumento sociológico; 4- o argumento ético; 5- O argumento teológico religioso”.⁴⁰¹ Uma revisão da leitura fundamentalista é necessária, para que se de espaço para que novas ideias e formas de pensar sejam consideradas e aceitas.

³⁹⁹ LUIZ, Gabriel. **Após 21 anos de discussão, Igreja anglicana libera casamento homoafetivo no Brasil**. G1, Distrito Federal, out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-21-anos-de-discussao-igreja-anglicana-libera-casamento-homoafetivo-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁴⁰⁰ MUSSKOPF, André S. **Para discutir o tema famílias e diversidade sexual na Igreja**. p.10-19. In: IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Documentos Indabas 2014: famílias e diversidade**. Teresópolis, Porto Alegre, RS: Centro de Estudos Anglicanos – CEA, Edição: 04 - ANO IV . fev. 2016. p. 10-19.

⁴⁰¹ ZAMPIERI, Gilmar. **Famílias e Diversidade Sexual**. p. 20-25. In: IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2016, p. 21.

O terceiro e último artigo desta revista foi escrito pela Reverenda Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira, com o título “Uma abordagem vidadologica de gênero sobre “Famílias e Sexualidade”: Uma experiência na IEAB”. Ela faz um relato de sua vida e da forma como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil trabalhou os temas sobre sexualidade humana. Também aborda como a teologia, em especial a teologia feminista tem buscado formas de integrar as experiências humanas, tentando dar sentido à vida a pessoas em suas diversidades. Termina desafiando a buscar ações que promovam a vida das pessoas que são filhas de Deus.⁴⁰²

Na revista constam ainda cinco anexos, sendo eles: três cartas pastorais, e duas declarações sobre a consulta nacional sobre sexualidade, que seguem abaixo:

A primeira carta pastoral sobre sexualidade humana foi escrita logo depois do Documento de Kuala Lumpur. Escrita pelos bispos da IEAB em 1997, é dividido entre quatro pontos. A carta lembra que a sexualidade nada mais é do que dom de Deus e que é necessário que sejam exercidas no respeito e amor mútuo, mas a promiscuidade sexual entre pessoas do mesmo sexo. Condena no ponto dois atos de violência sexual e no ponto três esclarece que por enquanto não há consenso entre a questão sexual, por isso recomenda-se o uso do bom senso e a preocupação e cuidado para com as pessoas de outros gêneros. O ponto quatro pede que seja incluído estudos sobre a sexualidade humana considerando a bíblia e a ciência para uma compreensão mais ampla e na tentativa de diminuir ideias preconcebidas, auxiliando assim, as comunidades a respeitar e assumir a sexualidade como dom.⁴⁰³

O segundo documento é a Declaração da I Consulta sobre a Sexualidade Humana de 2002. Pessoas das diversas áreas da Igreja Anglicana se reuniram no Rio de Janeiro para a I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana. Para iniciar o diálogo partiram dos documentos das conferências de Lambeth de 1978, 1988 e 1998. Seguem de acordo com a carta pastoral e indicam que sejam incluídos programas educacionais sobre a sexualidade humana, e complementam dizendo que:⁴⁰⁴

Do ponto de vista bíblico-teológico a sexualidade humana é dom de Deus para todas as pessoas. A libertação de todos os povos é o foco teológico do

⁴⁰² LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. **Uma abordagem vidadologica de gênero sobre “Famílias e Sexualidade”: Uma experiência na IEAB.** p. 26-35. In: IEAB, 2016, p. 26-35.

⁴⁰³ IEAB. **Primeira carta pastoral dos bispos da IEAB sobre sexualidade humana – 1997.** 1997, p. 36-37. In: IEAB, 2016, p. 36-37.

⁴⁰⁴ IEAB. **Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana – 2002.** p. 38. In: IEAB, 2016, p. 38.

processo do êxodo e do ministério de Jesus. Deus nos ama incondicionalmente como somos, com todas as nossas diferenças e imperfeições. Amor este que é manifestado em Jesus Cristo, impulsiona-nos a amar e cuidar de toda a obra da sua criação. Amar a Deus é amar o próximo (I João 4:20-21), portanto, qualquer tipo de exclusão contém germes de morte. Amor é inclusão e vida em abundância (João 10:10).

Convidamos as lideranças leigas e clericais a promover debates que ajudem as comunidades a compreenderem melhor a complexidade e a beleza das relações sexuais humanas. É preciso conhecer e compartilhar as angústias daqueles e daquelas que a sociedade exclui. A inclusividade é a essência do ministério encarnado de Jesus, atraindo para si as prostitutas, os estrangeiros, os pobres, os doentes, os diferentes. É fundamental que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil exerça sua vocação inclusiva e se permita acolher, com Amor e por inteiro, aquelas pessoas que a sociedade rejeita e aborta. Por esta razão assumimos a ética pastoral da Graça e da bênção de Deus e rejeitamos o princípio da exclusão, implícito na ética do pecado e da impureza, que causa divisão entre os seres humanos.⁴⁰⁵

A segunda declaração presente no documento é referente a II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2004. Analisou-se nesta consulta documentos da Igreja e artigos, e declaram que:

Entendemos que a sexualidade humana é dom de Deus e que deve ser vivenciada em paz, liberdade, amor e respeito ao próximo. Que a Igreja deve respeitar a privacidade das relações afetivo-sexuais de seus membros, sejam eles do clero ou do laicato. Afirmamos que toda e qualquer exposição pública da orientação sexual de qualquer pessoa – como pré-requisito para membresia ou para servir em ministérios ordenados ou leigos – constitui grave violação desta privacidade. Como pessoas anglicanas, temos orgulho porque somos parte da Igreja de Cristo que compreende que a inclusividade é um dos valores centrais não só de nossa Comunhão, mas do Reino de Deus. Apelamos a toda Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no sentido de nos mantermos em união pelo mesmo Senhor e Salvador nosso, como Província, respeitando as diferenças e fazendo delas um jardim ofertado a Deus “como oferta de perfume suave, e como sacrifício que agrada a Deus” (Ef 5:2). Sentimo-nos chamados por Cristo a testemunhar nossa fé e nosso amor “na gloriosa liberdade dos filhos e filhas de Deus” e nos comprometemos a continuar construindo uma Igreja ampla, acolhedora e missionária. Em nome de Cristo libertador de todos nós, pessoas pobres e ricas, clérigas e leigas, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, assinamos esta carta na esperança de que esta simbolize novos horizontes para nossa Igreja, para que ela seja mais humana, mais solidária, mais inclusiva e amorosa.⁴⁰⁶

A segunda carta pastoral dos bispos da IEAB sobre a sexualidade humana é de 2007, cerca de 10 anos depois da primeira carta. Vê-se a necessidade de divulgá-la novamente, visto que o que nela havia sido publicado, ainda é atual para a Igreja. Explica-se na carta que a bíblia é Palavra de Deus, mas não ditada por Ele, por isso a Igreja, com o tempo, vai definindo o que é essencial e secundário de acordo com a

⁴⁰⁵ IEAB, 2016, p. 38.

⁴⁰⁶ IEAB, **Declaração da II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana - 2004**. p. 39. *In*: IEAB, 2016. p. 39.

época e cultura. Afirma-se que ainda estão em processo e há muitas dúvidas sobre a sexualidade, mas ressalta-se que se crê na Inclusão e que

O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que “todos sejam um.”⁴⁰⁷

A terceira carta é da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Esta carta traz um parecer geral dos trabalhos sendo efetuados na Igreja em suas dioceses. Também levanta desafios e esperanças. Entre os desafios chama-se atenção para

a questão da união de pessoas homoafetivas. Diante disso, a Câmara dos Bispos já se manifestou duas vezes, por meio de cartas pastorais, nas quais se afirmou a legitimidade, seriedade e relevância pastoral do tema. Também ao longo dos últimos anos, diversos materiais foram produzidos. O que nos falta é um processo de reflexão pastoral amplo, que envolva todas as instâncias, oferecendo a oportunidade de que o tema seja apropriado, refletido e decidido desde a base da Igreja.⁴⁰⁸

Através da leitura destes documentos percebe-se que ainda muitos assuntos estão enraizados na tradição e no fundamentalismo bíblico. Percebe-se que referente a sexualidade se deram grandes passos, aos poucos deixando de ser algo pecaminoso aos olhos da Igreja e sendo aceito como dom de Deus. No tocante, a família e casamento, aprovou-se a união de pessoas do mesmo sexo, dando a elas também o direito de se constituir família regularizada com a Igreja Anglicana.

Esses documentos trazem dúvidas e anseios de suas pessoas membros sobre a temática da família. As pessoas membros querem viver de acordo com o que Deus espera delas, portanto buscam respostas em suas denominações religiosas para as suas dúvidas cotidianas. O grupo familiar tem trazido grandes questionamentos a essas Igrejas sobre como ser família.

Fugir do pecado e se encontrar na proteção divina é o que pessoas buscam para se sentirem protegidas e necessitam de respostas visto que durante séculos a

⁴⁰⁷ IEAB. **Segunda Carta Pastoral dos bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana- 2007**. p. 40-41. In: IEAB. 2016. p. 40-41.

⁴⁰⁸ IEAB. **Carta Pastoral da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. p. 42-43. In: IEAB. 2016. p. 43.

sexualidade e tudo o que envolvia criar uma família era visto como algo errado, pecaminoso e vergonhoso. Se afastou o corpo, o toque, o carinho, buscou-se apenas contratos. Hoje, portanto, percebe-se uma busca pela volta ao toque, ao carinho e ao respeito.

As mulheres já conquistaram a volta de muitos direitos que haviam sido negados, mas ainda há muitas lutas e dúvidas, a mais latente é sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo, já conquistada pelas pessoas membros da IEAB, mas que ainda não há sinal de vitória nas demais denominações. São necessárias, portanto, mais discussões e quebras de tabus para que mais direitos sejam permitidos as pessoas e menos medo sejam dissipados a elas.

CONCLUSÃO

Grupos familiares estão presentes desde o início da humanidade, mas isso não significa que a família – seu conceito e forma de organização – tenha sido sempre da forma como a conhecemos. A forma como seres humanos entendem o que é família e como esta deve ser não é um conceito a-histórico e universal. A família faz parte um sistema cultural que se transforma ao longo do tempo e de acordo com a sociedade da qual ela faz parte. Ela não é estática, ela está em movimento e em transformação a todo tempo, assim como as pessoas que a integram.

Apresentar um panorama geral da família no Brasil é uma tarefa arriscada, pois pode dar a falsa imagem de uma romantização ou supressão da história, fazer parecer que as coisas aconteceram em uma linearidade cronológica a diversidade dos arranjos familiares e que estes se dão em uma espiral, no qual diferentes modelos de família se entrelaçam.

A família assumiu aspectos importantes para a sobrevivência humana, se tornando indispensável para a perpetuação da espécie, se responsabilizando e providenciando desde o início a alimentação, segurança e educação. O patriarcado se mostrou como uma forma dominadora de ser família, hierarquizando as relações, a tornando uma instituição androcêntrica, no sentido de obedecer e satisfazer de todas as formas os desejos do “chefe de família”. Neste modelo de família a mulher, os filhos e filhas sofrem com abusos de poder e restrições enquanto ser integrante da família, como por exemplo, não sendo visto como alguém com opiniões e desejos.

Com as revoluções e as lutas feministas, aos poucos esse modelo de família e os papéis sociais e culturais da mulher na sociedade vão sendo questionados. Se conquistam direitos civis e avanços em relação ao mercado de trabalho e também em casa. Os movimentos de mulheres pressionam espaços e lutam por direitos e por outras formas de ser família. Porém, todas as melhoras advindas das lutas das mulheres podem iludir, fazendo com que se pense que agora em todo mundo existe igualdade, respeito, dignidade e vida para todas e todos. Infelizmente em muitos lugares, inclusive no Brasil, as mulheres são violentadas, abusadas, mortas, oprimidas e excluídas, e a maioria destes fatos acontece dentro dos entendimentos de família. A crise do patriarcado faz com que aconteça uma desorientação sobre os papéis dos homens. Largar os privilégios e assumir tarefas não é algo que se dá

automaticamente, é necessária uma revisão sobre a percepção do seu lugar social, do lugar das outras pessoas, e do seu lugar dentro da família.

Como apresentado nesta dissertação, a família brasileira tem suas origens no estilo de vida dos indígenas, nas estruturas familiares dos escravos africanos e na concepção do estilo familiar dos colonizadores portugueses e, posteriormente, de outros colonizadores europeus. A partir destas referências, o pensamento social construiu a família patriarcal como modelo de organização familiar brasileira. Este modelo era limitado a elite de algumas áreas do Brasil, principalmente a área açucareira, no nordeste brasileiro.

A expressão patriarcal não diz respeito apenas ao modelo de autoridade do pai sobre o grupo familiar doméstico, comum em alguns grupos familiares, mas também a uma estrutura de dominação econômica e política, sustentada fortemente pela ideia de parentesco, onde o privado e o público tendem a separar os espaços de acesso de cada gênero. O concubinato resultava outro modelo de organização familiar que se opunha ao patriarcal, este modelo era centrado na mãe. O modelo familiar onde o pai só participa na hora da concepção é bastante difundido ainda hoje no Brasil, deixando assim todas as responsabilidades e efeitos por conta da mãe. Entre casais fixos percebe-se que muitos olham com apreensão a questão da natalidade, levando em conta fatores sociais e principalmente econômicos, evitando muitas vezes a decisão de ter filhos ou filhas.

Indo ao outro ponto da vida, as pessoas idosas também precisam da atenção dos seus grupos familiares. O que acontece muitas vezes é que em um tempo que deveria ser resguardado para o descanso, essas pessoas precisam cuidar da casa, dos netos e netas e muitas vezes garantir o sustento da família. Dentro das igrejas muitas vezes também não é dada a devida atenção a essas pessoas, principalmente quando elas deixam de ser “produtivas”. Grande sinal de esperança são os grupos que acolhem e ajudam nesta nova fase da vida as pessoas idosas, assim como os grupos familiares que cuidam com carinho e responsabilidade dessas pessoas.

Sendo a família este grupo antigo e arraigado de história um fenômeno universal na história da humanidade, o discurso da Igreja costuma juntar a tradição bíblica com a história eclesiástica, constituindo, portanto, um discurso preferencialmente teológico ao falar para e sobre este grupo. As falas de Jesus e parte dos conteúdos das cartas apostólicas eram respostas aos problemas nas famílias das

primeiras comunidades cristãs. E assim, a Igreja, continua até hoje a escrever na tentativa de ajudar nas dificuldades desses grupos. Visto que as Igrejas nunca deixaram de ter um lugar dentro do seio familiar.

Diante da concretude da vida de pessoas, os tratados da teologia das igrejas sobre sexo, matrimônio e família apontam para uma distância entre as normas abstratas e universalizantes e a vivência cotidiana das pessoas - que nunca conseguiremos alcançar completamente. Evidentemente que a teoria e a prática passam a ter mais contato e deixam de significar dois mundos quase que opostos quando entendidas como produzidas por pessoas, tanto a teoria como a prática, mas em posições diferentes.

Diante das mudanças rápidas que acontecem devido a globalização e ao acesso fácil à informação, a Igreja precisa se adequar ao modo de vida das pessoas as quais congrega. Dessa forma o discurso teológico não pode ser o “mesmo de sempre”, mas precisa renovar-se. Se o ministério teológico deseja apoiar as pessoas e motivá-las dentro de sua comunidade eclesial, é necessário antes perceber e entender o arrolamento de problemas morais, sociais e financeiros onde estão envolvidos e vivem, pois é dentro dessa problemática que a Palavra quer ser escutada, entendida e experienciada.

Em suas práticas de evangelização e doutrinação cada Igreja propõe e determina e uma compreensão e um código moral sobre família, mas a eficiência desse ensino sobre a vida das pessoas depende de como elas assimilam e as condições de vida que estas pessoas levam. A tradição não se justifica porque foi herdada, ela precisa redescobrir o seu valor para poder proporcionar amadurecimento e melhor convívio social entre as pessoas e os grupos familiares.

A sexualidade já é vista como algo bom, desmistificando e alterando o que antes a Igreja Católica falava sobre este assunto. Antes a sexualidade era vista como um mal permitido, ou um pecado tolerável. Hoje se entende como algo provindo de Deus para as pessoas e que essas devem vivê-la de forma saudável, segura e respeitosa.

Percebe-se que as Igrejas pesquisadas estão tentando ter um cuidado melhor e maior com as famílias e para com as pessoas, sem deixar de lado os seus dogmas e suas crenças. Percebe-se um cuidado com as pessoas divorciadas, principalmente

pela Igreja Católica que tanto recriminou essas pessoas e hoje pede para que as comunidades as aceitem e acolham.

Parecer existir também um cuidado com a mulher, tanto em relação a sua força de cuidar, em muitos casos, de seus filhos e suas filhas sozinhas, como na aceitação e apoio ao feminismo como uma luta necessária para o mundo atual. A uma repulsa pela violência em todos os sentidos, dando um destaque a violência doméstica que é vista como um ato inaceitável e que deve ser combatido. Pede-se que as pastorais das comunidades fiquem atentas e busquem ajudar a vítima imediatamente.

Os documentos reconhecem que existem diversas identidades sexuais no mundo e que essas pessoas sofrem muito com a falta de aceitação, por isso nota-se em diversos documentos o cuidado e o chamado para a participação dessas pessoas nas congregações. Em todos os documentos deixa-se claro que as Igrejas precisam ser inclusivas, e que não importa a identidade sexual, todas as pessoas fazem parte do corpo de Cristo. Em alguns documentos encontram-se pedidos de desculpas para com as pessoas pelos preconceitos sofridos e pede-se que as congregações estudem os documentos e a bíblia para se livrarem de preconceitos, para se tornarem comunidades mais abertas e dispostas a levar dignidade humana a todas as pessoas.

O medo de que a família termine não está em si totalmente errado, afinal, o modelo desta dita “tradicional família” está aos poucos ruindo, dando espaço para novas formas de ser, fazer e tornar-se família. O medo está escondido atrás de privilégios que não quer ser deixados para trás ou adaptar-se. A família como grupo de pessoas que vivem sobre o mesmo teto, com afinidades, parentalidade, amor e vínculos, está se desenvolvendo, transformando e não deixando de existir. As transformações continuam ocorrendo, a forma de entender e ser família hoje nunca será igual a de ontem, nem a de amanhã, afinal família se é e se faz todo dia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréa Moraes. Família, sexualidade e velhice feminina. *In*: HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 19-38, 2005.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição religiosa em ritmo acelerado no Brasil. Instituto Humanitas Unissinos - **Revista Ihu On-line**, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unissinos.br/186-noticias/noticias-2017/564083-a-transicao-religiosa-em-ritmo-acelerado-no-brasil>>. Acesso em: 20 out 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Retrato de família. 1945**. Disponível em: <<http://folhadepoesia.blogspot.com/2006/12/retrato-de-familia.html>>. Acesso em: 15 fev 2020.

ANDRADE, Maristela do Nascimento; SANTOS, Patrícia Batista dos. **Apontamentos historiográficos: a família no Brasil Colônia**. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491414675_ARQUIVO_Apontamentoshistoriograficos_afamilianoBrasilcolonia.pdf?fbclid=IwAR3XAIWz10n18Qks69FqU4utx8jz4MZT1XsynMatwEY-qQs-mi7jXQQxXcA>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges; VEYNE, Paul. **História da vida privada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 5 v, 1990-1992.

ASSIS, Zamira de. **Família em perspectiva: uma abordagem multidisciplinar**. Curitiba, PR: Juruá, 2012.

AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. **O Oriente e a Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BENDER, Germanio. **Os pilares da Reforma!** IECLB, 2007. Disponível em: <<https://www.luteranos.com.br/textos/os-pilares-da-reforma>>. Acesso em 05 jan 2020.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Cuidado e negligência na educação da criança, *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Família e educação: olhares da psicologia**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, p. 17-32, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: Edição Saraiva, 1963-1967.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. 3. ed., revisada e ampliada. São Paulo, SP: Vida Nova, 2008.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1 v., 2002.

CECHINATO, Luiz. **Os vinte séculos de caminhada da Igreja: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAVANTE, Esdras Cordeiro; ROCHA, Ivan Esperança. **Aspectos da construção da liberdade religiosa no Brasil**. *Religare*, v.11, n.2, set. 2014. p. 356-371. Disponível em: <file:///C:/Users/J%C3%A9ssica/Downloads/22436-Texto%20do%20artigo-44450-1-10-20141229.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2016- Casa Comum nossa responsabilidade**. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/noticias/especiais/campanha-da-fraternidade-2016>>. Acesso em: 23 fev 2020.

COLLINS, Michael; PRICE, Matthew A. **História do cristianismo**. São Paulo, SP: Loyola, 2000.

COMBLIN, José. **As divisões**. (Curso popular de História da Igreja ; 8) São Paulo, SP: Paulinas, 1993.

COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja**. 2 v., São Paulo, SP: Loyola, 1993-1994.

D'INCAO, Magia Angela. O amor romântico e a família burguesa. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 57-71. 1989.

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. São Paulo, SP: Quadrante, 2 v., 1996-1999.

DATAFOLHA. **Família fica ainda mais importante para brasileiros**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2007/10/1225700-familia-fica-ainda-mais-importante-para-brasileiros.shtml>>. Acesso em 02 dez. 2018. (sem página)

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, UNESP, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2. reimpressão. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2011.

DESSEN Maria Auxiliadora; POLONIA Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil- **Paidéia**, 17(36), p. 21-32, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf?fbclid=IwAR28nj8FfgFptJvr>>

JOOVO83CVXa5nTCTH0uO18XE5P0Vq87wq-UWmyHTgAA>. Acesso em: 15 set. 2019.

DIAS, Marcelo Couto; PETRINI, João Carlos. **Família no debate social, cultural e político contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 2013.

DONNINI Debora; JOSÉ Silvonei. **Aumentam os católicos no mundo. Diminui o número de sacerdotes**. Vatican News, mar., 2019. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-03/aumentam-catolicos-mundo-diminui-numero-sacerdotes.html>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

DREHER, Martin N. **A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma**. 4. ed. Coleção História da Igreja, vol. 3. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

_____. **A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial**. 3. ed. Coleção História da Igreja, vol. 4. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

_____. **A Igreja no Império Romano**. 6. ed. Coleção História da Igreja. vol. 1. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

_____. **A Igreja no Mundo Medieval**. 6. ed. Coleção História da Igreja, vol. 2. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

_____. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

_____. **Igreja e Germanidade**. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Família e religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

DURANT, Will. **Nossa Herança Oriental: Uma história da civilização do Egito e do Oriente Próximo**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Matrimônio, família e sexualidade humana: proposta de diretrizes e procedimentos para um diálogo respeitoso**, 2006.

FONSECA, Claudia. Pais e Filhos na família popular: início do século XX. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 95-128, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* sobre o amor na família**. Roma, 2016. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-

laetitia.html?fbclid=IwAR2ZjIB8txcR5KlZNehcJtRHDjzMZ4TV6qBib0J1-DD2fab22ENklu9MQus>. Acesso em: 12 dez 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do Cristianismo**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2 v., 2011.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The time bind: when work becomes home and home become work**. Henry Holt and Company, 2001.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: famílias e domicílios (resultado das amostras)**. Rio de Janeiro, p.1-203, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilio_s_amostra.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

IEAB- Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. **História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil primeiros passos do anglicanismo no brasil**. Disponível em: -- <<https://www.ieab.org.br/sobre/>>. Acesso em: 02 dez 2019.

_____. **Carta Pastoral da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil** p. 42-43. *In*: IEAB, 2016.

_____. **Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana – 2002**. p. 38. *In*: IEAB, 2016.

_____. **Declaração da II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana - 2004**. p. 39. *In*: IEAB, 2016.

_____. **Primeira carta pastoral dos bispos da IEAB sobre sexualidade humana – 1997**. 1997, p. 36-37. *In*: IEAB, 2016.

_____. **Segunda carta Pastoral dos bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana- 2007**. p. 40-41. *In*: IEAB, 2016.

IGREJA ANGLICANA NO BRASIL. **A declaração de Jerusalém**. Jerusalém, 2008. Disponível em: <<https://www.anglicananobrasil.com/on/nossa-fe/>>. Acesso em: 15 abr 2020.

IECLB- Portal Luteranos. **Comunhão luterana alcança mais de 70 milhões de fiéis no mundo**. Porto Alegre, mar., 2010. Disponível em: <<https://www.luteranos.com.br/conteudo/comunhao-luterana-alcanca-mais-de-70-milhoes-de-fieis-no-mundo>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL.; MANSK, Erli. **Manual de bênção matrimonial**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: IECLB, 2009.

KICKHOFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1995.

LEAL, Teresa Cristina Merhy; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. A família na perspectiva de professores e formandos de um curso de licenciatura em pedagogia, p. 63-79. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história**. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

LEITE, Míriam I. Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez. Representações do amor e da família. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 72-87, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. **Uma abordagem vidadologica de gênero sobre “Famílias e Sexualidade”**: Uma experiência na IEAB. p. 26-35. *In*: IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2016.

LONDOÑO, Fernando Torres. Igreja e família no Brasil colonial. **Revista de Cultura Teológica**, vol./n. 2/9, p. 101-119, 1994.

_____. O crime do amor. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 17-30, 1989.

LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 10

LUIZ, Gabriel. **Após 21 anos de discussão, Igreja anglicana libera casamento homoafetivo no Brasil**. G1, Distrito Federal, out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-21-anos-de-discussao-igreja-anglicana-libera-casamento-homoafetivo-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LUTERO, Martim. **Martinho Lutero: obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Canoas, RS: ULBRA, 1987, v.5.

_____. **Martinho Lutero: obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Canoas, RS: ULBRA, 1987, v.2.

MELO, Wyller Hudson Pereira. **Adoção nas relações homoafetivas: A possibilidade jurídica ante os princípios da dignidade e afetividade**. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64447/adocao-nas-relacoes-homoafetivas>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MICHAELIS. **Família**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fam%C3%ADlia/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Família e educação**: olhares da psicologia. 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2010.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e parentalidade**: olhares da psicologia e da história. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

MUSSKOPF, André S. **Para discutir o tema famílias e diversidade sexual na Igreja**. p.10-19. In: IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Documentos Indabas 2014**: famílias e diversidade. Teresópolis, Porto Alegre, RS: Centro de Estudos Anglicanos – CEA, Edição: 04 - ANO IV . fev. 2016.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICCHELLI, Vincenzo. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil: os paradoxos da mudança. *In*: Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 07-12, 2000.

PETRINI, João Carlos; FORNASIER, Rafael C. **Família**: caminho da sociedade e da Igreja: a geração dos vínculos: a pessoa, família, comunidade e sociedade. São Paulo, SP: Loyola, 2015.

PRIORE, Mary del. O corpo feminino e o amor: um olhar. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 31-56, 1989.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Estudos sobre família em Contextos Brasileiros, *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e parentalidade**: olhares da psicologia e da história. Curitiba, PR: Juruá, p. 15-40, 2011.

RAFAEL, Tiago A. **Qual é a diferença entre Encíclica e Exortação Apostólica?**. Diocese de Lorena, São Paulo, ago., 2019. Disponível em: <<https://diocesedelorena.com/qual-e-a-diferenca-entre-enciclica-e-exortacao-apostolica/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: out. 2019.

SILVA, Célia Nunes; ANASTÁCIO, Sílvia Maria Guerra. O descompasso entre função parental e dupla carreira dos pais, *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Família e educação**: olhares da psicologia. 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, p.197-208, 2010.

SILVA, N. Duval da. **A igreja militante**: apontamentos de história da igreja, com breve capítulos sobre a Igreja Anglicana, a Igreja Episcopal nos Estados Unidos e a Igreja Episcopal do Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Publicadora Ecclesia, 1967.

SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. **Our Lutheran Identity**. Disponível em: <<https://www.lutheranworld.org/content/our-lutheran-identity>>. Acesso em 20 nov 2019.(sem página)

THERBORN, Goeran. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e Casamento no século XX. *In*: LONDOÑO, Fernando Torres; D'INCAO, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, p 88-94, 1989.

ULRICH, Claudete Beise; DALFERTH, Heloisa Gralow. **Mulheres no movimento da reforma**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2017.

VATICANO. **Catecismo da Igreja Católica**: segunda parte os sacramentos da Igreja. 1992. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap3_1533-1666_po.html>. Acesso em: 30 mar 2020.

VATICANO. **Documentos do Concílio Vaticano II**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm>. Acesso em: 15 fev 2020.

WACHHOLZ, Wilhelm. **História e teologia da Reforma**: introdução. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

ZAMPIERI, Gilmar. **Famílias e Diversidade Sexual**. p. 20-25. *In*: IEAB, 2016.

ANEXO A – DIRETRIZES PARA OS PROCEDIMENTOS E PARA O DIÁLOGO

Recomendamos às igrejas-membro da comunhão luterana as seguintes diretrizes para os procedimentos e para o diálogo ao tratarem de questões do matrimônio, da família e da sexualidade humana.

- Convidar membros da comunidade para ler as Escrituras à luz da sua mensagem central – a salvação por Jesus Cristo e a justificação somente pela graça – e a abordar os temas em foco e as possíveis desavenças sob esta perspectiva.
- Considerar com atenção a pergunta: Por que a Bíblia diz o que diz? – e não somente o que ela está dizendo.
- Compreender que a diversidade de opiniões sobre questões de práticas e de conduta é apostólica no sentido de que a diversidade tem sido evidente desde os tempos do Novo Testamento e dos inícios do cristianismo (ver Atos 15).
- Referir-se a outras posições do âmbito ecumênico e desenvolver uma posição luterana em relação com outras igrejas e organizações, também compatível com o nosso próprio legado teológico luterano.
- Respeitar o princípio de liberdade da consciência, para que ninguém se veja obrigado a aderir a determinadas práticas que são contrárias ao que a pessoa entende ser coerente com a Bíblia.
- Continuar trabalhando, vivendo e compartilhando juntos, para aprender reciprocamente e amadurecer na compreensão das questões tratadas, sabendo que as diferenças não poderão ser superadas em futuro previsível.
- Não esquecer que, com relação a estes temas, existem incompatibilidades, diferenças e discordâncias, uma vez que as questões relativas à família, ao matrimônio e à sexualidade humana são percebidas de forma muito diferente em contextos diferentes.
- Convidar membros de comunidade a que reconheçam diferentes maneiras de construir e assumir responsabilidades na família, no matrimônio e noutras

relações, e a não considerarem absolutas determinadas formas de um determinado contexto, como se fossem as únicas formas moralmente aceitáveis. Animar as comunidades para que examinem as diferentes formas e verifiquem o seu conteúdo moral.

- Refletir em que medida determinados elementos ou práticas relacionadas com a família, o matrimônio e a sexualidade humana podem ser um obstáculo para a nossa salvação ou para a vida em comunhão, uma vez que cremos que todos e todas somos pecadores e pecadoras querendo ser salvos e salvas pela fé em Jesus Cristo.

Ademais propomos:

- Sublinhar que a sexualidade humana é dada por Deus e é boa. Neste sentido, continuar elaborando uma interpretação diferenciada e abrangente sobre a maneira como este dom pode ser protegido de forma responsável em relações responsáveis.
- Levar em consideração os numerosos resultados científicos relevantes para compreender a sexualidade humana em geral e, mais especificamente, a homossexualidade.
- Refletir sobre a posição segundo a qual a orientação sexual talvez não se resume a uma escolha pessoal e moral, mas que possa estar relacionada com condicionamentos anteriores a tal opção.
- Considerar a sexualidade numa dimensão mais ampla, em que se entenda o ser humano como um ser relacional que interage com outros, e não somente em termos de atos individuais que se avaliam isoladamente. Desta forma, a sexualidade seria avaliada em função da medida em que serve e contribui a tais relações.
- Distinguir as questões de sexo (biológicas) das questões de gênero (expressão cultural do biológico).
- Sublinhar que a responsabilidade e a reciprocidade são fundamentais para a forma como modelamos e vivemos as relações sexuais (e familiares) para com outras pessoas. Animar as igrejas e comunidades para que tratem do abuso da

sexualidade em termos de prostituição, pornografia, promiscuidade, tráfico, incesto e de outras formas de exploração sexual; que prestem mais atenção a estas questões, e não se limitem à questão da homossexualidade.

- Verificar em que medida o fato de viver uma relação responsável e duradoura com outra pessoa do mesmo sexo pode estar, ou não, em conformidade com valores bíblicos.
- Convidar aquelas igrejas onde a homossexualidade não é considerada um tema para debate, ou onde não se fala da mesma, para que compreendam que a existência de gays e lés-bicas cristãos confronta a igreja do mundo inteiro e suas comunidades com o desafio de como lidar com essa questão.
- Reconhecer que todos os seres humanos, independentemente da sua orientação sexual, são criados à imagem de Deus. Conclamar as igrejas de todas as partes do mundo a verificar se excluem alguém de ser reconhecido como tal.
- Encorajar as igrejas a que se empenhem pela dignidade e pelos direitos das pessoas que correm o risco de serem criminalizadas devido à sua orientação sexual.
- Continuar com o diálogo aberto, sincero e autocrítico sobre a família, o matrimônio e a sexualidade humana. Perguntar em que medida as igrejas podem ter contribuído para reprimir e silenciar essas questões. É importante que as igrejas continuem oferecendo um espaço para abordar esses temas num espírito de aconselhamento pastoral.
- Encorajar as igrejas a continuarem refletindo sobre a sua responsabilidade pastoral no tocante ao desejo manifestado por algumas pessoas de que haja um rito para a sua parceria de compromisso, sem contraírem matrimônio.
- Em face da seriedade das questões relativas à homossexualidade, alertar as igrejas para que não ignorem nem os problemas nem a existência de gays e lésbicas na igreja. Ao mesmo tempo, alertar as igrejas para que não insistam demasiado energicamente, dentro da comunhão, em suas próprias formas de lidar com esses assuntos e para que continuem consultando-se umas com as outras.

Tendo este informe como pano de fundo – que inclui as conclusões do material apresentado pelas igrejas-membro e as diretrizes sugeridas para os procedimentos e o diálogo – o grupo de trabalho recomenda que as igrejas-membro da FLM continuem consultando-se sobre estes assuntos durante um período de cinco anos. Deveriam realizar-se consultas que transcendam as fronteiras nacionais e regionais, e apresentar-se, na medida do possível, ao Conselho algum tipo de informe intermediário durante este período.⁴⁰⁹

⁴⁰⁹ FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Matrimônio, família e sexualidade humana**: proposta de diretrizes e procedimentos para um diálogo respeitoso, 2006. p. 29-32.

ANEXO B – DIRETRIZES GERAIS

O grupo de trabalho propõe as seguintes diretrizes gerais para o prosseguimento do diálogo respeitoso sobre questões do matrimônio, da família e da sexualidade humana.

Admitir que conflitos podem ser difíceis

Todos e todas devemos admitir que os conflitos podem ser difíceis – podendo resultar no fim de um relacionamento, em gritaria ou em “retirada silenciosa”. Diferenças de opinião podem levar a relações tensas e complicadas, e fortes emoções podem fazer com que se perca o controle. Os interlocutores podem sentir raiva, medo, indignação, impaciência, animosidade, ou ficar transtornados ou desesperançados. Estas emoções tendem a estimular reações agressivas.

No âmbito da igreja, os conflitos podem ser particularmente difíceis porque, não raro, uma ou ambas as partes crêem que Deus está do seu lado.

Reconhecer conflitos como oportunidades de diálogo

Ao mesmo tempo, conflitos também poderiam ser vistos como possibilidades para dialogar sobre diferenças importantes, para aprofundar o entendimento mútuo e resolver problemas de modo que cada qual saia da discussão enriquecido pelo esforço.

Em tal diálogo é imprescindível o respeito pela outra pessoa, um respeito que leve a reconhecer o mérito de suas idéias, sentimentos e atos e a trate como colega em pé de igualdade.

Negociação determinada pelos interesses

Dando-nos conta de que todos e todas temos necessidades, dois grupos que defendem ideias contrárias podem entrar numa negociação determinada pelos interesses, da seguinte forma.

- Pedir a cada pessoa que responda, em poucas palavras e sem interrupção, a pergunta: “Da sua perspectiva, quais são as suas preocupações e seus interesses e como lhe afetam?”
- Escute os interesses de quem fala.
- Quando a pessoa terminou de falar, repita cada ponto.
- Anote os interesses num quadro-negro ou numa grande folha de papel, abaixo de um título do grupo ou do partido da respectiva pessoa.
- Repita esse procedimento até que todas tenham falado, uma vez, dos seus interesses. (Quando o grupo é demasiado numeroso, escolha algumas pessoas para falar, enquanto as demais escutam.)
- Agora você tem duas listas de interesses. Para que ambas as partes se compreendam melhor, são necessários maiores esclarecimentos.
- As seguintes perguntas de esclarecimento são úteis para que ambas as partes se interroguem com respeito. Trata-se de perguntas abertas.
 - i. Conte-me mais sobre ...
 - ii. Ajude-me a entender o que é importante para você.
 - iii. Ajude-me a refletir sobre ...
- A partir da nova compreensão da outra posição desenvolvida pelo debate, cada qual pode identificar os respectivos interesses particulares da outra pessoa (o que cada uma de vocês necessita para avançar).
- Uma chuva de ideias é o último passo antes de um compromisso ou um acordo. A tarefa consiste em que ambas as partes pensem juntas em todas as opções possíveis (escrevê-las no quadro) que venham ao encontro dos interesses de cada uma.

Atitudes pessoais para o diálogo respeitoso

A busca comprometida do diálogo no âmbito das igrejas e entre elas e seus membros deveria considerar também o que segue.

- Deliberar em oração e em abertura para com o Espírito Santo.
- Ser honesto e autocrítico, como pessoas e como igrejas e comunidades.
- Trabalhar estando conscientes da nossa dependência comum da graça de Deus, como pessoas pecadoras, e nossa igualdade com filhas e filhos de Deus.
- Dar margem ao humor, ao espírito lúdico e à confiança nas interações – na confiança de que Deus é maior que os nossos esforços para compreendê-lo.
- Admitir e sublinhar que não é vergonhoso tomar outra posição ou mudar de ideia.
- Confiar na orientação de Deus.

Proposta do grupo de trabalho para a apresentação das sugestões

No tocante aos aspectos bíblicos e teológicos:

- Convidar membros de comunidade a ler as Escrituras à luz da sua mensagem central – a salvação por Jesus Cristo e a justificação somente pela graça – e a abordar os temas em foco e possíveis desavenças sob esta perspectiva. Considerar com atenção a pergunta: Por que a Bíblia diz o que diz? – e não somente o que ela está dizendo.
- Compreender que a diversidade de opiniões em matéria de práticas e de conduta é apostólica no sentido de que a diversidade tem sido evidente desde os tempos do Novo Testamento e dos inícios do cristianismo (ver Atos 15).
- Referir-se a outras posições no âmbito ecumênico e desenvolver uma posição luterana em relação com outras igrejas e organizações, que também seja compatível com o nosso próprio legado teológico luterano.
- Respeitar o princípio de liberdade da consciência, para que ninguém seja obrigado a sujeitar-se a determinadas práticas que são contrárias ao que a pessoa entende ser coerente com a Bíblia.
- Sublinhar que a sexualidade humana é dada por Deus e é boa. Neste sentido, continuar elaborando uma interpretação diferenciada e abrangente da maneira

como este dom pode ser protegido de forma responsável em relações responsáveis.

- Verificar em que medida se pode dizer que viver uma relação responsável e duradoura com outra pessoa do mesmo sexo está – ou não – em conformidade com valores bíblicos.
- Admitir que todos os seres humanos, independentemente de orientação sexual, são criados à imagem de Deus. Convidar as igrejas de todas as partes do mundo a verificar se excluem alguém de ser reconhecido como tal.
- Refletir em que medida determinados elementos ou práticas com relação à família, ao matrimônio e à sexualidade humana podem ser um obstáculo para a nossa salvação ou para a vida em comunhão – uma vez que cremos que todos somos pecadores e pecadoras sendo salvos e salvas pela fé em Jesus Cristo.

No tocante aos aspectos sociais, culturais e científicos:

- Levar em consideração os numerosos resultados científicos relevantes para compreender a sexualidade humana em geral e, mais especificamente, a homossexualidade.
- Refletir sobre a posição segundo a qual a orientação sexual talvez não se resume a uma escolha pessoal e moral, mas que possa estar relacionada com condicionamentos anteriores a tal opção.
- Considerar a sexualidade numa dimensão mais ampla, em que se entenda o ser humano como um ser relacional que interage com outros, e não somente em termos de atos individuais que se avaliam isoladamente. Desta forma, a sexualidade seria avaliada em função da medida em que serve e contribui a tais relações.
- Distinguir as questões de sexo (biológicas) das questões de gênero (a expressão cultural do biológico).

- Sublinhar que a responsabilidade e a reciprocidade são fundamentais para a forma como modelamos e vivemos as relações sexuais (e familiares) com outras pessoas. Animar as igrejas e comunidades para que tratem do abuso da sexualidade em termos de prostituição, pornografia, promiscuidade, tráfico, incesto e de outras formas de exploração sexual; que prestem mais atenção a estas questões, e não se limitem à questão do homossexualismo.
- Encorajar as igrejas a que se empenhem pela dignidade e pelos direitos das pessoas que correm o risco de serem criminalizadas por causa da sua orientação sexual.

No tocante aos aspectos contextuais e aos procedimentos:

- Não esquecer que, com relação a estes temas, existem incompatibilidades, diferenças e discordâncias, uma vez que as questões relativas à família, ao matrimônio e à sexualidade humana são percebidas de forma muito diferente em contextos diferentes.
- Convidar membros de comunidade a que reconheçam diferentes maneiras de construir e assumir responsabilidades na família, no matrimônio e noutras relações, e a não considerarem absolutas determinadas formas de um determinado contexto, como se fossem as únicas formas moralmente aceitáveis. Animar as comunidades para que examinem as diferentes formas e verifiquem o seu conteúdo moral.
- Convidar aquelas igrejas onde a homossexualidade não é considerada problema, ou onde não se fala a respeito, a que compreendam que a existência de gays e lésbicas cristãos coloca a igreja e as comunidades no mundo todo diante do desafio de como lidar com este assunto.
- Continuar com o diálogo aberto, sincero e autocrítico acerca da família, do matrimônio e da sexualidade humana. Perguntar em que medida as igrejas podem ter contribuído para reprimir e silenciar estas questões, impedindo o desenvolvimento de uma atitude aberta com relação a estes temas. É importante que as igrejas continuem oferecendo um espaço para abordar estas questões num contexto de aconselhamento pastoral.

- Encorajar as igrejas a continuarem refletindo sobre a sua responsabilidade pastoral no tocante ao desejo manifestado por algumas pessoas de que haja um rito para a sua relação de compromisso, sem contraírem matrimônio.
- Em face da seriedade das questões relativas à homossexualidade, alentar as igrejas para que não ignorem nem os problemas nem a existência de gays e lésbicas na igreja. Ao mesmo tempo, alertar as igrejas para que não insistam com demasia, dentro da comunhão, em suas próprias formas de lidar com esses assuntos e para que continuem consultando-se umas com as outras.
- Continuar trabalhando, vivendo e compartilhando juntos, para aprender reciprocamente e amadurecer na compreensão das questões tratadas, sabendo que as diferenças não poderão ser superadas em futuro previsível.⁴¹⁰

⁴¹⁰ FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Matrimônio, família e sexualidade humana**: proposta de diretrizes e procedimentos para um diálogo respeitoso, 2006. p. 33-38